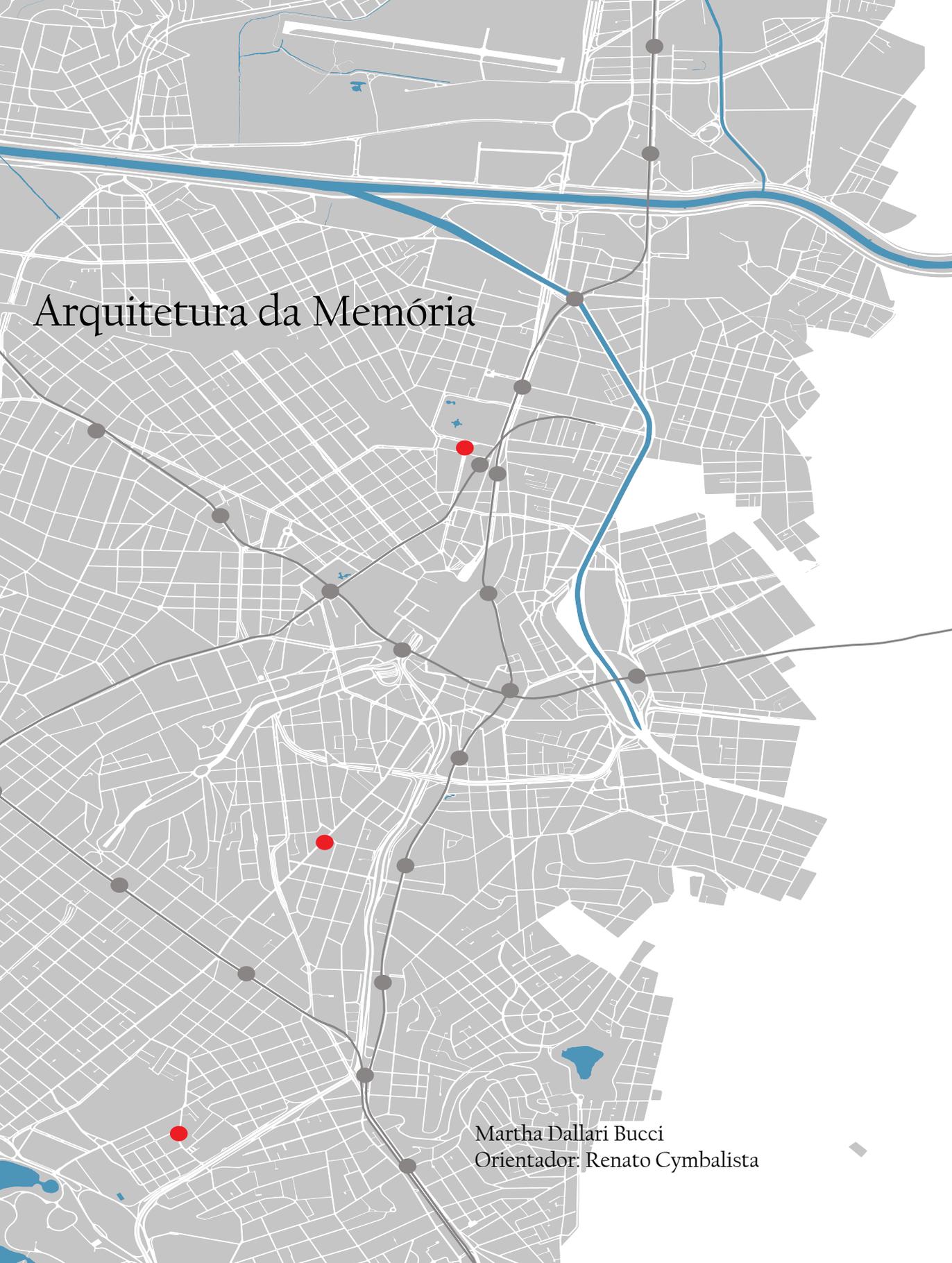


# Arquitetura da Memória



Martha Dallari Bucci  
Orientador: Renato Cymbalista



# Arquitetura da Memória

*A construção de uma rede de lugares de memória da ditadura militar na cidade de São Paulo*

FAUUSP

Trabalho Final de Graduação

São Paulo, junho de 2015

Martha Dallari Bucci

Orientador: Renato Cymbalista



Este trabalho é dedicado a Angelo Bucci e Pedro Dallari, meus tios.



# Agradecimentos

Ao meu orientador, Renato Cymbalista, que mostrou o caminho. Sem ele, nada feito.

Aos professores da FAU. A Beatriz M. Kuhl, orientadora do projeto de Iniciação Científica do qual participei em 2012, que me apontou a direção deste trabalho. A Angela Rocha, que abriu minha visão para aquilo que foge da materialidade na cidade. A Alexandre Delijaicov, que valoriza o brilho no olhar. A Paulo Cesar Xavier e João Carlos Cesar, que me ensinaram a persistir. A Ana Lucia Lanna, pela precisão nos comentários, além do bom humor.

A Maurice Politi, Maria Cristina Oliveira Bruno, Deborah Neves, Marcos Cartum, Katia Felipini e Ana Paula Brito, pelas entrevistas. pelo material e por toda a atenção.

Aos meus amigos Nina Diez, Pedro Malta, Silvia Garcia, Débora Loturco e Julia Borreli, pela disposição preciosa que alegrou o trabalho nos fins de semana. A Leonardo Milani e Bruna Bucci, pela consultoria jurídica. A Paula Saito, pela companhia na ansiedade da formatura. A Ana Helena Rodrigues, pelas transcrições, e a Fernanda Matsuda, pelas fotos.

A Gabriela Bacelar, pela parceria dos últimos dois anos, desde os tempos em Berlim, que inspiraram este trabalho, até o momento da entrega.

A todos os meus amigos da FAU, que se interessaram e compartilharam comigo a aventura deste TFG e tudo o que ela traz.

Ao meu avô, que lutou pela democracia e que hoje transmite aos netos os valores que a constroem.

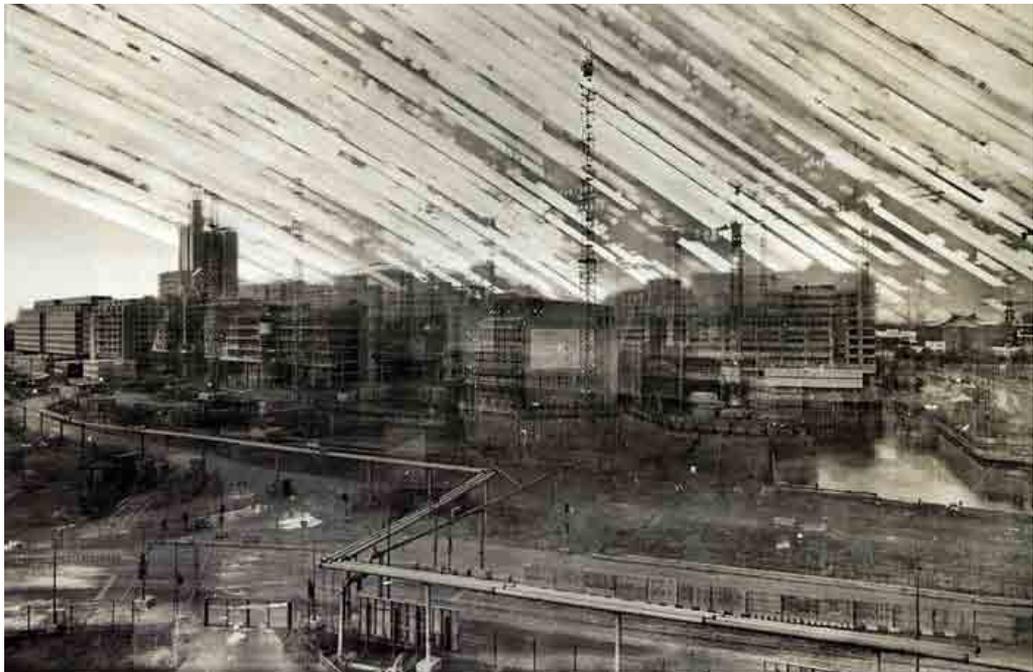
À minha família, tão próxima.

À minha mãe, ao meu irmão, ao meu pai. A minha rede é de fato, bem emaranhada.

Martha Dallari Bucci, São Paulo, 10 de junho de 2015.

# Sumário

Introdução <i>O que não sai de foco</i> .....	11
Parte I <i>Pensamento e projeto: da lembrança à resignificação</i> .....	19
Capítulo 1 <i>Por que memorializar?</i> .....	21
Capítulo 2 <i>Quatro passos na Alemanha</i> .....	27
Capítulo 3 <i>Três décadas no Brasil</i> .....	33
Parte II <i>São Paulo: do trauma à cultura cidadã</i> .....	41
Capítulo 4 <i>De DEOPS a Memorial da Resistência</i> .....	45
Tombar .....	47
Transformar .....	48
Musealizar .....	53
Seguir .....	64
Capítulo 5 <i>De Auditoria Militar a Memorial da Luta pela Justiça</i> .....	69
Refletir .....	72
Projetar .....	77
Unir .....	84
Capítulo 6 <i>DOI-CODI/SP, delegacia e dúvida</i> .....	87
Permanecer .....	91
Proteger .....	93
Ponderar .....	96
Conectar .....	107
Conclusão <i>Uma rede de lugares de memória da ditadura militar</i> .....	111
Bibliografia .....	119
Créditos das imagens .....	122
Anexos .....	125



# Introdução

## *O que não sai de foco*

“Palast der Republik, Berlin (28.6.2006–19.12.2008); Michael Wesely.

As fotos de Michael Wesely, fotógrafo natural de Munique, nascido em 1963, são pouco claras inicialmente. O fotógrafo utiliza uma técnica desenvolvida por ele chamada “câmera aberta”<sup>1</sup>. As câmeras são montadas em um aparato estável e então são configuradas para exposições ultralongas, de um ano, dois ou até mais. Na série *Potsdamer Platz*, de 2000, exposta na Bienal de São Paulo em 2002, as câmeras foram configuradas para uma exposição de dois anos e, assim, capturaram todo o processo de reforma da praça que é uma das principais da cidade, símbolo da Berlim reunificada.

O resultado da longa exposição é a clara percepção das transformações urbanas, com a interferência do foco e da luz nas imagens. Enquanto os edifícios que surgiram desapareceram, ou se transformaram, aparecem fora de foco ou aos pedaços, aqueles que permaneceram estáticos durante todo o processo (normalmente os patrimônios como o Parlamento, a Prefeitura, ou a Torre de Televisão) permanecem focados e nítidos, em contraste também com a movimentação da cidade visível nas manchas de luz de objetos em trânsito.

As fotos de Wesely representam o espírito da cidade de Berlim e a sua configuração urbana atual, em constante transformação nos últimos vinte anos. Uma nova cidade se constrói sobre a Berlim dividida da Guerra Fria. Porém, o antigo não apenas ancora a visão do espectador nas imagens, retendo o foco e a nitidez: também pauta as mudanças urbanas, dita o que

“Potsdamer Platz, Berlin (5.4.1997–3.6.1999); Michael Wesely.

---

1 “open shutter”.

não deve ser esquecido e confere identidade à cidade que se transforma vertiginosamente. Após ter passado pelos mais traumáticos eventos históricos (como a I e II Guerras Mundiais, o nazismo, o Holocausto, o socialismo e a divisão do país), a Alemanha foi obrigada a problematizar o passado na luta para se reconstruir após a reunificação em 1989. Emblema das vivências traumáticas do país, mas também emblema das utopias e horizontes alargados da República de Weimar (1919 - 1933), a nova capital, Berlim, assumiu a partir da década de 1990 o papel de laboratório global das arquiteturas da memória, e se tornou a principal referência para cidades e países que lidam com a memória de episódios tensos e dolorosos.

O processo de criação na arquitetura diz respeito não apenas ao projeto que nasce na cabeça e morre no concreto, mas também à relação entre o novo e o antigo. É papel também do arquiteto deliberar quanto a essa dicotomia, operando nas camadas de esquecimento de lugares de memória, em busca da construção de uma identidade inerente à história refletida nas construções e no coletivo imaginário. É papel do arquiteto incidir sobre o existente, preservando, modificando, construindo ou até apagando, traçando um projeto para a construção da memória.

Começa a se desenhar hoje em São Paulo a construção de uma rede de lugares de memória vinculados à história da ditadura militar. Essa rede nasce sobre aquilo que foi o roteiro da repressão e das violações dos direitos humanos entre 1964 e 1985, segundo Maurice Politi <sup>2</sup>.

O fim da ditadura se deu em etapas no Brasil, e os militares saíram “pela porta da frente”, manejando em grande medida o ritmo e os termos da transição democrática. Não foram julgados num primeiro momento, e no processo de redemocratização conseguiram extinguir departamentos e organismos, desarticular os funcionários e até acabar com documentos e evidências dos instrumentos de repressão violenta, que foi institucionalizada no Brasil com a criação de órgãos como o DOI-CODI. Nesse contexto, não houve uma política de preservação da memória da ditadura, e muito se perdeu, principalmente no que se refere aos lugares de memória. Nos últimos anos, no entanto, têm surgido esforços de ambos os lados, sociedade civil e Estado, para transformar essa realidade e incorporar a ditadura na narrativa da história nacional.

---

<sup>2</sup> Em entrevista concedida à autora, íntegra em Anexo I.

Os três casos estudados neste trabalho, o antigo DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), o antigo DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e a antiga Auditoria Militar, embora tenham nascido em momentos diferentes, operavam em conjunto na repressão durante a ditadura militar. Inicialmente, os perseguidos políticos eram primeiro levados ao DOI-CODI ou ao DEOPS/SP, dependendo do caráter de captura que era feita -- clandestina ou legal, respectivamente -- onde eram interrogados e frequentemente torturados. Eram encaminhados então ao Presídio Tiradentes, onde aguardavam pelo julgamento na Auditoria Militar, que operava além de suas atribuições originais durante a ditadura, julgando civis. Em muitos casos, os perseguidos políticos não chegavam ao Presídio Tiradentes ou à Auditoria. Eram então considerados desaparecidos ou tinham seus atestados de óbito falsificados. Aos que chegavam à Auditoria Militar, cabia um julgamento ilegítimo, apesar de legal e burocrático, e, quando condenados, eram levados novamente ao Presídio Tiradentes. Este último edifício, no entanto, foi demolido durante as obras da Linha Azul do Metrô de São Paulo em 1973, e hoje resta apenas o arco que compunha a entrada, um dos primeiros casos no Brasil de tombamento na preservação da memória [*caso explicado na Parte II deste trabalho*].

Desde os primeiros anos do século XXI, e de forma mais clara nos últimos poucos anos, o que foi o roteiro do terror da ditadura por vários anos passa a dar lugar a uma rede da memória em que os três lugares, DOI-CODI, DEOPS e Auditoria Militar, podem novamente agir em conjunto, mas dessa vez na educação, e não mais na repressão. Os três eram muito diferentes no que diz respeito à criação e atribuições de cada órgão, à história e características dos edifícios, e à inserção deles no contexto urbano.

Os três casos encontram-se atualmente em momentos distintos na institucionalização, visando à construção da memória da ditadura militar. Enquanto o Memorial da Resistência, antigo DEOPS/SP, é um museu consolidado, o décimo segundo museu mais visitado do Estado de São Paulo, recebendo mais de sessenta mil visitantes por ano, o antigo DOI-CODI ainda abriga o 36º Distrito Policial, o que gera polêmica entre ex-presos políticos e moradores dos bairros Vila Mariana e Paraíso. A Auditoria Militar, apesar de ser a última entre as três paradas (excluindo-

se o Presídio Tiradentes) na trajetória dos presos políticos (onde iam a julgamento), é o segundo lugar no processo de memorialização. O edifício da União foi cedido à OAB, que deverá instalar no local, em conjunto com o Núcleo de Preservação da Memória Política, o Memorial da Luta pela Justiça, cuja implantação está em fase de aprovação pela Lei Rouanet.

Segundo a museóloga e professora da USP Maria Cristina Bruno<sup>3</sup>, a perspectiva de uma rede envolvendo os três lugares é muito positiva do ponto de vista prático do funcionamento das instituições. Um conselho comum, por exemplo, pode permitir o intercâmbio de instrumentos e profissionais entre os três lugares, otimizando recursos, além de conjugar planos de ação educativa, responsáveis por pautar o cotidiano das instituições. Dessa forma, os três podem se complementar, na medida em que atingem públicos diferentes, e exercer diferentes atividades.

Este trabalho explora a possibilidade de criação dessa rede a partir do cenário desenhado hoje na cidade de São Paulo, que vem se construindo desde a redemocratização, com mais ênfase nos últimos anos.

A questão da memória da ditadura militar é tratada aqui à luz das experiências vividas e analisadas em Berlim. Vivi na cidade entre julho de 2013 e julho de 2014 quando participei de um programa de intercâmbio na Technische Universität Berlin, experiência que motivou este trabalho. Muito me impressionou o tratamento dado pela cidade aos sítios de memórias difíceis, um campo novo especialmente por tratar de episódios recentes (a memória do Holocausto, uma das principais referências neste campo, é historicamente recente). Devido às diferentes configurações pela qual a cidade passou num curto período, e à capacidade de preservar e de memorializar com sucesso muitos destes lugares, Berlim é um caso a ser observado.

O trabalho se fundamenta nas autoras Jennifer A. Jordan, Gabi Dölff-Bonekämper e Deborah Neves, cujos estudos versam sobre Berlim (Jennifer A. Jordan), São Paulo (Deborah Neves) e sobre a problematização de lugares de memória difícil (Gabi Dölff-Bonekämper). Essa pesquisa está presente na Parte I, que fundamenta teoricamente a pesquisa empreendida neste TFG (Trabalho Final de Graduação).

Foram realizadas também visitas aos três edifícios analisados e

---

<sup>3</sup> Em entrevista concedida à autora, íntegra em Anexo II.

entrevistas com pessoas diretamente envolvidas nos casos ou com o tema de maneira geral. Foram elas Maurice Politi, ex-presos político e coordenador do Núcleo de Preservação da Memória Política, Maria Cristina Oliveira Bruno, museóloga envolvida com os projetos do Memorial de Resistência e do Memorial da Luta pela Justiça, Deborah Neves, mestre em História pela USP e redatora do processo de tombamento do antigo DOI-CODI, Marcos Cartum, arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico do Memorial da Luta pela Justiça, Pedro Dallari, presidente da Comissão Nacional da Verdade, Katia Felipini, coordenadora do Memorial da Resistência, e Ana Paula Brito, pesquisadora do Memorial da Resistência e diretora do Núcleo de Preservação da Memória Política. A disciplina “Lugares de Memória e Consciência”, ministrada na FAU-USP no primeiro semestre de 2015 pelo professor Renato Cymbalista, que orienta este trabalho, também forneceu material para a pesquisa, assim como um seminário ocorrido em outubro de 2014, sob o mesmo nome.

No Capítulo 1 estão enumeradas justificativas da preservação de lugares de memória difícil, que se baseiam no texto *Sites of Hurtful Memory* (ou “Lugares de Memória Difícil”, em tradução livre), de Gabi Dolff-Bonekämper, e nas diretrizes do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) publicadas em 2012 para a criação de políticas públicas de preservação de lugares de memória difícil nos países do MERCOSUL.

No Capítulo 2 é feito um estudo baseado no livro *Structures of Memory*, de Jennifer A. Jordan, sobre o processo de memorialização pelos quais passam certos lugares, que nasce do ativismo de vítimas, pessoas diretamente envolvidas com as vítimas ou militantes da causa, ganha força na divulgação e reverberação dessa iniciativa e se confirma nas condições de posse e uso do lugar. É preciso destacar aqui, no entanto, que esse processo não determina o sucesso de memoriais e instituições, mas diz respeito apenas às condições para a possibilidade de memorialização dos lugares de memória difícil.

O Capítulo 3 traça um panorama dos últimos trinta anos na cidade de São Paulo, desde a redemocratização e do início da construção da memória da ditadura, a partir da dissertação de mestrado da historiadora Deborah Neves, “A Persistência do Passado: Patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires”, defendida em 2014, e da entrevista concedida por Maurice Politi, com foco no uso da ferramenta do tombamento como medida ora de resistência, ora de reparação, na criação do Núcleo de

Memória e Consciência e no relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014.

Na Parte II é feito o estudo dos três casos de maneira isolada: antigo DEOPS/SP, antiga Auditoria Militar e antigo DOI-CODI. Eles estão organizados aqui na ordem que reflete o desenvolvimento na memorialização de cada um deles. O antigo DEOPS/SP é o primeiro por ser o mais consolidado dos três. O segundo, o Memorial da Luta pela Justiça, encontra-se em fase de aprovação pela Lei Rouanet, e o último caso a ser analisado, o antigo DOI-CODI, apesar de ter sido tombado recentemente, ainda tem seu futuro incerto, e é rodeado por controvérsias e até disputas envolvendo a permanência do 36º Distrito Policial. Pela especificidade de cada lugar, e pelo momento em que cada um se encontra na trajetória de memorialização, foi preciso incidir de formas diferentes sobre cada um.

No Capítulo 4 é desenvolvido o caso do Memorial da Resistência, antigo DEOPS. Tombado em 1999, o edifício abrigou a partir de 2002 o Memorial da Liberdade, que deu lugar em 2008 ao Memorial da Resistência, sob tutela da APAC (Associação Pinacoteca de Arte e Cultura). Dos três casos estudados no trabalho, este é o que apresenta maior bibliografia e mais material a ser estudado, por ser o mais consolidado dos três. Isso se reflete na extensão da análise feita aqui, que explora as controvérsias que envolvem a trajetória do edifício, em especial em três momentos: seu tombamento em 1999, acompanhado de uma reforma clandestina alvo de um processo judicial e mais tarde da instalação do Memorial da Liberdade em 2002, a readequação do Memorial da Resistência em 2008, e a configuração e atividade do Memorial nos dias de hoje.

O segundo caso, desenvolvido no Capítulo 5, o Memorial da Luta pela Justiça, acaba de ser submetido para aprovação pela Lei Rouanet. Tanto a memorialização do lugar quanto a concepção do museu se deram de forma muito diferente do Memorial da Resistência. Além disso, com a implementação do Memorial da Luta pela Justiça, começa a se desenhar de forma mais concreta a rede de lugares de memória na ditadura em São Paulo. Isso implicou numa abordagem diferente da que foi feita no Capítulo 4, desta vez, baseada principalmente nas entrevistas realizadas com a equipe envolvida com o Memorial e no material por ela cedido.

O DOI-CODI, analisado no Capítulo 6, é o mais emblemático de todos os tombamentos por preservação da memória no Brasil até hoje.

No entanto, é foco de polêmica e disputa envolvendo o uso que será dado ao edifício, e uma hipotética retirada da delegacia. Neste trabalho, essa polêmica é analisada na perspectiva de integrar o antigo DOI-CODI à rede de lugares de memória da ditadura militar aqui desenhada. Isso é feito através da coleta de depoimentos das sete pessoas entrevistadas neste trabalho, e na observação do debate na comunidade e na mídia.



# Parte I

*Pensamento e projeto:  
da lembrança à ressignificação*



# Capítulo I

## *Por que memorializar?*

Embora remetam a memórias difíceis, a preservação dos lugares de memória é normalmente uma reivindicação das pessoas que sofreram com tais eventos, sendo vítimas diretas ou indiretas. Um exemplo disso é a Topografia do Terror em Berlim. Após o fim da II Guerra Mundial, a antiga sede da SS (*Schutzstaffel*, ou “Tropa de Proteção” em português, organização paramilitar ligada ao partido nazista) encontrava-se em ruínas, assim como boa parte da cidade, e então foi demolida. Anos depois, partiu da população a investigação do terreno baldio, onde havia funcionado a sede do órgão militar e sua carceragem, mas não se acreditava haver vestígios do edifício. Foi durante uma atividade de escavação intitulada *Lct's Dig* (“Vamos cavar”), realizada em maio de 1985 por iniciativa de organizações populares <sup>4</sup>, que se descobriram então as fundações do prédio, testemunho material da história do organismo.

A primeira medida tomada então, para memorializar o local, foi a colocação de uma placa que indicava o que havia ali no passado. Mais tarde, foi instalado um museu temporário no local <sup>5</sup>. Foi depois de anos de reivindicações, em 1992, que um concurso foi lançado para definir o projeto do memorial que se tornaria a Topografia do Terror. Em 2004, no entanto, depois de quase uma década de obras que já haviam custado 13,9 milhões de euros, o edifício projetado pelo suíço Peter Zumthor, já

Topografia do Terror, Fernando Antunes.

---

<sup>4</sup> Conforme se lê em “Topography of Terror – Gestapo, SS, and Reich Security Main Office on Wilhelm- and Prinz-Albrecht-Strasse. A Documentation”, Berlim, Stiftung Topographie des Terrors, 2010, pág. 422.

<sup>5</sup> Ídem.



Placa colocada sobre o terreno da Prinz-Albrecht Strasse, 9, depois de encontradas as fundações da antiga sede da SS.

parcialmente construído, foi demolido, numa atitude polêmica e insensata do ponto de vista financeiro. Em 2005 lançou-se um novo concurso. O projeto escolhido, da arquiteta berlinense Ursula Wilms, em muito difere do proposto por Zumthor anos antes. Discreto, ele se camufla na paisagem e não tira o protagonismo da memória do lugar. Além disso, o custo de sua construção estava estipulado em até 20 milhões de euros. O memorial conta a história do nazismo com foco no funcionamento das estruturas internas de exclusão e genocídio. A escolha feita no caso da Topografia do Terror não foi iluminar as vítimas, mas os alçozes. Essa decisão, além de se diferenciar muito de outros memoriais referentes ao Holocausto, que abordam a questão com foco nas vítimas, promove a construção da identidade do lugar.

Os lugares de memória atuam como testemunhos da história. São provas tridimensionais de eventos ocorridos no passado. Diferentemente de livros contaminados pela interpretação do autor, permitem relações individuais entre os habitantes e visitantes de uma cidade marcada pelo trauma, e, conseqüentemente, com sua história. Contêm o que se chama de “espírito do lugar”, que pode ser entendido como identidade particular que qualifica um local e resume o seu caráter específico. É o “espírito do lugar” que nos possibilita diferenciar os locais uns dos outros a partir das sensações e significados inerentes a ele.

Projeto para a exposição “Topografia do Terror”, do arquiteto Jürg Steiner, 1987.

Eles contêm respostas para questões que nós talvez não tenhamos considerados, mas que podem vir a ser colocadas por nossos filhos. Enquanto objetos tridimensionais, eles são mais completos que uma fonte escrita, apesar de menos fáceis de serem lidos. (DOLFF-BONEKÄMPER, 2002).<sup>6</sup>

O local é explícito o suficiente para ser entendido por um visitante desinformado. Segundo Gabi Dolff, de acordo com a Teoria da Recepção de Robert Jauss, não precisamos buscar conexões objetivas entre lugar e evento, nem significados intrínsecos ao edifício. Isso explica, entre outras coisas, como podemos ligar a importância histórica de um lugar ao seu conteúdo material quando o edifício não foi projetado para o evento que memorializa. (É o caso por exemplo do DEOPS/SP, que foi projetado para ser administração da Companhia Ferroviária Sorocabana, e da antiga Auditoria Militar, projetada para ser residência). Sendo assim, a relação

<sup>6</sup> “They contain answers to questions that we may not have considered but that our children might. As three-dimensional objects, they are more complex than a written source, although less easy to read.”

entre o evento histórico e o local é construída pelos visitantes. Cabe a eles fazer as perguntas, e há infinitas perguntas possíveis. A permanência do lugar de memória possibilita, assim, a interpretação individual do local de memória. Eis a importância de sua materialidade.

Por que sempre haverá mais de uma interpretação possível para um lugar, sua substância material se torna ainda mais preciosa. (DOLFF-BONEKÄMPER, 2002).<sup>7</sup>

“*Sites of hurtful memory*”, ou “lugares de memória difícil”, como são chamados por Gabi Dölff-Bonekämper, devem ser preservados devido à importância que têm na formação da sociedade: atuam como testemunhos da história, denunciando eventos que não devem se repetir, e possibilitam a interpretação individual desses eventos, o que permite que eles causem impressões mesmo nos transeuntes desinformados e suscitem sempre novas questões. Dölff-Bonekämper afirma que “o impulso de demolir tais lugares nasce em geral daqueles que se vêem do lado dos perpetradores, daqueles que se sentem pessoalmente culpados ou daqueles que sentem culpa por identificação”, o que torna a preservação desses lugares ainda mais importante. Além disso, o trauma coletivo pode ser curado através de trabalho em conjunto sobre eventos históricos.

Segundo Freud, ao “trabalhar” o trauma – revelando a verdade, abrindo arquivos para pesquisa, marcando os locais de memória – incluem-se os eventos traumáticos na narrativa nacional, o que permite que eles sejam assimilados pela sociedade, de acordo com o artigo “*Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten*” (“Lembrando, repetindo e assimilando” em tradução livre) de Freud, citado por Dölff-Bonekämper.

Do ponto de vista da América do Sul, o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) nos ajuda a ter uma perspectiva atual quanto ao momento vivido por vários países no continente, que há pouco tempo passaram pelo processo de redemocratização depois de violentas ditaduras militares. O IPPDH é um órgão do MERCOSUL que visa à coordenação regional e o intercâmbio de experiências nacionais nos processos de memória, verdade, justiça e reparação pelas graves violações aos direitos humanos cometidas durante os períodos ditatoriais. Na

---

<sup>7</sup> “*Because there will always be more than one possible interpretation of a site, the material substance of a place becomes all the more precious.*”

América do Sul, tal memória está estreitamente ligada à ideia de democracia, devido às violentas ditaduras militares que atingiram vários países no século XX. Portanto, a memória nesse caso é importante não apenas para a reparação, mas para a construção e fortalecimento da democracia e do Estado de Direito.

O IPPDH dá diretrizes, para todos os países do MERCOSUL, no tocante às políticas públicas de tratamento dos lugares de memória, vistas como elemento chave no processo de redemocratização e nas políticas de redemocratização, já que as ditaduras não apenas são recentes, como ainda encontram apoio em diversos setores.

O IPPDH tem por objetivo contribuir aos processos de planejamento, implementação e consolidação das políticas públicas em direitos humanos como marca central da identidade, do desenvolvimento e da integração dos países do MERCOSUL. Tem como funções principais a cooperação técnica, a pesquisa, a capacitação e o apoio à coordenação de políticas regionais de direitos humanos.<sup>8</sup>

Desde 2012, em seminários e reuniões, o IPPDH tem discutido a proteção de lugares de memória e consciência ligados a violações dos direitos humanos relativos a regimes ditatoriais na América do Sul. Na 22ª Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, realizada em setembro de 2012, foi adotado um instrumento intitulado “Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória”. O documento contém 29 diretrizes destinadas a orientar políticas públicas que venham a ser implementadas nos diferentes países do MERCOSUL, no que diz respeito à preservação, gestão e memorialização de lugares onde foram cometidas violações dos direitos humanos, e que são utilizados para recuperar, repensar e transmitir a história de processos traumáticos, assim como para honrar a memória das vítimas.

O Direito à Memória e à Verdade é um dos quatro pilares da Justiça de Transição, que compreende ainda o Direito à Reparação; Acesso à Justiça; e Reforma das Instituições que perpetraram graves violações dos Direitos

---

<sup>8</sup> <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/seminario-latino-americano-sobre-lugares-de-memoria-no-rio-de-janeiro/>. Acessado em abril de 2015.

Humanos.<sup>9</sup>

Um dos pontos principais que pauta o documento é a garantia da segurança física de tais lugares, por meio de instrumentos legais, judiciais ou administrativos. O texto aborda também a identificação, sinalização e determinação dos lugares de memória, e ainda a necessidade de garantir a participação mais ampla possível das vítimas, famílias e comunidades locais e diferentes setores da sociedade. Ainda dá continuidade a esse processo, ao levantar princípios para o desenho institucional de lugares de memória, no que diz respeito à regulação e ao funcionamento, com equipes disciplinares, mecanismos de transparência e participação social em sua gestão.

O documento ainda ressalta a importância de preservar esses lugares. Sua integridade física é garantia não apenas de informações que permitam reconstruir a verdade do que aconteceu e servir, eventualmente, como prova material em processos judiciais que possam ser abertos. Eles também promovem a construção da memória associada a crimes de Estado cometidos no passado, e fornecem reparação simbólica das vítimas e garantias de não repetição para a sociedade.

---

<sup>9</sup> <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/seminario-latino-americano-sobre-lugares-de-memoria-no-rio-de-janeiro/>. Acessado em abril de 2015.

## Capítulo 2

### *Quatro passos na Alemanha*

Vinte e cinco anos após a queda do muro, Berlim passou por um intenso processo de transformação urbana. A cidade tornou-se a nova capital da Alemanha reunificada, e refletiu intensamente as mudanças vividas pelo país. Era preciso que se tornasse símbolo da nova Alemanha. Foi alvo de muitos investimentos em construção, em uma infraestrutura que reconectasse a cidade, promoveu a restituição de milhares de propriedades anteriores aos períodos de divisão do país e de governo nazista. Transformou-se rapidamente em meio a um contexto de integração da União Europeia e expansão a Leste, deixando para trás o tempo em que a ideia de uma Alemanha grande e unificada era vista como ameaça.

Berlim encontrava-se em ruínas após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Foi preciso reconstruí-la inteiramente, com exceção da excepcional rede de transporte ferroviário urbano, que sobreviveu à Guerra. Graças às linhas de trem, a cidade começou a se reerguer mesclando o novo com os vestígios deixados pela guerra. Desde 1945, Berlim passou pelos mais diferentes cenários urbanos e políticos. Viu-se em ruínas após o final da guerra, foi dividida e ilhada durante a Guerra Fria, tendo equipamentos e instituições duplicadas (como a prefeitura, as secretarias, escolas, Casas de Ópera, aeroportos e algumas estações de trem), e tornou-se por fim a capital de um país reunificado que é hoje uma das maiores potências econômicas da Europa após ter passado pelo trauma do nazismo.

Berlim, como todas as cidades, é um quebra-cabeça de memoriais, lugares de memória e monumentos, que datam de diferentes épocas e refletem diferentes visões sobre os mesmos eventos. O país amadureceu

para lidar com o passado. No entanto, é na capital alemã que esse fenômeno aparece de maneira mais radical e exponenciada.

Após o término da II Guerra Mundial, da qual a Alemanha sai derrotada e devastada, tanto física quanto economicamente, o país começa a se reconstruir. Durante essa trajetória, atravessando os anos de divisão da Alemanha, era preciso olhar de frente para os lugares de memórias difíceis de modo a criar soluções criativas e produtivas. Após longo período no poder, o governo nacional-socialista havia reconstruído completamente instituições e legislação. Não havia, assim, a possibilidade de esconder vestígios de memórias difíceis como acontece em alguns países com histórias menos traumáticas. Era preciso que o país se refundasse integralmente.

Há na Alemanha duas políticas de preservação diferentes: a Denkmalschutzpolitik e a Errinerungsschutzpolitik. As duas são órgãos diferentes, com instituições e orçamentos próprios. A primeira, que pode ser traduzida por “política de preservação do patrimônio”, ocupa-se daqueles edifícios de valor histórico e arquitetônico (como palácios, igrejas, etc.). Já o segundo, “política de preservação da memória”, atua numa chave não apenas da arquitetura, mas em tudo que se relaciona à preservação da memória. Sendo assim, ao tratar de arquitetura, esta está sempre a serviço da preservação da memória, e portanto trata de edifícios que não necessariamente tenham um valor arquitetônico especial (pode ser o muro de Berlim, as fundações da antiga S.S., e até campos de concentração). É interessante observar como isso pode acarretar consequências inesperadas. De acordo com a historiadora Deborah Neves<sup>10</sup>, boa parte dos memoriais em Berlim foram extremamente caros de se construir, e são caros de manter. Isso se deve provavelmente às políticas públicas de preservação da memória e às suas estruturas internas de funcionamento, cujo orçamento é próprio e abundante.

Em seu livro *Structures of Memory*, a autora Jennifer A. Jordan busca entender como se deu o processo de memorialização na cidade, visto que enquanto alguns lugares de memória tornam-se museus, memoriais, ou marcos, visitados por milhares de turistas todos os anos, e elementos da memória coletiva (tendo em vista que em Berlim essa coletividade é na realidade muito heterogênea, e 13% da população da cidade são

---

10 Entrevista concedida à autora, íntegra em Anexo III.

estrangeiros), outros permanecem camuflados, abrigando lojas, escritórios ou apartamentos.

Um passado difícil, heroico ou brutal não é condição suficiente para que uma parcela de terreno ou um prédio sejam destinados exclusivamente a um uso de memorial. Tal lugar deve atender também a outras condições prévias. (JORDAN, 2006, p. 11).<sup>11</sup>

De acordo com a autora, para que a memória coletiva possa se imprimir na paisagem urbana é preciso que haja a intersecção de quatro fatores: ativismo por parte de um “entrepreneur” da memória, a ressonância (divulgação) da causa e, por fim, as condições de uso e posse da terra, fatores decisivos nessa equação. A memória coletiva opera dentro dos limites econômico, físico e político, e de acordo com os climas político, cultural e econômico. De acordo com a autora, a memorialização de um lugar nasce de uma iniciativa social, e é possível se houver a intersecção dos fatores acima, o que não garante, no entanto, o seu sucesso enquanto lugar de memória.

Por anos, Inge Deutschkron lutou para colocar uma placa em homenagem a Otto Weidt no edifício de número 39 da Rosenthaler Strasse em Berlim. Ela, judia e sobrevivente do Holocausto, havia trabalhado como secretária durante parte da guerra na fábrica de escovas e vassouras de Otto Weidt, onde ele esconderia uma família judia até ser denunciado. Finalmente, em 1993, com a mudança do regime político na Alemanha, uma placa foi colocada memorializando o local, resultado da iniciativa de Deutschkron. Mais tarde, em 1997, o interesse sobre o local ainda vazio cresceu. A artista Helen Adkins, que dirigia uma galeria no mesmo prédio, sugeriu que uma exposição fosse feita no local. Seis estudantes se encarregaram de realizá-la, com o apoio de Deutschkron. Em 1999, a exposição “The Blind Trust”, sobre a oficina de Otto Weidt, foi inaugurada e fez muito sucesso. Começou então o esforço para torná-la permanente, transformando-a em um museu. É fundamental dizer que a realização da exposição só foi possível devido às circunstâncias de uso e posse do edifício: a propriedade havia sido restituída aos doze herdeiros judeus e não havia consenso em vendê-lo ou mantê-lo. Por isso, o local encontrava-se desocupado. Mais tarde, em 2005, o prédio foi vendido ao Estado, e hoje

---

<sup>11</sup> “(...) a difficult, heroic, or brutal past is not sufficient condition for a plot of land or a building to be devoted exclusively to memorial use. A given site must also meet other preconditions”.



Entrada da antiga fábrica de escovas e vassouras de Otto Weidt, hoje o museu "The Blind Trust".

o museu parece ter sua existência assegurada.

No caso de "The Blind Trust", é possível ver a confluência dos quatro fatores agindo para a memorialização do local. Primeiro os agentes, ou "memory entrepreneurs" como coloca Jennifer Jordan: Inge Deutschkron, e, mais tarde, Helen Adkins e os estudantes começam a campanha de memorialização. Depois vem a ressonância de todo esse esforço: o sucesso da exposição alcança, através da divulgação feita por universidades, ONGs e pela imprensa, os olhares de moradores e visitantes para a importância do local até que seu uso de outra maneira se faz impensável. Por fim, as circunstâncias decisivas de uso e posse, que determinaram se a exposição ocorreria ou não, possibilitaram que mais tarde o prédio se tornasse um museu.

Hackescher Hof, onde está localizado.

O exemplo "The Blind Trust" chama atenção para mais um fator presente na memorialização de eventos recentes: a presença de pessoas diretamente envolvidas com os eventos memorializados. Inge Deutschkron, a principal agente, era sobrevivente do Holocausto, e, como já foi dito, tinha uma relação direta com a fábrica e com o dono, Otto Weidt.

Interior da exposição.

A confluência dos quatro fatores (ativismo, ressonância, condições de uso e posse da terra) possibilitaram o sucesso da exposição. No entanto, de acordo com a autora, um quinto fator foi decisivo para sua longevidade e para sua transformação num museu permanente: a autenticidade do local, o fato de apresentar uma conexão direta com o evento histórico de que tratava. Tal autenticidade devia-se em parte à expressividade opressiva, ou "oppressive expressiveness [Aussagekraft]" como colocado por Jennifer Jordan, ou seja, ao estado deteriorado das instalações, que fortalecia a expressividade e singularidade do lugar e, conseqüentemente, o "espírito do lugar".

As rápidas transformações urbanas em Berlim, como pode acontecer em todas as cidades, ameaçaram a preservação de lugares de memória autênticos. Mesmo assim, muitos lugares de memória caíram em usos comuns. A autenticidade de um lugar de memória não é suficiente para dar-lhe status de memorial, assim como eventos históricos não são suficientes para criar memoriais. Na verdade, a maioria dos lugares de memória nunca chega a se tornar memorial.

“Nenhum lugar fala por si mesmo” (JORDAN, 2006)<sup>12</sup>. De acordo com a autora, a autenticidade e o espírito de lugar inerentes a um lugar de memória são necessários, mas não suficientes para a sua memorialização. É preciso que o ativismo social ou a ação do Estado atribuam significado ao lugar.

(...) considerando objetivamente, tais lugares históricos são meras construções de pedra, madeira, tijolo, concreto e aço. Seu significado deriva de ação pública. (KOSHAR, JORDAN, 2006, p. 7).<sup>13</sup>

Tal ação pública deriva de “agentes da memória” (“memory entrepreneurs”), como define Jennifer Jordan. Esses agentes podem ser membros de conselhos municipais, grupos de cidadãos, sobreviventes, guias turísticos, professores universitários e habitantes), e buscam construir uma paisagem de memória (“memorial landscape”), material e imaterial, pelos mais diversos interesses, “desde marcar o lugar de sua própria resistência ao nazismo até a busca de sua própria notoriedade e capital político”. (JORDAN, 2006).<sup>14</sup>

A ação social de que fala a autora pode partir tanto de vítimas, estudantes, intelectuais e ativistas quanto do Estado, de políticos ou da propaganda governamental. Sendo assim, a memorialização pode ser utilizada como um fator de construção de uma identidade nacional, e até ser manipulada. Esquecer ou rememorar são ações políticas de formação da identidade de uma nação. Por isso é importante se atentar não apenas aos lugares que se tornaram memoriais, museus, ou marcos, mas também àqueles que passam despercebidos. A própria forma pela qual a memorialização opera, evidenciando certos aspectos e atores e ocultando outros, pode nos dizer muito sobre a construção da identidade de uma nação.

---

12 “No site speaks for itself”

13 “(...) objectively considered, such historical sites are mere constructions of Stone, Wood, brick, concrete and steel. Their meanings derive from public action”

14 “from marking the site of their own resistance to the Nazis to seeking their own notoriety and political capital”.

## Capítulo 3

### *Três décadas no Brasil*

No Brasil, a memorialização de lugares de memória difícil é recente. O final da ditadura se fez de maneira gradual, o que impediu por muitos anos que seus perpetradores fossem julgados, que a verdade quanto às graves violações dos direitos humanos fosse revelada e que fosse de fato memorializada. Nesse processo, o tombamento se mostrou um perspicaz e eficiente instrumento, não sem desafios ou problemas. Os primeiros casos de tombamento de lugares de memória se deram a partir da década de 80, no estado de São Paulo. O primeiro deles foi o Arco do Presídio Tiradentes (após a demolição do prédio em 1972, durante a construção da linha azul do metrô). Depois veio a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, também em 1985.

Esses foram seguidos, mais tarde, pelo DEOPS - SP (localizado na Estação da Luz) e finalmente pelo DOI-CODI, o último e mais emblemático tombamento de um local de memória no Brasil, que se deu em 2014.

Entre 1984 e 1989, ocorreram muitas manifestações populares e denúncias da ditadura. Foi durante este período que surgiram as primeiras políticas públicas de defesa dos direitos humanos e preservação da memória. É desse período também a publicação do livro “Brasil Nunca Mais”, pela Arquidiocese de São Paulo, marco da denúncia da ditadura, um levantamento examinativo de todos os processos do tribunal militar de presos políticos.

É nessa ainda também que a estrutura do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico



Arco do Presídio Tiradentes, tombado em 1985.

do Estado de São Paulo) começou a passar por mudanças em relação ao que tinha sido no período de 1968 a 1983, segundo Deborah Neves<sup>15</sup>. O CONDEPHAAT era até então constituído por vinte e seis conselheiros, pessoas que supostamente representavam grupos da sociedade, sendo elas professores e pesquisadores de universidades, funcionários do Estado e integrantes da CNBB. Os conselheiros eram responsáveis por receber os pedidos e por fazer os processos de tombamento dos edifícios, que eram em sua maioria bens tradicionais como casas, fazendas e igrejas. Os tombamentos aconteciam devido ao seu “excepcional valor”, como descrito no Decreto Lei 25 de 1937, e raramente fugiam a essa regra.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Tombamento: Decreto Lei 25/1937).

Edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tombado em 1985.

Um concurso de ingresso de trinta técnicos em 1983, entre arquitetos e historiadores, provocou mudanças no funcionamento do órgão. A partir de 1983, caberia ao técnico o desenvolvimento de um parecer técnico, que serviria de instrução para a relatoria do conselheiro. Esse novo sistema, ao dar escopo técnico para os pareceres, acabou gerando certa autoridade para os arquitetos e historiadores, acarretando assim mudanças no perfil dos edifícios tombados pelo CONDEPHAAT, que deixaram de se pautar apenas no “excepcional valor dos bens” como postulava o Decreto Lei 25/1937. Foi aí que surgiram, em 1985, dois pedidos de tombamento com um caráter diferente, o de lugar de memória e consciência, sendo o Arco do Presídio Tiradentes o primeiro, e, o segundo, a antiga Faculdade de Filosofia e Letras.

O Sindicato dos Jornalistas, que pediu o tombamento do Arco do Presídio junto com um monte de outros indivíduos. Já na Maria Antônia foi o próprio Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura, não teve essa permeabilidade social. As pessoas perceberam que não ia ter uma Comissão Nacional da Verdade como tinha tido 2 anos antes, na Argentina. Então eles se utilizaram de um instrumento legítimo do Estado

---

15 Palestra dada por Deborah Neves no dia 11/03/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na FAUUSP.

para fazer com que o Estado reconhecesse que esse período existiu de alguma forma. Isso é uma manobra brilhante, utilizar um instrumento que existe a seu favor para fazer algo que não era do interesse do Estado, naquele momento. Eu estou fazendo uma interpretação disso hoje. Pode não ter sido intencional, mas foi sensacional. Eles não se utilizaram de nenhum instrumento novo, não deram entrada em nenhum projeto de lei, não teve enfrentamento, briga. Não é usar o Estado contra si próprio, mas é usar o que o Estado tem para conseguir o que aqueles determinados grupos queriam. (Deborah Neves, em entrevista à autora).<sup>16</sup>

Segundo Deborah Neves, nesse momento de redemocratização havia um anseio da sociedade de participar das políticas públicas, e os tombamentos davam margem a essa participação. Essa tendência foi acentuada com a Constituição de 1988, que tornou a participação popular ainda mais efetiva no campo da preservação. Além disso, assegurou que a memória pode ser motivo de proteção legal dos edifícios.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição de 1988)

O tombamento do DOI-CODI/SP em 2014 configura um marco para as políticas públicas de preservação da memória no Brasil. Isso se deve ao fato de o conjunto de edifícios tombados na Rua Tutóia (são eles a delegacia e dois edifícios anexos nos fundos) não apresentarem qualquer valor arquitetônico, tendo sido tombados exclusivamente por sua importância de memória. No entanto, o tombamento do DOI-CODI/SP coloca agora um novo desafio: o uso a ser desempenhado pelo edifício que ainda abriga o 36<sup>a</sup> Distrito Policial, no bairro da Vila Mariana. Dessa polêmica, participam

---

<sup>16</sup> Íntegra da entrevista em Anexo III.

o Núcleo de Preservação da Memória Política, principal ativista pela memorialização do local, que luta pela instalação de um memorial no edifício (ou pelo menos em parte do conjunto), o CONDEPHAAT, que reivindica que o edifício seja aberto à visitação independentemente de seu uso, e as associações Viva Paraíso e Amigos da Vila Mariana, juntamente com a Polícia Civil, que são contra a desocupação do edifício e defendem a manutenção de seu uso atual.

Como memorializar os locais utilizados como instrumentos de repressão no período da ditadura militar ainda é um tema polêmico e controverso no Brasil. Aos primeiros casos de tombamento de lugares de memória no Brasil, que se deram no Estado de São Paulo (o Arco do Presídio Tiradentes e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP em 1985, o antigo DEOPS em 1999, e, recentemente, o antigo DOI-CODI/SP, em 2014) foram dados diversos tratamentos. O Arco do Presídio Tiradentes fica praticamente despercebido pelos transeuntes, sem marcação alguma referente à memória que evoca. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP foi convertida no Centro Universitário Maria Antônia, que abriga exposições, cursos e peças de teatro ligados à produção da Universidade de São Paulo. Atualmente, por sinal, está sendo desenvolvido pelos professores da USP José Lira e Fernanda Peixoto um projeto de exposição permanente, incluindo seção sobre o período em que abrigou a FFCL/USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) e as tensões políticas da época e a batalha entre estudantes da USP e do Mackenzie em 1988 que antecipou sua desocupação e motivou seu tombamento.

Por fim, o DEOPS/SP deu origem ao Memorial da Resistência, que conta com uma exposição permanente sobre o período em que o órgão repressor da ditadura ocupou o edifício, o Memorial tem ainda um espaço para exposições temporárias sobre o tema, além de participar de diversas frentes da construção da memória da ditadura em São Paulo.

Museus e memoriais têm se tornado uma saída recorrente no caso de lugares de memórias difíceis ao redor do mundo. O tema ganhou mais ênfase recentemente. Um risco que existe nessa prática é o de ameaçar a autenticidade de tais lugares com projetos museológicos cenográficos e excessivos. Ao mesmo tempo, porém, tal uso abre espaço para a discussão e promove a educação e conscientização da população sobre memórias difíceis, que até então era exclusiva de uma pequena parcela da sociedade (como intelectuais, estudantes, artistas e vítimas e sobreviventes).

O Memorial da Resistência foi um dos precursores no tratamento de lugares da memória da ditadura no Brasil. Passou por um conturbado processo de tombamento que se iniciou em 1976, antes da extinção do DEOPS em 1983, e se concretizou apenas em 1999 e, apesar de fazer menção ao valor de memória do edifício ligado ao órgão repressor, foi motivado por seu valor arquitetônico. Após uma polêmica reforma no final da década de 1990, acusada de ter danificado a autenticidade do edifício de maneira irreversível, o museu hoje gerido pela Associação Pinacoteca de Arte e Cultura (APAC) é um dos mais visitados do estado e um dos principais articuladores das medidas de preservação da memória no estado de São Paulo. Pode-se dizer que ele influencia outros espaços de história semelhante no país em seus projetos de memorialização, como o DEOPS/MG, o DEOPS/PE, e a antiga Auditoria Militar, que serão citados mais adiante.

Este panorama mostra ao mesmo tempo a inquietação crescente no País em afirmar a memória da ditadura e traz o desafio de lidar com os lugares em que se deram violações sistemáticas dos direitos humanos. Isso fica evidente tanto na pluralidade de casos de lugares de memória em processo de memorialização que vêm surgindo, como na incerteza de seus destinos como espaços de memória.

Essa realidade vem se intensificando, impulsionada por diversas medidas e organizações, como a Comissão da Anistia, o Núcleo de Preservação da Memória Política e, principalmente, a Comissão Nacional da Verdade, instaurada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em seu relatório, publicado em dezembro de 2014, a Comissão não se restringiu a apresentar a apuração dos fatos e levantamento de casos, como também propôs recomendações naquilo que se refere à preservação da memória das graves violações de direitos humanos, em que fala especificamente do tratamento de lugares de memória, através de sua preservação, marcação e tombamento, e também da criação de memoriais:

Conclusão: “Verdade, justiça e reparação”

Parte V: Conclusões e recomendações

[28] Preservação da memória das graves violações de direitos humanos

48. Devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado

pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Essas medidas devem ter por objetivo, entre outros:

a) preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos;

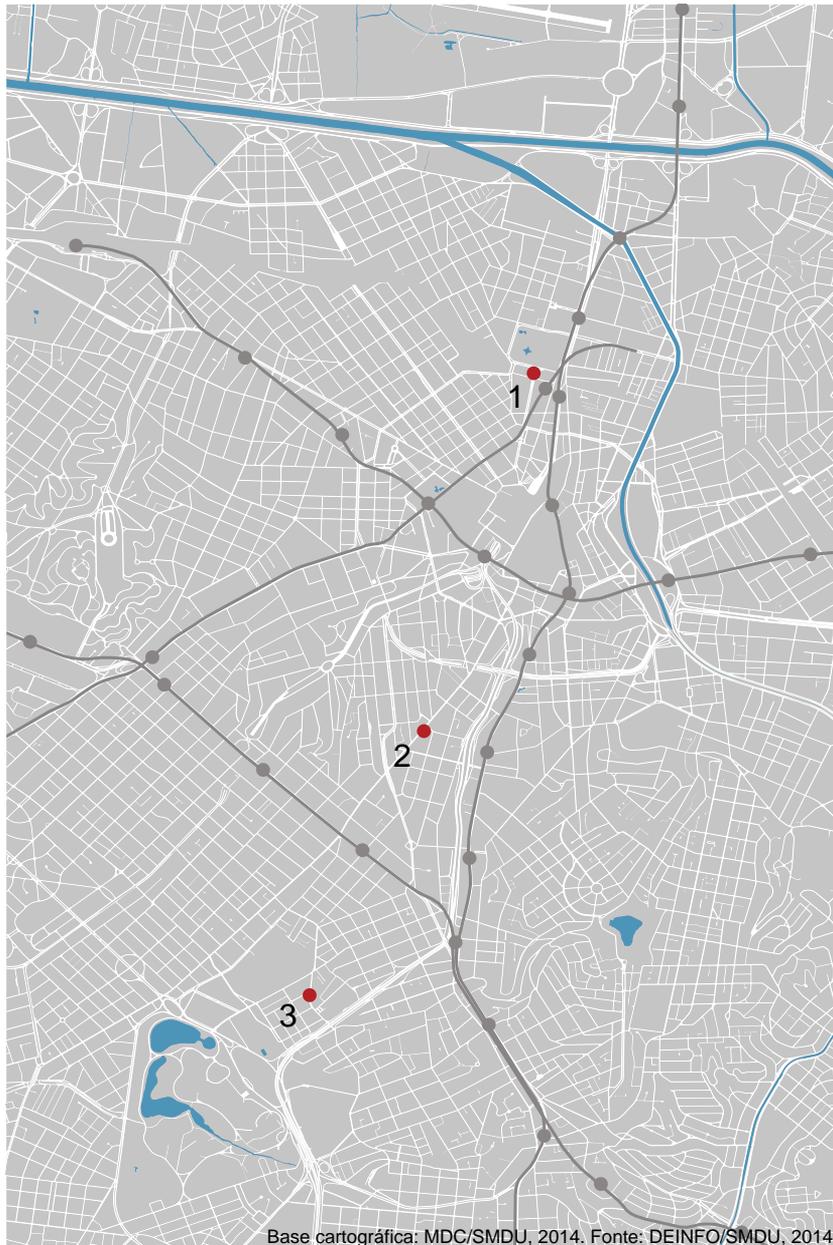
b) instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória.

(Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014).



## Parte II

*São Paulo: do trauma  
à cultura cidadã*

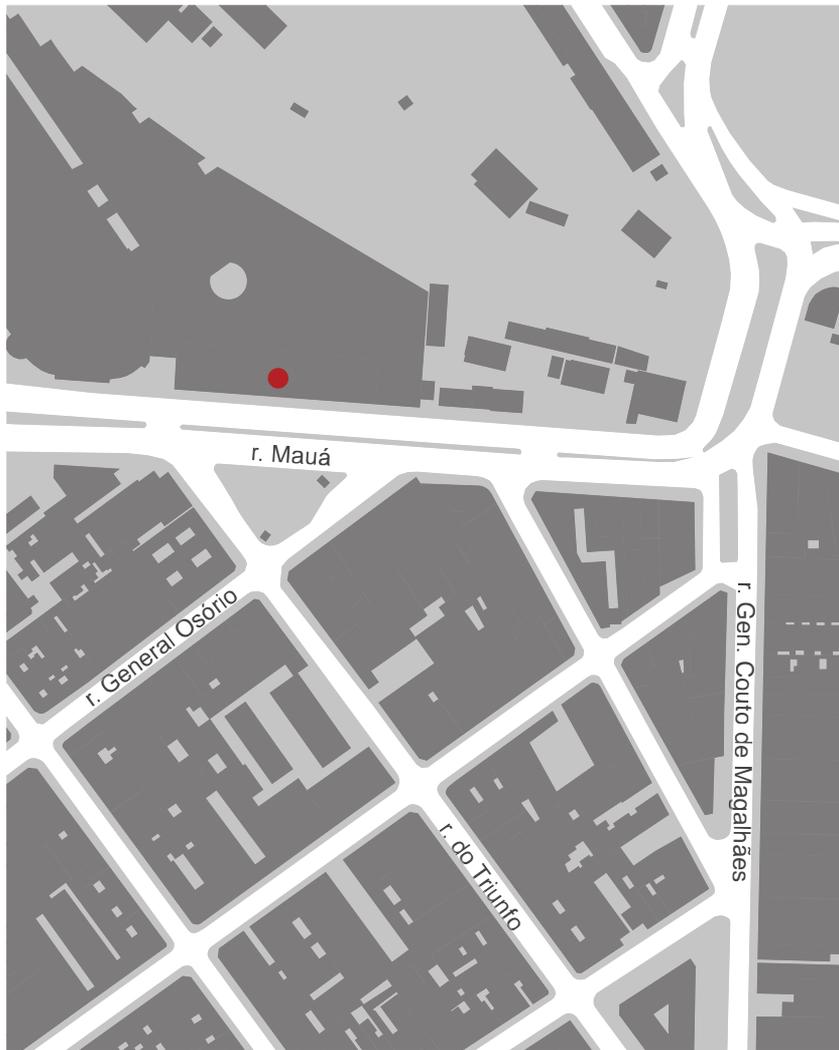


1. Memorial da Resistência - Igo. General Osório, 66
2. Memorial da Luta pela Justiça - av. Brigadeiro Luís Antônio, 1249
3. 36º Distrito Policial - rua Tutóia, 921



Embora os três edifícios tratados neste trabalho estejam localizados na mesma cidade, aparentemente não têm nada em comum. Têm tamanhos, características, estilos, inserções e origens diferentes. Estão ligados por um propósito sinistro que tiveram em um determinado momento da história do País, entre 1970 (com a criação do último deles, o DOI-CODI) e 1977 (quando o mesmo órgão foi o primeiro entre os três a ser desligado). Constituíram a rota da repressão movida contra os “inimigos do Estado”.

Os três funcionaram como órgãos de repressão política do Estado e foram cenário de graves violações dos direitos humanos. Hoje se encontram em diferentes fases do processo de memorialização. Enquanto o antigo DEOPS/SP deu lugar ao já consolidado Memorial da Resistência, espaço ativo na construção da memória da ditadura e articulador de diversas frentes que operam nessa chave, a antiga Auditoria Militar está em processo de transformação para abrigar o Memorial da Luta pela Justiça, sob a gestão compartilhada entre a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Núcleo de Memória Política, onde também funcionará sua sede. Por fim, o antigo DOI-CODI/SP, órgão oriundo da organização clandestina Operação Bandeirante que se multiplicou pelo país, que teve seu tombamento oficializado em 2014 e abriga a 36ª Delegacia de Polícia até os dias de hoje, ainda não tem respostas para o desafio de sua memorialização.



Base Cartográfica: MDC/SMDU, 2014. Fonte: DEINFO/SMDU, 2014.

● Memorial da Resistência - Igo. Gen. Osório, 66



## Capítulo 4

### *De DEOPS a Memorial da Resistência*

Inaugurado em 1914, o edifício projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo teve como programa original os escritórios e armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, tendo funcionado também como estação para embarque e desembarque de passageiros. De 1937 a 1983, no entanto, o prédio, durante o maior período desde sua construção, foi sede do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Criado em 1924, o órgão tinha como objetivo controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime, e “assegurar a disciplina e a ordem”, além de fiscalizar a situação de imigrantes, daí sua localização estratégica junto à estrada de ferro. Em 1946, a ocupação do edifício passa a ser exclusiva do DOPS, então renomeado de DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). O órgão foi muito utilizado no Estado Novo de Getúlio Vargas como instrumento de repressão, mas foi no período de ditadura militar, quando agiu de forma incisiva, com recursos legais ou ilegais, que alcançou o seu auge.

Segundo Deborah Neves <sup>17</sup>, o DEOPS teve três grandes eixos de atuação. De 1924 a 1946 tinha como objetivo observar e reprimir os movimentos operários e sindicalistas, que viriam a culminar na Revolução de 1930. Após a eclosão da II Guerra Mundial, passou também a fiscalizar os imigrantes nascidos em países do Eixo. De 1946 a 1964, após a II Guerra Mundial, veio a se posicionar contra os insurgentes movimentos

---

17 NEVES, Deborah Regina Leal, “A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires”. Dissertação (Mestrado em história). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

contestatórios e comunistas, em alinhamento com as diretrizes dos Estados Unidos para conter o comunismo nos países da América do Sul e América Latina. Por fim, de 1964 e 1983, o órgão fortaleceu a política anticomunista no continente sob a influência dos Estados Unidos, que viam o regime como ameaça no período da Guerra Fria. Assim, fortaleceu a atuação de vigilância e repressão de movimentos de estudantes, trabalhadores, artistas, intelectuais e professores que se opusessem ao regime ou o criticassem de alguma forma. Nesse período, veio a fase mais violenta, impulsionada pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5), de 1968.

Até hoje, pouco é conhecido sobre a forma como se deu a ocupação do edifício pelo DEOPS. De acordo com Deborah Neves, entre o final da década de 1950 e início da década de 1970, a ocupação pode ter abrangido dez celas no térreo, sendo seis na projeção do edifício e quatro construídas posteriormente num anexo localizado sobre a antiga ferrovia, uma cozinha no primeiro andar, Delegacia de Ordem Social, Delegacia de Estrangeiros, Delegacia de Explosivos e Armas, Biblioteca, Cartório e sala da Subchefia no segundo andar, Delegacia de Ordem Econômica no terceiro andar, uma cela clandestina, possivelmente sala de tortura, entre o terceiro e o quarto andar, copa, ambulatório, caixa, vestiário e o Gabinete do Delegado Geral do DEOPS, sala de reunião no quarto andar e sala de escuta clandestina do serviço secreto e sala de armas no quinto andar, além de garagem e oficina em anexo.

A extinção do DEOPS, segundo Neves, se deu em nível nacional em 1983, antes de se iniciar o período de transição. Foi uma forma de evitar que o órgão fosse parar nas mãos da oposição à ditadura, que poderia dar origem a uma “caça às bruxas”. Todos os funcionários do órgão foram transferidos para outras repartições da polícia civil do estado. Somente em 1991, quando uma nova política de arquivos foi criada no Estado, os arquivos da ditadura foram entregues ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e, em 1994, disponibilizados para a consulta pública.<sup>18</sup>

---

18 NEVES, 2014, p. 43.

## Tombar

O tombamento do edifício se iniciou em 1976, com o processo 20151/76. De acordo com Deborah Neves<sup>19</sup>, o DEOPS/SP ainda estava em funcionamento, o que dificultou a prospecção do local e um estudo mais aprofundado de seu projeto. “Razões de segurança”, como foi alegado pelo órgão. O pedido de tombamento referente à antiga Estrada de Ferro Sorocabana foi arquivado por ausência de material para a elaboração de um parecer técnico. Mais tarde, na década de 1980, o edifício foi tombado (processo 24506/86) como parte da mancha urbana do bairro dos Campos Elíseos.

Nos anos 1990, em virtude de uma política de revitalização do bairro, eco do projeto Luz Cultural da década de 1980, graças a uma iniciativa da arquiteta e urbanista Regina Meyer, com o objetivo de promover a revitalização da área central através da instalação de equipamentos culturais nos edifícios históricos, o pedido de tombamento do Antigo DEOPS como edifício isolado de 1976 voltou a ser considerado. O tombamento permitiria a captação de recursos para a reforma dos edifícios através da Lei Rouanet e que impulsionaria a realização do empreendimento urbano de requalificação do bairro. Apesar de o termo Antigo DEOPS aparecer no processo de tombamento, reconhecendo assim seu valor de memória da ditadura militar na cidade de São Paulo, trata-se na verdade da retomada do antigo processo 20151/76, no qual o edifício é nomeado como Antiga Estação da Estrada de Ferro Sorocabana. O tombamento do edifício se dá, portanto, devido ao seu valor histórico e urbanístico, mais do que por seu valor de memória política, o que o difere dos tombamentos do Arco do Presídio Tiradentes, FFCL/USP e DOI-CODI. Embora a escola de dança que havia sido imaginada para o local não tenha sido construída, o projeto Luz Cultural foi um dos responsáveis pela instalação da Pinacoteca do Estado, e pela Sala São Paulo.

---

19 NEVES, 2014, p. 94.

## *Transformar*

Após 1983, o edifício passou pelas mãos da DECON (Delegacia do Consumidor), até ser entregue para a Secretaria de Cultura em 1998, quando a gestão de parte do piso térreo ficou sob administração Arquivo Público do Estado de São Paulo. O tombamento do edifício pelo CONDEPHAAT data de 1999, e em 2002 foi inaugurado o Memorial da Liberdade no espaço gerido pelo Arquivo Público.

O edifício sofreu graves perdas do ponto de vista de sua autenticidade enquanto testemunho histórico, e até como prova forense, depois de uma reforma iniciada irregularmente em 1997, antes que tivesse autorização do CONDEPHAAT. De acordo com Deborah Neves<sup>20</sup>, a obra implicava várias mudanças que comprometiam a autenticidade do prédio, como a tipologia do quarto e quinto andar, a substituição das escadas por prumadas de elevadores, a eliminação dos vestígios deixados pelos presos nas paredes das celas do térreo e a eliminação das celas em anexo. O inquérito 077/01, criado a partir de uma denúncia do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), visava investigar os danos causados com a remoção das inscrições das paredes das celas. O arquiteto responsável, Haron Cohen, no entanto, alegou que os vestígios já não existiam em 1997. Esta polêmica nunca foi completamente esclarecida e o processo<sup>21</sup> ainda está em andamento, já que os depoimentos contrariavam notícias de jornal e fotos do processo de tombamento. Em todo caso, o dano foi considerado irreversível do ponto de vista técnico. A obra já estava consolidada à época do inquérito civil e o Memorial da Liberdade foi inaugurado no ano seguinte, em 2002.

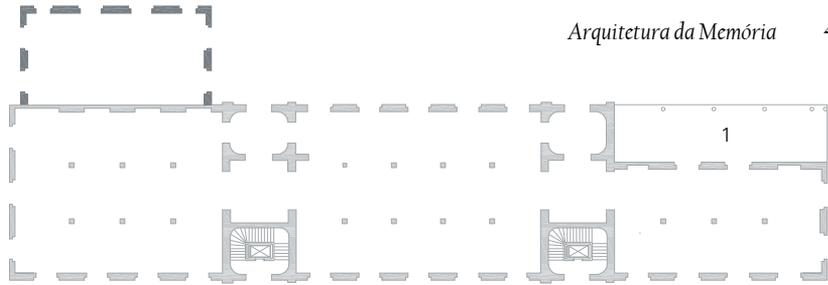
Quando o prédio foi reformulado e restaurado, em um processo que se iniciou em 1999 e terminou em 2002, a gestão do Memorial da Liberdade ficou com o Arquivo Público do Estado de São Paulo. O restante do edifício deveria ficar para o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, mas, em 2002, inaugurou-se uma exposição temporária, que depois não continuou tendo usos sistemáticos. Em 2004, justamente porque não tinha uso, a Secretaria de Estado da Cultura deu o restante do espaço

---

20 NEVES, 2014, p. 124.

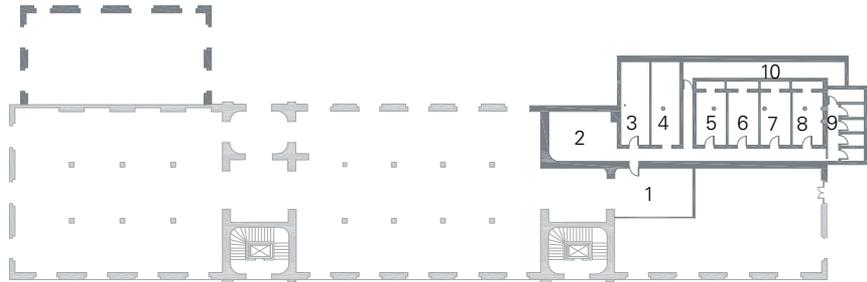
21 Processo judicial 0059357-29.2012.8.26.0053.

1. Plataforma da estação ferroviária.



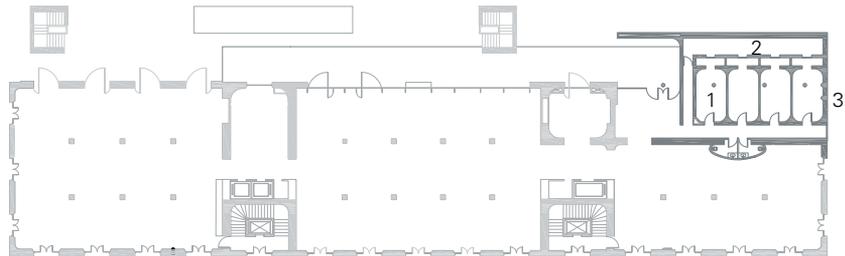
1914: Companhia Ferroviária Sorocabana.

1. Sala do carcereiro.
2. Banheiro.
- 3, 4, 5, 6, 7, 8. Celas.
9. Solitárias, também utilizadas como celas femininas compartilhadas.
10. Corredor para banho de sol.



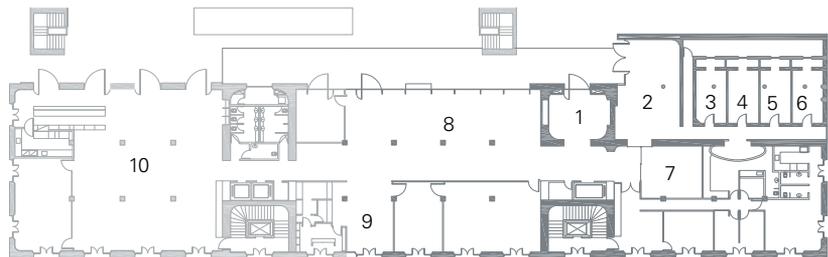
1970: DEOPS/SP.

1. Celas convertidas em espaço de exposição.
2. Corredor externo permanece.
3. As solitárias são removidas.



2002: Memorial da Liberdade.

- 1, 2 e 7. Salas de exposição permanente.
- 3, 5, 6. Celas memorializadas.
4. Cella reconstituída.
8. Exposição temporária.
- 9, 10. Bilheteria e café (compartilhados com a Estação Pinactoteca).



2008: Memorial da Resistência.

para a Pinacoteca do Estado, que instalou ali a Estação Pinacoteca. De 2004 até o início de 2007, a Pinacoteca administrava todo o edifício e o Arquivo Público gerenciava o Memorial da Liberdade, que era em um espaço menor do que tem hoje com outra configuração. (Katia Felipini, em entrevista concedida à autora.)<sup>22</sup>

Segundo Katia Felipini<sup>23</sup>, a participação da APAC veio em 2004, com a instalação da Estação Pinacoteca no restante do edifício. Enquanto o Memorial ocupava uma parte do piso térreo, e não se comunicava com o interior do edifício (nessa época, a entrada era feita por fora), a Estação Pinacoteca ocupava quase todo o prédio. A gestão do Memorial da Liberdade, no entanto, era do Arquivo do Estado, que retinha o arquivo do antigo DEOPS/SP, e por isso se entendia que deveria gerir também o memorial.

Nós sempre fomos contra chamar de Memorial da Liberdade, sempre fomos contra a limpeza que eles tinham feito. Achávamos positivo ter tido a peça de teatro (“Lembrar é Resistir”), ter chamado a atenção para essas celas, só que acabou o teatro, acabou tudo. O espaço ainda era gerenciado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. [...] Um conceito errôneo. Se achava que porque o DOPS tinha documentos, o Arquivo tinha que ser o gestor desse espaço e a gente falou: “não, não tem que ser o gestor, outra entidade tem que ser o gestor”. (Maurice Politi em entrevista concedida à autora.)<sup>24</sup>

Entre final de 2006 e início de 2007, o Arquivo Público, que pertencia também à Secretaria da Cultura, passa para a Casa Civil. A Secretaria da Cultura fala que se a Pinacoteca já gerencia todo o edifício, então ela poderia gerenciar o Memorial da Liberdade. É aí que passa a gestão para a Pinacoteca do Estado. Todas essas questões coincidem com o momento em que os ex-presos perseguidos políticos solicitam ao governo do estado que o Memorial da Liberdade seja melhor explorado em termos de ações educativas e culturais. Aqui não acontecia nada. A pessoa chegava aqui se tinha a ajuda de um ex-presos ou vinha com alguém que sabia a história do edifício. Mas se ela não sabia nada, o máximo que dava para saber é

---

22 Íntegra da entrevista em Anexo VI.

23 Idem.

24 Íntegra da entrevista em Anexo I.

que tinha sido uma prisão, também porque tem a celas. Mas era só isso, ou seja, não serve absolutamente nada para a educação.”(Katia Felipine em entrevista concedida à autora.)<sup>25</sup>

Como explica Katia Felipini<sup>26</sup>, com a mudança do Arquivo do Estado da Secretaria da Cultura para a Casa Civil, entendeu-se que seria melhor que o Memorial da Liberdade continuasse sob tutela da Secretaria da Cultura. Por isso, passou a ser administrado pela organização social APAC (Associação de Arte e Cultura Pinacoteca). Até então, o Memorial, que havia sido pensado para ser Museu do Imaginário e não memorializava de fato as celas, não atingia números expressivos de visitação. A menos que as visitas fossem feitas com o auxílio de alguém que conhecesse o assunto, nada ensinava sobre o período da ditadura. Já havia uma reivindicação da parte dos ex-presos em relação ao conteúdo e ao nome do Memorial. Com a mudança de gestão, as reivindicações foram atendidas. Marcelo Araújo, museólogo e então diretor da Pinacoteca, coordenou a criação de um grupo interdisciplinar para conceber um novo plano museológico. De junho de 2008 a janeiro de 2009, o Memorial da Liberdade passou por uma remodelação que contou com as museólogas Maria Cristina Bruno, Maria Luiza Tucci Carneiro, Katia Felipini, entre outros, em conjunto com o Projeto Integrado Arquivo Público Nacional da Universidade de São Paulo (PROIN), e com o Núcleo de Preservação da Memória Política, então Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

Foi nesse período que a participação dos ex-presos políticos se deu de forma mais intensa. O Fórum surgiu em 2001 em virtude da Lei Estadual 10.726/2001, que versava sobre a indenização de perseguidos políticos (a segunda lei desse tipo no Brasil; a primeira era do estado do Paraná). A lei fixava a criação de uma comissão de treze membros a julgar os requerimentos de indenizações de ex-perseguidos políticos. Rafael Martineli, integrante da comissão, se tornou presidente do Fórum, que foi criado com o objetivo de organizar as pessoas e auxiliá-las nesses requerimentos.

LEI Nº 10.726, DE 08 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre indenização à pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a

---

<sup>25</sup> Íntegra da entrevista em anexo VI.

<sup>26</sup> Idem.



15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo.

Artigo 1º - Fica o Estado de São Paulo autorizado a efetuar o pagamento de indenização, a título reparatório, às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade ou guarda dos órgãos públicos do Estado de São Paulo ou em quaisquer de suas dependências.

Exterior  
do edifício  
projetado por  
Ramos de  
Azevedo.

Havia um grupo dentro do Fórum, que somos os mais jovens entre os velhos, que pensava que sua atuação como ex-presos políticos não devia se limitar a ajudar só as pessoas a receber a sua indenização, e sim ajudar a divulgar a nossa luta, a brigar pelo DOPS, que na época se chamava Memorial da Liberdade. (Maurice Politi em entrevista concedida à autora.)<sup>27</sup>

No ano de 2009, o Núcleo de Preservação da Memória Política se destaca do Fórum de Ex-presos e Perseguidos Políticos e constitui uma entidade de direito privado sem fins de lucro, em decorrência da ativa participação na reforma do Memorial da Resistência.

---

<sup>27</sup> Íntegra da entrevista em Anexo I.

Ainda que o Memorial da Resistência se limite a apenas uma parte do piso térreo do edifício do DEOPS/SP, o espaço ocupado hoje pode ser considerado uma vitória. Inicialmente, o Memorial da Liberdade se limitava às celas. Em 2008, com a remodelação do Memorial, ele passou a dividir com a Estação Pinacoteca a área das exposições temporárias. No entanto, passado algum tempo, o Memorial se provou consolidado e ativo, fazendo uso constante daquele espaço, que então passou a incorporar oficialmente, contrariando a ideia inicial de espaço compartilhado.

Os cinco andares acima estão ocupados pela Estação Pinacoteca, um braço da Pinacoteca do Estado reservado à arte contemporânea também gerido pela organização social APAC e financiada pelo governo do Estado de São Paulo. Todo o complexo museológico da Pinacoteca do Estado está entre o três museus mais visitados de São Paulo.<sup>28</sup> Mesmo assim, se considerado apenas o Memorial da Resistência, este se encontra em décimo segundo lugar no ranking, segundo Maurice Politi, recebendo cerca de oitenta mil visitantes por ano, superando a Estação Pinacoteca, que fica na casa dos sessenta mil.<sup>29</sup>

## Muscalizar

“A museologia é a relação específica que o homem estabelece com a realidade através da experiência museal” (Maria Cristina Bruno, citando ICOFOM 2014).<sup>30</sup>

A museologia é um dos campos que atuam hoje em dia na educação para o patrimônio e na administração da memória, e, segundo Maria

---

28 <http://guia.folha.uol.com.br/passeios/2015/04/1613820-mis-catavento-e-pinacoteca-sao-os-museus-mais-visitados-em-sp-em-2014.shtml>. Acessado em abril de 2015.

29 Demonstrativo financeiro da APAC, janeiro de 2015, em [http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-Pt/Upload/file/Demonstrativos%20financeiros/DEMONSTRATIVO\\_2014.pdf](http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-Pt/Upload/file/Demonstrativos%20financeiros/DEMONSTRATIVO_2014.pdf). Acessado em abril de 2015.

30 Palestra dada por Maria Cristina Bruno no dia 18/05/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na Pós-graduação FAUUSP.

Cristina Bruno<sup>31</sup>, o sucesso dessas instituições está resulta da conjugação de dois conceitos: salvaguarda e comunicação. O primeiro diz respeito a um processo interno ao funcionamento do museu, de preservar a memória. O segundo se refere a transmitir essa memória, de forma a dar a ela um papel na sociedade. Cabe aos museus não apenas cuidar de coleções e acervos, objetos e artefatos, de bens patrimoniais e da memória, mas também promover a relação entre o objeto e o homem, cumprindo o enunciado acima. É da alçada dos museus cuidar de coleções e acervos. Cabe a eles, portanto, preservar, arquivar e expor esse material. No entanto, nos últimos anos, com a desconstrução da ideia de museu, surgiram outros conceitos como indicadores da memória e referências culturais, que não são necessariamente coleções e acervos de objetos ou artefatos.

São dois conceitos que abrem novos horizontes do que deve ou pode ser musealizado. Logicamente, essa abertura exige novas metodologias do trabalho, novas formas de identificar esses indicadores e de trabalhar a cadeia operatória. [...] Nessa estrutura, cujas bases são salvaguarda e comunicação, [...] já há uma abertura muito grande para referências, indicadores, para nós trabalharmos dentro de um outro horizonte de bens patrimoniais, não só o horizonte já decodificado pelo colecionismo (Maria Cristina Bruno).<sup>32</sup>

É justamente nesse momento que entra a ideia de *conceito gerador*, na ausência de um acervo ou coleção. Ela vem de uma visão processual em curto prazo, em que primeiramente se lança uma primeira hipótese, que depois é caracterizada nessa engrenagem museológica. Segundo Maria Cristina Bruno, pode-se dizer que todos os museus são lugares para a memória, ou seja, são lugares de salvaguarda e construção da memória. Nem todos, porém, são instalados em lugares de memória. Estes têm um enorme potencial, e cabe à museologia aproveitá-lo. É o caso do Memorial da Resistência, em que a museologia soube extrair a enorme carga de memória, já que o conceito gerador eleito foi justamente o de resistência,

---

31 Palestra dada por Maria Cristina Bruno no dia 18/05/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na Pós-graduação FAUUSP.

32 Palestra dada por Maria Cristina Bruno no dia 18/05/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na Pós-graduação FAUUSP.

## Os Espaços do Memorial da Resistência de São Paulo



Planta da exposição na Brochura do Memorial da Resistência.

e se apoiava sobre a especificidade do lugar, nas quatro antigas celas remanescentes no térreo.

A partir desse conceito, foi elaborado todo o projeto museológico, desenvolvido a partir da história do DEOPS/SP, da história do edifício e dos conceitos de direitos humanos, repressão e resistência. Para tanto, foi feito um extenso trabalho de pesquisa do Arquivo Público, da USP e da Biblioteca Nacional, e foram realizadas atividades com os ex-presos políticos de coleta de depoimentos, reconstrução de fatos e reconstituição dos espaços.

O Memorial divide-se em exposições temporárias (são previstas três por ano) e uma exposição permanente, que se constrói em quatro momentos<sup>33</sup>:

O primeiro momento (“A”) é “O edifício e suas memórias”: história de edifício e seu uso pelo DEOPS.

O segundo (“B”), “controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória”: contextualização do DOPS no âmbito do Brasil republicano, e a construção histórica dos conceitos “controle, repressão e resistência” relacionados à história do Brasil e seus respectivos governantes.

O terceiro momento (“C”) é “A construção da memória: o cotidiano

<sup>33</sup> Fonte: Brochura Memorial da Resistência, Secretaria de Cultura, Governo do Estado. Recolhido em abril de 2015.



nas celas do DEOPS/SP". O conjunto prisional é hoje o principal espaço do memorial, é composto pelas quatro celas remanescentes, pelo corredor principal e pelo corredor para o banho de sol. Apesar de ter sido palco de traumas e atrocidades, procura-se mostrar este espaço como acolhedor de atitudes de coragem, fraternidade e resistência. Apesar de datar desde o Estado Novo, optou-se pela reconstituição relativa ao período da ditadura militar. Neste momento, porém, a lógica do período da repressão é invertida, e "o protagonismo é atribuído às memórias dos ex-presos e, a partir delas, a concepção de cada espaço valorizou a resistência como o elemento de ligação entre o trágico passado aqui vivenciado e os novos tempos amparados por experiências democráticas" <sup>34</sup>.

A primeira cela é dedicada a mostrar processo de implantação do Memorial. Em um painel na parede, textos explicam os dilemas preservacionistas do processo, a trajetória da equipe que concebeu a exposição e atividades por ele realizadas, além de fotos do memorial em diferentes momentos.

A segunda cela procura prestar uma homenagem aos milhares de presos desaparecidos ou mortos em decorrência de ações do DEOPS/SP, para chamar a atenção dos visitantes para o fato de que as ações da ditadura envolvendo mortos e desaparecidos são latentes até hoje e sobre elas nós devemos incidir da forma que for possível. O projeto expográfico inicial era baseado em uma projeção multimídia. Atualmente, estão expostas na cela máscaras de papel realizadas em atividade com os ex-presos.

Para a terceira cela, optou-se por fazer a reconstituição de uma

À esquerda, sala "A", "O edifício e suas memórias".

À direita, sala "B", "Controle, repressão e resistência, o tempo político e a memória".

<sup>34</sup> Fonte: Brochura Memorial da Resistência, Secretaria de Cultura, Governo do Estado. Recolhido em abril de 2015.



À esquerda, reconstituição do banheiro na terceira cela.

À direita, reconstituição do espaço carcerário na terceira cela.

cela referente ao período em que foi utilizada pelo DEOPS/SP durante a ditadura militar. O projeto, assim como a decisão de executá-lo, foi baseado principalmente nos testemunhos e nas atividades realizadas com os ex-presos. Foi preciso encontrar um ponto comum entre todos os depoimentos, pois, por se tratar da memória subjetiva, não retravam os espaços com precisão, e diferiam em muitos aspectos uns dos outros. Eram, porém, permeados de detalhes e pormenores, que foram retratados na cela constituída por mobiliário e objetos como os colchonetes, latrina, pia, varal, etc.

Uma das coisas que os ex-presos queriam que a gente fizesse no processo de implantação era uma cela que lembrasse como era uma cela do período. Uma coisa que desgostava muito a eles era que todas as inscrições da parede foram tiradas, na reforma que fizeram em 2002. Então, eles gostariam que tivesse uma configuração para que as pessoas pelo menos tivessem uma ideia do jeito que era. Eles deram toda a consultoria para gente – qual era a cor da pilastra, da porta, das paredes, até onde ia a cor cinza e depois o que era branco, que o piso era de madeira, a privada era de tal jeito. Outra coisa que eles queriam, que a gente achou que deveria ter porque fazia parte da configuração anterior, era as inscrições na parede. Um dia nós deixamos todo o espaço preparado conforme eles tinham falado e um dia eles vieram aqui, umas 15 – 20 pessoas, mais ou menos e fizeram as inscrições nas paredes, cada qual ia tentando lembrar as pessoas que tinham sido presas, aqui ou em outros lugares, e foram colocando as inscrições. Eles tiveram total liberdade para escrever o que

quisessem. (Katia Felipe, em entrevista concedida à autora.)<sup>35</sup>

Embora possa ser criticada do ponto de vista da arquitetura e do restauro, já que reconstrói um ambiente de maneira cenográfica, contrariando preceitos do restauro de John Ruskin e da Carta de Veneza, a reconstrução da cela foi fruto de discussões entre a equipe responsável pelo projeto museológico e o Fórum de Ex-presos. Além disso, pode ser vista como uma atividade emblemática do ponto de vista da construção da memória, assim como a atividade de marcação das paredes. A atividade foi fotografada e registrada, e contou com a participação de alguns ex-presos políticos mais estreitamente ligados com o projeto, e se deu de forma unânime dentro da organização do museu. Outro resultado desta parceria foi a construção de uma maquete representando o térreo do edifício durante o funcionamento do DEOPS, no período de 1969 a 1971, onde funcionava a carceragem. Durante a polêmica reforma que se desenrolou de 1997 a 2002 no edifício, não apenas foram apagadas as inscrições nas paredes das celas, como também foram demolidas quatro celas existentes num anexo adjacente ao prédio.

À medida que a gente foi fazendo as coletas de testemunhos, a gente viu que era importante ter uma maquete para que os visitantes soubessem como era esse lugar e como tinha sido transformado lá embaixo, no espaço do memorial. Foi na coleta de testemunhos que a gente soube que ali já foram 10 celas, porque tinham quatro nos fundos, as quatro remanescentes e aquelas duas atuais. As duas de onde era o anexo D foram derrubadas na década de 90, a gente imagina. A gente acha importante que as pessoas conheçam. Como o lugar vai se transformando à medida que a repressão vai aumentando e mais pessoas vão sendo presas e precisa ir ampliando o lugar. Tem tudo a ver com a história do lugar. (Katia Felipe em entrevista concedida à autora.)<sup>36</sup>

De acordo com Katia Felipini<sup>37</sup>, coordenadora do Memorial, até hoje as marcações geram repercussão, sendo um dos elementos de memória mais viva do Memorial da Resistência. São visitantes que são ex-presos, ou parentes de ex-presos que não identificam os nomes na parede da cela, e ora pedem autorização para marcá-la ou reivindicam que seja marcada, ora

---

35 Íntegra da entrevista em Anexo VI.

36 Idem.

37 Em entrevista concedida à autora (íntegra em Anexo VI).

Interior da quarta cela, onde se podem ouvir trechos de testemunhos de ex-presos.



marcam sem autorização. Já houve casos em que crianças e adolescentes marcaram as paredes fora da proposta do espaço, mas casos como este são extremamente raros.

Em princípio a gente teve receio que as pessoas não gostassem que seus nomes estivessem lá naquelas paredes. A gente viu que é justamente o contrário. Se é amigo, familiar ou o próprio ex-presos, ele quer ter o nome lá. Mesmo a gente explicando que aquilo é uma coisa simbólica porque a gente não teria como lembrar nem como saber de todas as pessoas que estiveram presas em todos os presídios do Brasil, então por isso é uma coisa simbólica. Mas quando eles querem a gente vai lá e coloca porque é uma coisa legítima. É uma coisa que faz bem pra eles e agente vai acrescentar. (Katia Felipini em entrevista concedida à autora.)<sup>38</sup>

A quarta e última cela é uma evocação dos valores que foram preservados apesar das adversidades e privações do período, em especial a solidariedade vivida entre os presos, “cujas ações de resistência colaboraram para sua sobrevivência diária”<sup>39</sup>, simbolizada no cravo vermelho disposto no centro da sala. Alguns trechos de testemunhos que relatam o cotidiano prisional foram editados e estão disponíveis em fones de ouvido.

A cela 4 (...) não estava no projeto inicial. Quando a gente começou a fazer a coleta dos testemunhos foi surgindo um material tão rico que a gente achou que deveria ser aproveitado para gente colocar lá porque

<sup>38</sup> Íntegra da entrevista em Anexo VI.

<sup>39</sup> “Memorial da Resistência”, Pinacoteca do Estado, Governo de São Paulo, São Paulo, 2009.

dava mais realidade, mais concretude a esse lugar. Foi superaceito. (Katia Felipini, em entrevista concedida à autora.)<sup>40</sup>

Chegamos então ao quarto momento da exposição (“D”), “Da carceragem ao Centro de Referência”. Trata-se da última sala da exposição permanente do memorial, possibilita um aprofundamento temático, através da consulta a bancos de dados, além da exposição de documentos e objetos provenientes de dossiês e prontuários produzidos pelo Deops/SP, com fotografias do edifício durante o funcionamento do órgão.

O Memorial da Resistência é um espaço vivo de constante construção da memória, e atua constantemente em diversas frentes visando construir esse espaço de consolidação da democracia e rememoração da ditadura em São Paulo, através das frentes:

- coleta regular de testemunhos de ex-presos políticos e de familiares de desaparecidos;
- centro de referência de fontes documentais e bibliográficas;
- participação no programa lugares de memória no Estado de São Paulo;
- ação cultural, promovendo lançamentos de livros, debates, ciclos de filmes relacionados à temática resistência e os “Sábados resistentes”;
- ação educativa, ativa participação no tratamento do tema da ditadura e da resistência com crianças e adolescentes através de visitas guiadas, apoio pedagógico e capacitação de professores nos programas “Encontro com Educadores” e “Encontros de Aprofundamento Temático”;
- exposições, sendo uma delas permanente e a outra de curta duração (aproximadamente três meses).

O Memorial da Resistência pode ser considerado um dos primeiros lugares da ditadura a ser devidamente memorializado em São Paulo e no Brasil. Do ponto de vista da quantidade de público, desempenha essa função com sucesso. Em 2014, por exemplo, foram recebidos 77.284 visitantes,

---

40 Íntegra da entrevista em Anexo VI.

superando a expectativa de 70 mil, e 17.106 estudantes, superando a expectativa de 14 mil.

Apesar de a reforma de 1997 poder ser considerada criminosa do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico, pois as paredes das celas constituíam testemunhos históricos e documentos forenses, do ponto de vista dos lugares de memória e consciência é possível fazer uma outra leitura da questão. Ainda que o apagamento de vestígios deva ser reconhecido como problemático e eventualmente criminoso, significa também a incidência de uma nova camada histórica sobre um sítio, e pode ser objeto de novas problematizações. Nesse caso, ela reflete a interpretação que se fazia da memória da ditadura, vista por algumas pessoas como uma ameaça que “contaminaria” o processo de conversão do edifício em centro cultural. Essa “ameaça” deveria, então, ser removida.

O longo processo de tombamento do edifício, bem como a polêmica reforma realizada entre 1997 e 2002, suspeita de ter “higienizado” o edifício dos vestígios da atuação do DEOPS/SP, são testemunhos das dificuldades vividas na redemocratização do País para lidar com essa memória dolorosa e conflituosa. Isso porque, apesar de terminada há trinta anos, a ditadura deixa vestígios nas instituições, nas políticas públicas e nas vidas de pessoas que ainda não tiveram um desfecho nos casos de familiares desaparecidos durante esse período. O esforço em tombar o edifício encontrou impedimentos reais devido ao órgão repressor que o ocupava, e tanto sua configuração quanto as práticas realizadas nele permanecem nebulosas até os dias de hoje.

No entanto, após dificuldades no tombamento, conflitos na instalação do museu e danos causados às dependências, o espaço prova-se dia após dia ativo na manutenção da memória. Ele também ajuda na educação e na construção da democracia no país, sendo um dos precursores na introdução do tema da ditadura de forma didática e pedagógica com crianças. O museu, gerido pela APAC, juntamente com a Pinacoteca do Estado e com a Estação Pinacoteca, está, como já foi dito, entre os doze museus mais visitados da cidade de São Paulo, e é hoje o principal responsável pela construção da memória da ditadura militar na cidade, dedicado exclusivamente a esta temática. Uma característica que deve ser ressaltada aqui é a gratuidade na entrada ao Memorial. Diferentemente da Pinacoteca do Estado, que cobra pelo ingresso, o Memorial da Resistência é 100% subsidiado pelo Governo do Estado, e



a gratuidade do ingresso, além de incentivo à visitação e disseminação do conhecimento sobre a ditadura militar, é símbolo da política de reparação, bandeira da Comissão Nacional da Verdade.

O Memorial da Resistência é resultado de um esforço de anos, desde o tombamento do edifício em 1999, reconhecendo o seu valor na memória da ditadura, até sua inauguração em 2008. Como explicado por Jennifer A. Jordan, é resultado dos quatro pilares da memorialização: ativismo, ressonância, condições de uso e posse do edifício. A mobilização de ex-presos políticos, parte do Fórum e do Núcleo de Memória, além de urbanistas e outras partes, buscou a memorialização do lugar. Os conflitos ocorridos nas décadas de 1990 e 2000, referentes ao tombamento e à reforma do local, apenas contribuíram para a sua visibilidade, no pilar chamado de “ressonância” por Jordan. Embora a reforma de 1997 tenha danificado o prédio em relação à sua autenticidade de espaço carcerário, todo o debate que envolve a questão torna a memória ainda mais viva, enriquecendo a discussão e a “interpretação pessoal” do local e do tema, como exposto por Gabi Döfff-Bonekämper.

Apesar de ser extremamente ativo na construção da memória da ditadura militar, não se limitando à expografia, mas indo além na promoção de atividades relacionadas ao tema e na ação educativa, algumas das vertentes de trabalho não são visíveis no projeto museológico atual do museu, o que pode produzir a idéia de que ele se resume à exposição de

Exterior da antiga plataforma de embarque e desembarque, convertida em corredor de banho de sol na época do DEOPS, e hoje parte da exposição do Memorial da Resistência.

As colunas nas celas são uma das únicas remanescências do período da Companhia Sorocabana visíveis no projeto museológico.



longa duração. Com efeito, muitas vezes, ao se referirem ao “Memorial da Resistência”, as pessoas se referem à exposição de longa duração, tomando assim a parte pelo todo.

O projeto museológico do Memorial da Resistência elegeu um período específico da história do edifício para ser memorializado, como acontece frequentemente com a musealização de lugares de memória. A cela reconstituída busca representar o edifício na década de 1970, período mais expressivo da história do Departamento, protagonista do projeto museológico. Embora a história do edifício esteja presente na exposição, pouco se vê do período referente à Companhia Ferroviária Sorocabana. Enquanto a reforma de 1997 (e instalação do Memorial da Liberdade em 2002) preocupou-se em deixar bonito o espaço, eliminando vestígios de trauma, ou a “expressividade opressiva” descrita por Jennifer Jordan, o Memorial da Resistência de 2008 procurou memorializar o DEOPS/SP, permitindo assim que outros aspectos da memória do edifício fossem perdidos. Hoje, o único vestígio dos tempos da Companhia Ferroviária Sorocabana são as colunas presentes nas celas, “castironcolumns” trazidas da Inglaterra para a construção do edifício. É possível que na busca em memorializar o período do funcionamento do DEOPS/SP durante a ditadura militar, a escolha do projeto museológico tenha privilegiado um momento histórico em relação aos demais.



## *Seguir*

Atualmente, outro desafio enfrentado pela instituição do ponto de vista do espaço é a divulgação das muitas atividades de que participa. O espaço para exposições temporárias é restrito. Isso acaba por sacrificar a exposição de outros materiais produzidos pelo Memorial, como, por exemplo, no projeto “Lugares de Memória”, um cuidadoso levantamento de sítios relacionados à ditadura no Estado de São Paulo.

Ainda na linha dos lugares de memória, o Memorial iniciou uma parceria com a disciplina da FAU-USP, Lugares de Memória e Consciência, ministrada no primeiro semestre de 2015, pelo professor Renato Cymbalista, em que se procura fazer a reconstituição virtual das dependências do DEOPS/SP através da interpretação de depoimentos colhidos pela instituição. Se obtiver bons resultados, esse material poderá vir a ser exposto no Memorial, que deve passar por uma reforma nos próximos meses.

Projetos como esse são frutos da visão plural do plano museológico. Segundo Maria Cristina Bruno, a proposta para um museu não se limita ao projeto expográfico, mas se estende às linhas de ação museológica, diretrizes que orientam a gestão do museu, como linha de ação educativa, linha de pesquisa, publicações e outras.

Dois anos após a implementação do Memorial da Resistência, foi feita uma avaliação e, com base nela, surgiu um plano museológico para

Fotos da atividade realizada no dia 25.04.2015 no Memorial da Resistência com Katia Felipini e Ana Paula Brito para a disciplina da FAU-USP "Lugares de Memória e Consciência" com o professor Renato Cymbalista.

os cinco anos seguintes, visando, no final desse período, a autonomia do museu. Trata-se, portanto, de uma proposição plural, que leva em conta também os recursos disponíveis na instituição para realizá-la. No caso do Memorial, que está no fim do período previsto no plano museológico, essa ação se dá através da ação educativa, da pesquisa e levantamento dos lugares de memória, da coleta de testemunhos, do curso de direitos humanos para professores e dos "Sábados Resistentes", realizados em parceria com o Núcleo Memória.

Quando a gente faz a proposta, não é só a proposta da exposição. Tanto lá (Memorial da Resistência) como em outros casos de museus, a gente propõe linhas de ação museológicas. Pra deixar claro pra um gestor lá em cima, que não tenha experiência nessa área, que não adianta só fazer exposição, essa é só uma linha de ação. Tem que ter uma linha de ação educativa, tem que ter uma linha pra continuar a pesquisa, por exemplo, porque isso é o começo, isso não se basta. No caso do Memorial tem a parte de lugares da memória e de testemunhos. Tem que ter publicações e etc. No caso do Memorial, desde o início ele já foi planejado como linhas de ação museológica. As linhas começaram a se desenvolver, mas como são pouquíssimas pessoas, umas se desenvolveram mais e outras menos. O diagnóstico que a gente fez em 2010 – 2011 foi justamente pra avaliar isso, então falamos 'olha, precisa agora ter um incremento na linha de pesquisa'. A gente fez a avaliação do que tinha valido a pena, do que tava errado e fez um plano pra cinco anos. O final deste plano é a autonomia do Memorial, mas isso vai depender se as etapas forem cumpridas. Sempre a gente faz essa proposição plural, por exemplo, quando a gente propõe que tem que ter linhas de ação educativa, isso depende de ter educador, de ter vínculo com a escola, de ter material didático e organizar visita. Eles, no caso, têm muitas atividades também importantes como o curso que eles fazem todo ano com professores de direitos humanos, isso é importantíssimo porque não tinha no ensino público. (Maria Cristina Oliveira Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>41</sup>

Atualmente, com o sucesso da instituição refletido no número de visitas e na influência sobre projetos de memoriais da ditadura que começam a surgir pelo País, está prevista uma reforma no piso térreo do edifício que promete aumentar o espaço conferido ao Memorial da

---

<sup>41</sup> Íntegra da entrevista em Anexo II.

Resistência, com a diminuição do espaço do café. Isso permitirá a divisão do fluxo de visitantes em dois circuitos dentro do museu, e conseqüentemente, uma maior capacidade de visitantes.

Ele já tem um novo projeto pra exposição, foi feito no ano passado. Eu fiz parte porque a Kátia chamou todo mundo que já tinha participado no primeiro. A equipe do Memorial apresentou toda uma avaliação pra gente, do que deu certo e do que não deu certo. Nessa altura o Memorial já tem muito mais conhecimento e informação pra transmitir, porque os projetos de testemunho se ampliaram, então a gente precisaria ter mais espaço pra falar. Coincidiu que a Pinacoteca ia reformar o andar térreo e esse dado muito objetivo, que é o dado de público de lá que é altíssimo. Nós fomos muito pautados, pela equipe do Memorial que mostrou pra gente coisas muito objetivas e concretas, a gente conversou numa primeira reunião e chamamos o mesmo pessoal, por exemplo, o mesmo profissional que tinha feito a comunicação visual e a gente começou a pensar um novo projeto. Daí ele ficou pronto. A ideia geral é que a entrada da estação vai ser onde é o café, vai ter uma mudança ali, o café vai ficar pequeno, ali já sobe o elevador e toda aquela outra parte seria o Memorial. A entrada do público vai ser feita lá por trás. Várias outras discussões entraram, a possibilidade de apresentar objetos, que são avaliações que foram feitas, do que o público sente falta, da mudança temática das celas... Agora o projeto tá pronto. Foi aprovado em 2014 pela Pinacoteca e estava na programação deste ano só que houve corte na obra, eu penso. Na nossa primeira reunião do conselho com o novo diretor da Pinacoteca, que é o Tadeu. Basicamente a gente vai falar dessa fase, se precisa ampliar, se não precisa ampliar e ele precisa aprovar. É assim que funcionam as instituições, não adianta só a nossa vontade.”(Maria Cristina Oliveira Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>42</sup>

---

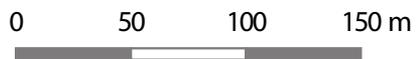
42 Íntegra da entrevista em Anexo II.





Base Cartográfica: MDC/SMDU, 2014. Fonte: DEINFO/SMDU, 2014.

● Memorial da Luta pela Justiça - av. Brigadeiro Luís Antônio, 1249



## Capítulo 5

### *De Auditoria Militar a Memorial da Luta pela Justiça*

O segundo local a integrar a nascente rede de lugares de memória da ditadura militar na cidade de São Paulo será o Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros contra a Ditadura, cujo projeto está sob aprovação pela Lei Rouanet. O plano é instalar o novo projeto no casarão localizado no número 1249 na Av. Brigadeiro Luís Antônio.

O casarão não foi projetado para o uso que em breve será memorializado. Originalmente residência de uma família de italianos, foi ocupado em 1938 pela Auditoria Militar, quando esta ainda se limitava às suas competências originais, de julgar os crimes militares. Em 1964, no entanto, com o golpe militar, a repartição pública teve suas atribuições ampliadas, passando a receber denúncias através de inquéritos policiais e sendo encarregada de julgar também civis acusados de subversão. A maior parte dos julgamentos lá realizados se deu entre 1967 e 1978, durante o período mais repressor da ditadura, especialmente após o AI-5, que entrou em vigor em 1968. Segundo Deborah Neves, na ditadura brasileira, apesar do registro de “apenas” quatrocentas mortes, um número pequeno se comparado às ditaduras argentina e chilena, houve violência institucional.<sup>43</sup> Houve a preocupação da parte do Estado de institucionalizar a violência e a repressão. Essa medida distingue a ditadura militar brasileira de outras na América do Sul, em que isso não aconteceu da mesma forma, porém a aproxima do regime nazista que adotou também uma prática de violência institucionalizada.

---

<sup>43</sup> Palestra dada por Deborah Neves no dia 11/03/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na FAUUSP.

Como o casarão que abrigava a Auditoria Militar não possuía carceragem, os presos eram encaminhados para uma sala externa ao edifício. Ali esperavam pelos julgamentos, que nem sempre aconteciam. Quando aconteciam, no entanto, eram frequentemente ilegítimos, já que a sentença do juiz era escrita previamente, segundo depoimento do ex-presos político e hoje membro do Núcleo de Preservação da Memória Política Maurice Politi, julgado em 1970. Além da falta de legitimidade dos julgamentos, a Auditoria Militar também dificultava o trabalho dos advogados de defesa dos acusados, inviabilizando o contato entre eles e o réu e limitando extremamente o acesso aos processos.

Enquanto o Memorial da Resistência é claramente resultado de uma demanda por reparação da parte do Estado (está sob tutela do governo, e é 100% subsidiado), o Memorial da Luta pela Justiça tem um caráter diferente, está muito ligado ao ativismo da sociedade civil, principalmente do Núcleo de Preservação da Memória Política, que toma as rédeas de sua instalação e administração. Após sua intensa participação como assessoria no projeto do Memorial da Resistência em 2008, o Núcleo se destacou do Fórum dos Ex-presos Políticos e se firmou como grupo independente em 2009, podendo assim dedicar-se mais à luta pela construção da memória da ditadura militar. Como conta Maurice Politi, uma das batalhas do Núcleo era a marcação de lugares de memória e consciência da ditadura militar, em especial aqueles referentes às graves violações dos direitos humanos.<sup>44</sup> Após o Memorial da Resistência já estar consolidado, era importante dirigir esforços para outros lugares, e os próximos seriam o antigo DOI-CODI e a antiga Auditoria Militar.

A primeira coisa que nós fizemos em 2010 foi pedir o tombamento do DOI-CODI. Ele é feito individualmente porque precisava uma pessoa que estivesse envolvida pedir o tombamento. Quem fez o pedido foi o Ivan Seixas, porque lá morreu o pai dele. Ele como vítima direta, filho de uma pessoa que morre no local, apoiado por outras entidades. Nessa mesma ocasião nós começamos a ver que tínhamos muitas relações com o Ministério Público. O Ministério Público começou a investigar e criou um grupo de trabalho. Começamos a ficar conhecidos e as pessoas nos chamavam dizendo que existiam outros prédios, como o da Auditoria

---

<sup>44</sup> Em entrevista concedida à autora (íntegra em Anexo I).

Militar. (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora.)<sup>45</sup>

Com a criação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT) pelo Ministério Público Federal, em 2011, com a finalidade de buscar a persecução penal dos crimes praticados na ditadura, estreitaram-se as relações entre Núcleo e Ministério Público.

Falamos com o Ministério Público Federal já que o prédio era federal. Em 2011 tivemos um encontro com o sub-procurador geral da república, Aurélio. Ele entendeu o nosso pleito e falou com o Ministério Público aqui de São Paulo e ordenou que o Ministério Público de São Paulo fosse atrás desse prédio. (Maurice Politi em entrevista concedida à autora.)<sup>46</sup>

Apesar de não ser individualmente tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) o edifício faz parte do tombamento da mancha urbana dos bairros Bixiga e Bela Vista do CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). Assim criou-se o cenário para o pleito da cessão do edifício da antiga Auditoria Militar, que pertencia à União e estava desocupado, junto à Secretaria de Patrimônio da União em 2011. No entanto, a cessão só se concretizaria se houvesse recursos para a reforma e manutenção do edifício, que se encontrava desocupado há anos.

Primeiro veio a ideia de pegar esse prédio e fazer alguma coisa relacionada com advogados e a justiça. A intenção de memorializar era nossa e do Ministério Público. Só que para memorializar, precisava recurso e ali não entrava o Estado, então tinha que pedir para a União. A gente pensou que ele podia ser cedido para a OAB e nós temos um acordo com a OAB de parceria para esse prédio, que eu espero que funcione. Está no papel, mas nós não temos recursos, eles que têm. (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora.)<sup>47</sup>

A parceria com a OAB veio então com a perspectiva de captar recursos, adequando-se perfeitamente à questão simbólica da história do edifício de luta pela justiça, especialmente da parte dos advogados

---

<sup>45</sup> Íntegra da entrevista em Anexo I.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Idem.

dos presos políticos, e ao propósito que o Núcleo tinha para ele. Nesse processo, foi preciso negociar também com a PF (Polícia Federal), para a qual o edifício já havia sido cedido, e que tinha interesse em instalar no local um posto de atendimento a estrangeiros. A PF, no entanto, não tinha os recursos necessários para a reforma do edifício. O edifício foi cedido então à OAB, e à Polícia Federal foi reservado um prédio do Governo do Estado.

O edifício está desde agosto de 2014 sob a administração da OAB-SP, por contrato de cessão por vinte anos, renováveis pelo mesmo período. Foi realizado um projeto museológico que se encontra atualmente em tramitação no Ministério da Cultura para aprovação pela Lei Rouanet. A perspectiva é que os recursos venham principalmente de grandes escritórios de advocacia, cujos advogados tenham relação com a luta de ex-presos políticos, e de empresas envolvidas com a OAB, o que deve ser articulado principalmente pelo Núcleo de Preservação da Memória Política, que vem atingindo resultados expressivos no ativismo pelos Lugares de Memória em São Paulo nos últimos anos. A aprovação do projeto pela Lei Rouanet deve sair ainda em 2015, e a abertura do Memorial está prevista para o fim de 2016.

## *Refletir*

Embora o Memorial da Resistência seja a principal referência na idealização no Memorial da Luta pela Justiça, há diferenças essenciais entre os dois casos. O inevitável alinhamento entre as duas instituições é refletido entre outras coisas na equipe de concepção do novo Memorial, composta por pessoas envolvidas em ambos os projetos, como Maurice Políti, presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, Ana Paula Brito, diretora da mesma instituição, Katia Felipini e Maria Cristina Bruno, museólogas. No entanto, desta vez a equipe conta com um integrante que faz do processo de implantação do museu uma experiência diferente. Trata-se de Marcos Cartum, arquiteto responsável pela reforma do edifício.

Embora o prédio tenha passado trinta anos desocupado, sofrido uma ocupação irregular de moradia e, mais tarde, uma reintegração de

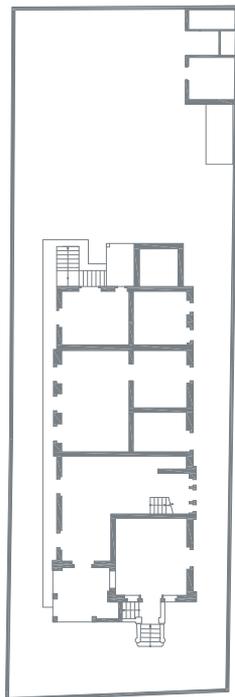
posse, a configuração da antiga Auditoria Militar no período mais violento da ditadura militar, de 1969 a 1976, ainda aparece. Diferentemente do que aconteceu na implantação do Memorial da Resistência no antigo DEOPS/SP, em que a reforma clandestina precedeu a instalação do museu incumbido de recuperar a memória do local, no caso do Memorial da Luta pela Justiça projeto arquitetônico e projeto museológico acontecem simultaneamente, o que gera resultados positivos do ponto de vista da preservação do espaço enquanto lugar de memória.

Enquanto o Memorial da Resistência não possui acervo próprio (os antigos processos do DEOPS/SP encontram-se no Arquivo Público), o Memorial da Luta pela Justiça tem a ambição de constituir um, a partir dos arquivos de advogados e ex-presos políticos referentes aos processos lá julgados, e de todo arquivo que foi levantado para o livro “Brasil: Nunca Mais”. Caberá ao Memorial a atribuição de reunir, preservar e intervir sobre esse acervo. Isso cria uma concepção completamente diferente daquela do Memorial da Resistência. Enquanto este parte de um conceito gerador, o da Resistência, o outro é interlocutor de um arquivo físico, o qual deverá resguardar, organizar e expor.

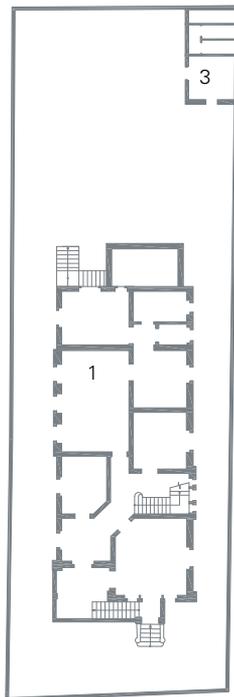
Fachada do casarão da Av. Brigadeiro Luís Antônio, com a placa do período da ditadura que permaneceu até pouco tempo atrás e hoje faz parte do acervo do Memorial.



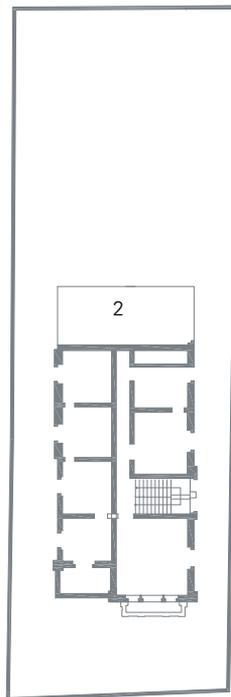
Plantas do edifício construído por volta de 1920.



Sub-solo



Primeiro Pavimento

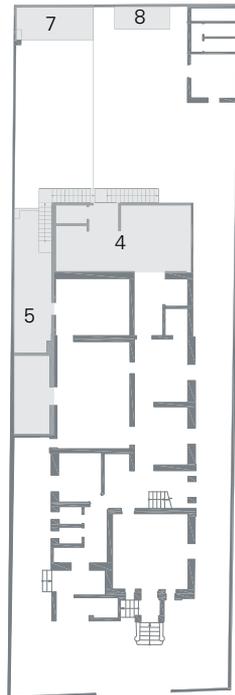


Segundo Pavimento

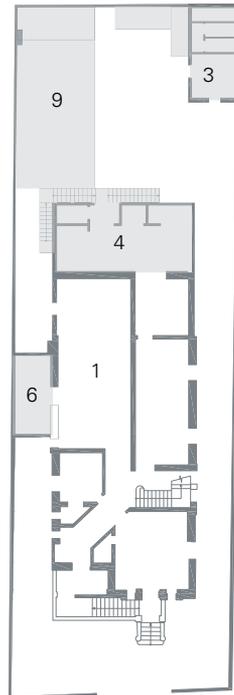
Plantas do casarão como construído na década de 1920, já alterado em relação ao projeto de 1919.  
1. Sala  
2. Varanda  
3. Edícula  
(Fonte: material cedido por Marcos Cartum.)

Plantas do edifício em sua configuração como Auditoria Militar, na década de 1970, com adições e alterações.

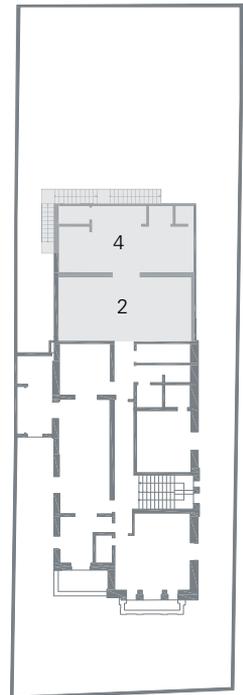
1. A sala de julgamentos é feita a partir da junção de dois cômodos no primeiro pavimento.
  2. A varanda aos fundos é fechada.
  3. A edícula é transformada em sala de guarda e ganha um segundo pavimento.
  4. É feita uma ampliação aos fundos da casa.
  5. O corredor lateral externo à casa é fechado.
  6. É construído ainda um segundo pavimento sobre essa adição.
  - 7, 8. Duas adições são feitas aos fundos do terrenos.
  9. É feita uma cobertura para o estacionamento.
- (Fonte: material cedido por Marcos Cartum.)



Sub-solo



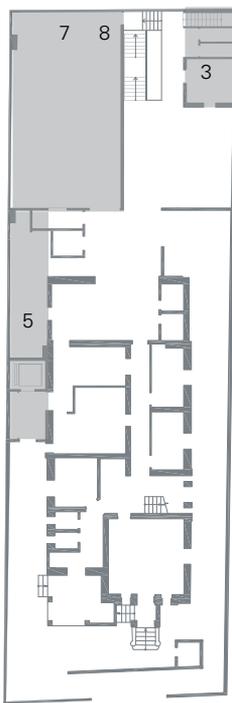
Primeiro Pavimento



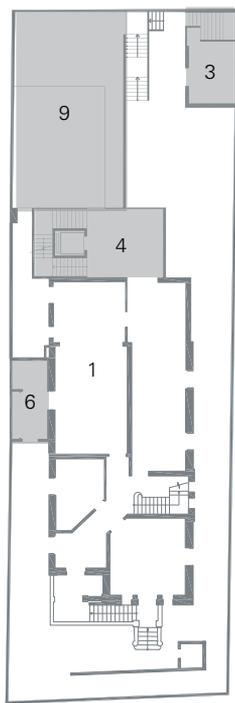
Segundo Pavimento



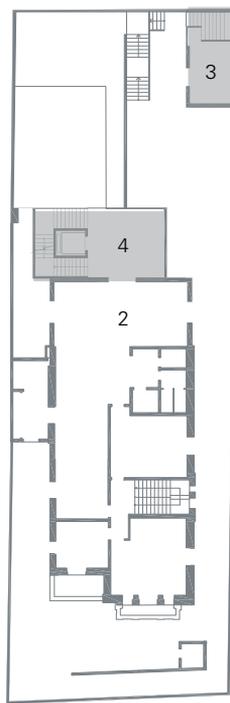
Plantas do projeto do arquiteto Marcos Cartum para o Memorial da Resistência, de 2013.



Sub-solo



Primeiro Pavimento



Segundo Pavimento

O projeto de 2013 para o Memorial da Justiça busca memorializar o período da ditadura militar. Por isso todas as alterações e adições feitas nesse período foram preservadas em sua volumetria, com as devidas adaptações para a instalação do museu.

1. A sala de julgamentos é reconstituída.
  2. A alteração feita na varanda é mantida.
  3. A edícula permanece.
  4. A ampliação do edifício é mantida e sofre adaptações para atender às demandas de acessibilidade.
  - 5, 6. Alterações são mantidas.
  - 7, 8. As pequenas adições da década de 1970 foram transformadas em novos espaços no projeto de 2013.
  9. A garagem dá lugar a um auditório no subsolo e café no primeiro pavimento.
- (Plantas realizadas sobre base cedida por Marcos Cartum.)



## Projetar

O edifício ainda carrega elementos de diversas fases, que remetem aos diferentes usos que teve. Segundo Maria Cristina Bruno, existe um diálogo entre as diferentes épocas.<sup>48</sup> Enquanto o imponente salão de julgamentos possui uma carga simbólica do poder do Estado na ditadura, os anexos do edifício (a garagem de telhado de zinco nos fundos e a edícula que presenciou a coerção dos réus) simbolizam as práticas clandestinas realizadas “sob os panos”, aquilo que é “extraoficial”. Estão presentes ainda vestígios de seu uso como residência, que datam da época em que o palacete foi construído, como o vitral e a escadaria. É uma mescla de períodos históricos, que representa as transformações da sociedade.

Apesar de o edifício não ser individualmente tombado, integra o tombamento em mancha dos bairros da Bela Vista e Bixiga realizado pelo CONPRESP na década de 1990, com cerca de outros 500 imóveis. O nível de proteção ao patrimônio que assegura a preservação do edifício é o NP3, o mais suave deles, exigindo a integridade da fachada e da volumetria, principalmente as características percebidas da rua, preservando assim a paisagem urbana da região. São permitidas algumas intervenções como, por exemplo, nas plantas dos pavimentos.

De acordo com Cartum, o restauro do casarão pode ser considerado heterodoxo se comparado às teorias tradicionais. Isso acontece porque o projeto procura memorializar um uso específico do edifício que não o original. Consta no levantamento feito pelo escritório de Cartum, que o edifício do início da década de 1920, cujo alvará de obra data de 1919, fora assinado pelo *capomastro*<sup>49</sup> Antonio Bocchini.

O que há de mais significativo nesse uso da casa como Auditoria Militar é o período de 21 anos da ditadura (de 1964 a 1985) que marcou, deu a fisionomia, a identidade fundamental da casa. Ela deixou muito cedo de

---

<sup>48</sup> Íntegra da entrevista em Anexo II.

<sup>49</sup> De acordo com o levantamento histórico feito pelo escritório Marcos Cartum Arquitetura, *capomastri* eram mestres de obra italianos que começaram a assinar pequenas obras no Brasil a partir de 1875, como oficinas e barracões, e mais tarde ganharam ares de empreiteiros realizando edificações maiores, como era o caso de Bocchini, que trabalhava normalmente com o arquiteto Giuseppe Sachetti, provável autor do projeto.



ser residência e não só se tornou Auditoria Militar – equipamento com essa função – como foi marcada pelo período de exceção que deu a identidade que mais ficou fixada na memória coletiva. Principalmente nesse período da ditadura foram incluídos elementos que foram descaracterizando a construção original. Tem uma edícula, uma guarita horrorosa e uma parte da construção que se perdeu, onde construíram um anexo. Uma série de elementos que estão colocados aí que num restauro tradicional deveriam ser eliminados, porque o procedimento de restauro geralmente procura identificar todas as intervenções que descaracterizam as suas feições originais para recuperar a sua forma primitiva. Acontece que o que interessa para a memória primitiva não é como a residência ficou pronta na década de 20, mas restaurar as descaracterizações que são uma espécie da tradução da descaracterização do próprio país. No lugar de eliminar o que descaracterizou, a gente tem que acentuar e revelar. O termo mais adequado é restauro heterodoxo porque a gente vai manter elementos de descaracterização portadores de muito significado. (Marcos Cartum, em entrevista concedida à autora.)<sup>50</sup>

O logotipo, projeto do arquiteto Marcos Cartum, simboliza o prato da justiça partindo as barras da prisão, e aparece recortado no muro de concreto na fachada do Memorial. (Imagem inédita do projeto cedida por Marcos Cartum.)

O projeto museológico propõe a experiência de percorrer o edifício. Sua concepção foi pautada pela possibilidade real do espaço, já levando em consideração acessibilidade, circulação, entre outros aspectos, e procura transformar seu caráter.

<sup>50</sup> Íntegra da entrevista em Anexo V.

Fachada do  
Memorial da Luta  
Pela Justiça.  
(Imagem inédita  
do projeto cedida  
por Marcos  
Cartum.)



Outra coisa importante é que a gente entendeu que a nova função desse imóvel como lugar de memória, como espaço para abrigar, divulgar e preservar uma memória necessária para o país, essa nova identidade tem que ser expressada de forma muito forte. Daí a proposta de colocar já na fachada um elemento que – numa linguagem muito contemporânea, até brutalista, do concreto aparente – contrasta totalmente com o bem tombado e que através desse contraste marca essa nova identidade. Ela não é nem mais casa, nem auditoria, ela é sede do Memorial da Luta pela Justiça. (Marcos Cartum, em entrevista concedida à autora.)<sup>51</sup>

Apesar de a fachada ser tombada pelo CONPRESP, o novo projeto foi logo aprovado pelo órgão, para o qual foi encaminhado para aprovação um extenso estudo sobre a história do edifício, além de levantamento técnico da construção e apresentação do novo projeto arquitetônico e museológico.

O processo teve tramitação bastante rápida, a entrada do pedido foi em 24/09/2014 e a aprovação saiu no dia 11/11/2014. Para que essa agilidade fosse possível houve uma consulta preliminar, a partir da concepção

<sup>51</sup> Íntegra da entrevista em Anexo V.



arquitetônica inicial, junto ao corpo técnico do CONPRESP/DPH, que forneceu orientações para o desenvolvimento do projeto. (Marcos Cartum em depoimento dado à autora.)<sup>52</sup>

Corredor de entrada do Memorial da Luta pela Justiça. (Imagem inédita do projeto, cedida por Marcos Cartum.)

A rápida aceitação das intervenções e uso proposto para o edifício reflete o amadurecimento que vem acontecendo no Brasil no tratamento da memória da ditadura. Reflete, enfim, as mudanças desde a década de 1980 em relação ao caráter dos tombamentos.

“Um elemento muito forte era o momento da chegada dos presos ao edifício, presente em muitos depoimentos. Essa era uma lembrança até de pessoas que não os presos políticos, mas que presenciaram em algum momento a chegada dos presos políticos à Auditoria. A rua era interrompida, os carros chegavam com a sirene ligada e a toda velocidade e entravam pelo corredor lateral ao edifício, encaminhando os presos à edícula nos fundos do terreno. Há um contraste, nesse sentido, da entrada do palacete, a porta da frente, com a entrada de fato utilizada na época da auditoria, que se dava pelos fundos, através do corredor lateral. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>53</sup>

---

52 Íntegra do depoimento em Anexo IV

53 Íntegra da entrevista em Anexo II.



Praça de acolhida.  
(Imagem inédita do  
projeto, cedida por  
Marcos Cartum.)

Esse elemento pautou o projeto (tanto de arquitetura quanto museológico) do Memorial. A entrada dos tempos do palacete foi neutralizada e o corredor lateral do terreno foi transformado num espaço de imersão e sensibilização do visitante, através de recursos audiovisuais e de um jogo de luz e som. O Memorial procura recriar a entrada do réu. O visitante refaz o trajeto dos presos políticos em direção aos fundos do terreno. Os nomes de ex-presos e seus advogados são projetados na parede em um movimento que representa sua entrada no edifício e acompanha o percurso dos visitantes, direcionados ao antigo estacionamento, que será transformado numa praça de homenagem e num espaço de acolhimento, onde será colocado um ipê.

O ipê é a árvore símbolo do Brasil e a sua floração acontece de forma muito curta e delicada. Todo conteúdo que está colocado nesse lugar tem um peso muito grande. Essa árvore é um elemento vivo, colorido e que dialoga com essa memória tão difícil e de conteúdos tão pesados. Remete à delicadeza da construção democrática brasileira, mostrando que nesse lugar, graças à recuperação da memória, é possível construir algo novo, algo que vive. (Marcos Cartum, em entrevista concedida à autora.)<sup>54</sup>

Apesar de se tratar de um anexo ao palacete, a edícula é um espaço

<sup>54</sup> Íntegra da entrevista em Anexo V.



Sala de julgamentos em foto da década de 1970.

essencial dos tempos de Auditoria Militar e carregada de significados. Era para lá que os presos eram encaminhados para aguardar os julgamentos e ocasionalmente para “repensarem” depoimentos dados nos tribunais. A edícula aparece em inúmeros testemunhos, que retratam o lugar de formas diferentes. A tortura é mencionada em poucos desses depoimentos, no entanto o desrespeito está presente em todos. No projeto, optou-se por deixar o espaço vazio e, por meio de recursos audiovisuais, evocar a atmosfera do local. Por se tratar de um espaço pequeno, foi preciso pensar no fluxo de pessoas, que se divide a partir da praça de acolhimento.

“Depois desse processo de sensibilização do visitante, ele segue para espaços de informações cognitivas, as salas de exposição, tendo a possibilidade de fazer dois diferentes circuitos: exposições temporárias e exposição permanente, além de edícula, auditório e café. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>55</sup>

A expografia se dará no decorrer de diversas salas do edifício, explorando a ideia do projeto museológico de percorrê-lo. O projeto se apoiará em uma exposição de longa duração com base no acervo e em outras pesquisas, que se espalharão pelas salas do edifício. A sala da linha do tempo remonta a história do país numa estrutura em “Z” suspensa do chão, que “representa a trajetória política não linear do país, mas truncada e cheia de arestas pontiagudas” (Marcos Cartum, em entrevista concedida

<sup>55</sup> Íntegra da entrevista em Anexo II.



Projeções de imagens de julgamentos reais na reconstituição da sala, no Memorial da Luta pela Justiça. (Imagem inédita do projeto, cedida por Marcos Cartum.)

à autora).<sup>56</sup> A sala dos testemunhos dará acesso às gravações de relatos orais. A sala do juiz trará exposições temporárias do acervo de advogados e do “Brasil: Nunca Mais” divididas por temas e deverão fazer a evocação dos casos mais emblemáticos. A sala da cultura propõe um mergulho no tempo, num contexto de efervescência cultural e de arte como instrumento político.

Um dos principais espaços a ser memorializado é sala de julgamentos. A sala que funcionava como tribunal, onde passaram por julgamentos ilegítimos a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Frei Betto deverá ser reconstituída com base em depoimentos de antigos presos políticos e advogados, com o apoio das escassas fotos das instalações. A sala onde crimes contra os direitos humanos foram corroborados deverá ser usada para júris simulados com o apoio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP, convertendo-se assim num espaço de educação e construção da democracia e de fortalecimento de justiça, numa transição simbólica de usos.

O plano de ação, que acompanha o projeto museológico coordenado pela professora e museóloga Maria Cristina Bruno, propõe a capacitação profissional em Direitos Humanos em conjunto com a OAB. Além disso, o próprio cenário da sala de julgamentos seria um local de prática. Mediante agendamentos, será possível realizar reconstituições de júris do acervo, em conjunto com a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

É uma expectativa da OAB que lá possa ser um espaço para problematização e capacitação em direitos humanos, do ponto de vista

<sup>56</sup> Íntegra da entrevista em Anexo V.

jurídico. Por isso a ideia de que tinha que ter um auditório, pra ter cursos, e a expectativa também é que o próprio cenário do julgamento seja um local de exercício, de prática. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida para à autora.)<sup>57</sup>

O Memorial da Luta pela Justiça desmascara um processo histórico brasileiro de farsa. Havia uma legalidade, ‘fulano foi julgado com direito a defesa, tinha até advogado’, num sistema normativo jurídico que dava legitimidade para a ditadura operar. Essa ditadura brasileira construiu essa farsa [...] e foi transformada num espaço de julgamentos para julgar quem ameaçava a ordem política. O Memorial expõe a farsa da justiça, e como essa farsa deu margem a um enfraquecimento desse sistema, pois a atuação dos advogados foi alargando os limites da farsa até ela começar a ruir. (Marcos Cartum, em entrevista concedida à autora.)<sup>58</sup>

## *Unir*

Muita coisa pensada pra Auditoria foi a partir da experiência já vivenciada no Memorial. Muitas pessoas que conversaram conosco, muito políticos ligados a questões de direitos humanos e mesmo os advogados ponderaram nesse diálogo. Por exemplo, o Memorial tem um conselho e tem pessoas que participam desse conselho que também ajudaram e deram idéias para Auditoria. Então eu vejo nas reuniões de conselho que há uma enorme expectativa para que haja um diálogo. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>59</sup>

Enquanto o Memorial da Luta pela Justiça visa um público adulto, focando-se especialmente na questão dos direitos humanos, o Memorial da Resistência, embora seja para todos os públicos, foca a ação educativa, para sensibilizar o público infanto-juvenil.

Esse projeto da OAB tem um desdobramento mais pra capacitação profissional no que se refere a direitos humanos, é diferente do Memorial

---

57 Íntegra da entrevista em Anexo II.

58 Íntegra da entrevista em Anexo V.

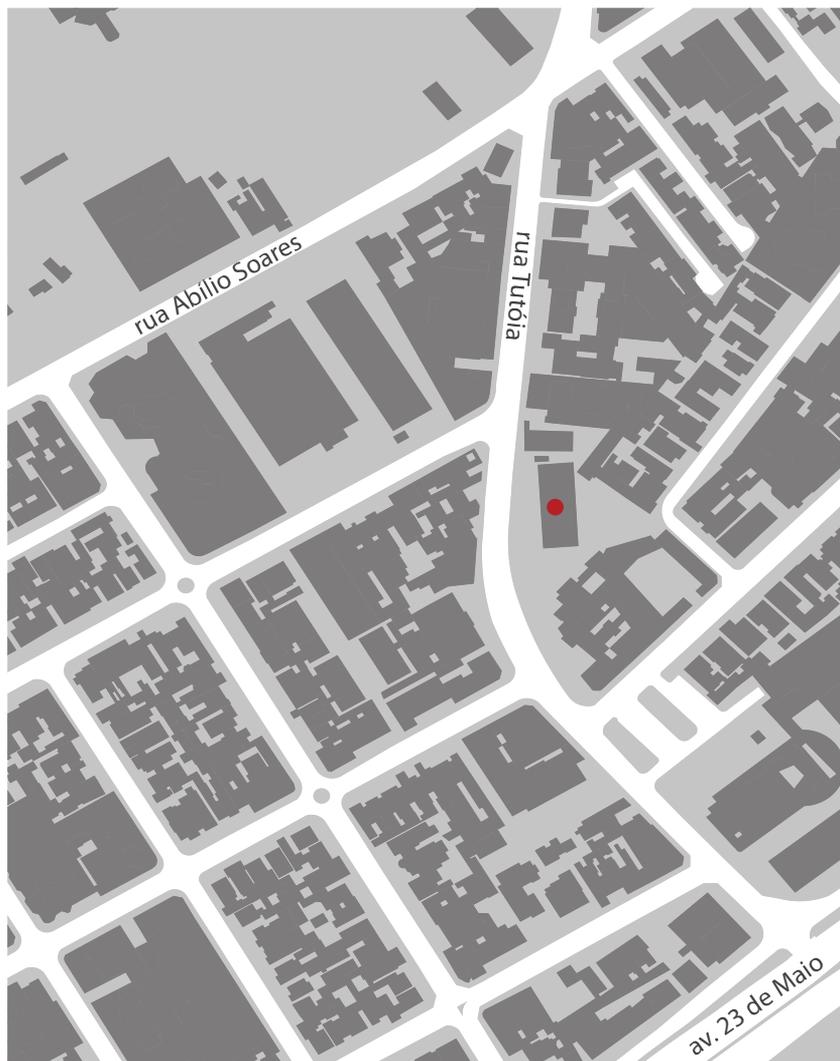
59 Íntegra da entrevista em Anexo II.

da Resistência que se propõe a sensibilizar o público infanto-juvenil sobre essa questão. Seria bem interessante uma ação em rede, porque enquanto um pode preparar uma faixa etária, o outro tem um desdobramento. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>60</sup>

O potencial de memorial da antiga Auditoria Militar ainda vai além. Acompanhando a linha do plano de ação, o projeto prevê a instalação no edifício das sedes do Núcleo de Preservação da Memória Política e da Comissão da Verdade da OAB.

---

<sup>60</sup> Íntegra da entrevista em Anexo II.



Base cartográfica: MDC/SMDU, 2014. Fonte: DEINFO/SMDU, 2014.

● 36º Distrito Policial - rua Tutóia, 921



## Capítulo 6

### *DOI-CODI/SP, delegacia e dúvida*

Vendo os edifícios do DEOPS/SP e da Auditoria Militar, analisados nos capítulos anteriores, é possível notar “que os chamados ‘porões da ditadura’ na verdade não eram porões, e sim grandes edifícios presentes na sociedade e inseridos no cotidiano e no tecido urbano, normalmente em áreas nobres das cidades. Eles demonstram como não havia intenção de se esconder as práticas realizadas neles”. (Deborah Neves.)<sup>61</sup>

O DOI-CODI é outra história. Talvez seja o que se encaixa no termo “porão da ditadura”, não apenas por sua origem clandestina, como também pela materialidade do que existia nos fundos do 36º Distrito Policial da Vila Mariana. Foi o mais violento dos três casos abordados neste trabalho. Difere dos outros dois em vários aspectos.

Enquanto o antigo DEOPS/SP e antiga Auditoria Militar se instalaram em construções suntuosas do início do século XX, que simbolizavam a prosperidade econômica da agricultura cafeeira e cujo fim original não era abrigar estes órgãos, o DOI-CODI se instalou junto a uma delegacia construída na década de 1950, que permanece lá até os dias de hoje. Os outros dois edifícios já venceram o desafio da memorialização. Por mais que o Memorial da Luta pela Justiça ainda não tenha se instalado no local, o plano já está concebido. No caso do antigo DOI-CODI, seu destino ainda é incerto e objeto de polêmica.

Pode-se dizer que o DOI-CODI foi uma “evolução” dos “esquadrões

---

<sup>61</sup> Palestra dada por Deborah Neves no dia 11/03/2015 para curso “Lugares de Memória e Consciência” ministrada pelo professor Renato Cymbalista na FAUUSP.

da morte”, organizações clandestinas que reuniam os mais “sangrentos” militares do exército e de outros órgãos de segurança com o intuito de reprimir movimentos contrários ao regime. Eram equipes formadas com integrantes da Secretaria de Segurança Pública, DEOPS, Centro de Informações do Exército (CIE) e do CISA (Centro de Informações Secretas da Aeronáutica), que reuniam os “melhores” (ou mais violentos) das diversas áreas.

Acredita-se que foi o episódio de deserção de Carlos Lamarca, acrescido do roubo de armas do 4º Regime de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, que tornou a necessidade de obtenção de informações concisas em algo urgente e, por conseguinte, a criação da OBAN. (Parecer técnico, p. 19).<sup>62</sup>

Em julho de 1969, a OBAN (Operação Bandeirante) foi criada pelo II Exército com a finalidade obter informações e combater os opositores ao regime, como uma tentativa de centralizar as ações da oposição. Financiada por grandes empresas como a Ultragás, a UNIP e a FIESP, a OBAN funcionava em sintonia com a polícia, que encaminhava para lá os presos políticos.

Tratava-se de uma organização extralegal, já que não constava de qualquer organograma de secretarias e por isso instalou-se nas dependências da 36ª Delegacia de Polícia, na Rua Tutóia, em São Paulo. (Parecer técnico, p. 21).<sup>63</sup>

No entanto, as informações obtidas pela OBAN em interrogatórios não tinham validade legal, por se tratar de uma organização clandestina que empregava métodos ilegais. A tortura surgiu nos Esquadrões da Morte e foi difundida na OBAN. Isso motivou a criação do DOI-CODI, em setembro de 1970, sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, no período que viria a ser o mais selvagem da ditadura militar.

Embora fossem frequentemente associados através da sigla DOI-CODI, tratava-se na realidade de dois órgãos distintos. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) tinha funções que abrangiam a análise de informações, a coordenação dos diversos órgãos militares e o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda. O

---

62 Parecer Técnico UPPH n. GEI-256-2012, Processo CONDEPHAAT 66578-2012.

63 Idem.

Destacamento de Operações e de Informações (DOI), subordinado ao CODI, era responsável pelas ações práticas de busca, apreensão e interrogatório de suspeitos. Ambos eram ligados ao Exército, mas reuniam também integrantes das polícias militares estaduais e das polícias civis, nos moldes do esquadrão da morte. Tinham ações complementares, e suas atribuições iam desde a perseguição e investigação de cidadãos e movimentos oposicionistas até a repressão física através das práticas de tortura.

O DOI-CODI estava muito alinhado à prática americana de combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria, que teve muita influência sobre o regime militar no Brasil. A criação do DOI-CODI foi uma forma de institucionalizar a OBAN e também de aparelhar o órgão. Assim, o edifício da Rua Tutoia foi ampliado com a construção de anexos. Apesar de não ter sido baseada em lei ou decreto, mas em diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional aprovadas pelo presidente Medici, criou um *modus operandi* de repressão. O DOI-CODI se tornou o mais temido instrumento de repressão e inteligência e se espalhou por vários estados brasileiros.

De acordo com o parecer técnico de tombamento do DOI-CODI, 6.700 pessoas passaram por lá. Entre essas, houve ao menos cinquenta mortes das quais se tem registro (18 mortos sob tortura, 19 em “confronto”, 11 em ações e 13 desaparecidos). Isso representa mais de 10% das 434 mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade em 2014.<sup>64</sup> O DOI-CODI está presente em inúmeros depoimentos de ex-presos políticos, e é o local onde foram cometidas as mais graves violações aos direitos humanos dentre os três estudados neste trabalho.

Foi nas dependências do DOI-CODI, no II Exército de São Paulo, que ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, então diretor de jornalismo da TV Cultura. Esse assassinato causou grande comoção na sociedade civil, que não aceitou o laudo apresentado pelas autoridades, assinado pelo ex-médico legista Harry Shibata, acompanhado de uma fotografia arranjada, que encenava um suicídio. A morte de Vladimir Herzog deu origem àquilo que seria a primeira grande manifestação de protesto contra o regime militar depois do AI-5, de 1968. Foi um ato interreligioso

---

64 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>. Acessado em maio de 2015.



Fachada do 36º Distrito Policial na Rua Tutoia, 921.

que se deu na catedral da Sé, que reuniu oito mil pessoas. O enterro no cemitério Israelita, orientado pelo rabino Henry Sobel, contrariava as práticas religiosas que decretavam que o enterro daqueles que cometeram suicídio se desse às margens dos cemitérios. Refutava, portanto, o laudo dado pelas autoridades militares.

Esse episódio, junto com outros documentados pelo projeto “Brasil: Nunca Mais”, desencadeou não apenas a manifestação contra o regime militar, mas a insatisfação popular relativa às práticas do DOI-CODI, que provaram ali ir além da repressão da esquerda armada e violar os direitos humanos de forma brutal e arbitrária, num verdadeiro centro de tortura.

## *Permanecer*

O local que abrigava o DOI-CODI e ainda abriga a delegacia da Rua Tutoia foi construído em um programa do Estado na década de 1950. Justamente por isso trata-se de um pedido de tombamento emblemático no CONDEPHAAT.

Antigo DOI-CODI, onde ocorreu o “II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI”, em 23.05.2015, nos fundos do 36º Distrito Policial.

Diferente do caso do DEOPS/SP, em que apesar de reconhecer o valor de memória do edifício, o tombamento é realizado por seu valor arquitetônico, no tombamento do DOI-CODI não há um “valor extraordinário” (como descrito no Decreto Lei 25/1937). Isso fortalece o valor de memória do edifício, já que garante a preservação dele e de vestígios históricos, de memória e até forenses do uso que teve como principal instrumento de repressão do regime militar.

O DOI-CODI funcionou concomitantemente com a 36ª Delegacia de Polícia. À época de sua criação, em 1970, a delegacia ganhou um aumento no contingente, e foram construídos anexos nos fundos do terreno. De acordo com o parecer técnico de tombamento do conjunto de edifícios, a inteligência e algumas celas ficavam no mesmo edifício da delegacia, e no anexo aconteciam interrogatórios e torturas.

Hoje, uma polêmica cerca a discussão quanto ao uso que será dado ao edifício após seu tombamento. Com o término da ditadura, o “puxadinho” nos fundos da delegacia da Rua Tutoia onde funcionou o DOI-CODI foi pouco utilizado, e encontra-se inativo nos dias atuais, servindo como



Imagem aérea  
de 1977 do  
terreno da Rua  
Tutoia com  
todos os anexos  
concluídos.

depósito (o processo de tombamento exige que, para se realizar qualquer retoma, é preciso realizar um processo de prospecção que pode revelar vestígios do período de funcionamento do órgão). A delegacia, porém, que funciona até hoje no mesmo edifício e defende que o DOI-CODI nunca funcionou no prédio principal do conjunto (contrariando o parecer técnico do CONDEPHAAT), tem seu futuro incerto.

Além do alto valor fundiário no bairro da Vila Mariana, que dificulta sua realocação, a população do bairro é contra a retirada da delegacia. No entanto, o Núcleo de Memória Política, responsável pelo pedido de tombamento, bem como outros ex-presos políticos e intelectuais, defendem a criação de um centro de memória no local, que substituiria o uso atual do edifício.

## *Proteger*

O edifício que abrigou o DOI-CODI durante a ditadura militar foi tombado por unanimidade pelo CONDEPHAAT em 27 de janeiro de 2014, com relatório técnico escrito por Deborah Neves e parecer da conselheira Silvana Rubino. O pedido de tombamento foi feito oficialmente em junho de 2012 por Ivan Seixas, ex-presos político torturado nas dependências do DOI-CODI, quando seu pai foi assassinado sob tortura em 1971, e hoje membro do Núcleo de Preservação da Memória Política e do Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CONDEPE).

O relatório técnico foi realizado por Deborah Neves ao mesmo tempo em que escrevia sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo, intitulada “A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires”, em que estuda os casos DEOPS/SP e ESMA. Desse duplo envolvimento profissional e acadêmico, surgiu um dos mais minuciosos e elaborados relatórios da história do CONDEPHAAT. O estudo de Deborah Neves se desenvolve em três etapas: a apuração da história do lugar, a pesquisa de documentos oficiais e a coleta de testemunhos de sobreviventes. Vale ressaltar aqui que os testemunhos não se limitaram às vítimas, mas se estenderam aos antigos funcionários do DOI-CODI e da delegacia.

Assim, foi possível apurar a história da construção, como se deu a ampliação do edifício através da construção dos anexos (que pode ser verificada através das publicações em diários oficiais), como se dava o funcionamento do órgão no edifício, e onde ocorriam as torturas (foi possível até identificar as salas em alguns casos). Além disso, apurou-se a história do órgão DOI-CODI, a partir da criação do Esquadrão da Morte e da OBAN até o seu desligamento, provavelmente em 1977.

No processo de estudo do edifício, ocorreram discrepâncias entre testemunhos de ex-presos, de ex-funcionários e análises técnicas, que acabaram se contradizendo quanto ao funcionamento do órgão no edifício. Enquanto as análises técnicas mostravam que o DOI-CODI funcionou também no edifício da delegacia, funcionários afirmam que ele se limitava aos anexos nos fundos do terreno.

Como tão bem assinalou o estudo da UPPH, é satisfatório saber que o CONDEPHAAT cogita um tombamento para um lugar que prescinde de um apelo estético particular, e carrega uma difícil simbologia política. Eis o teor deste parecer: menos preocupado com as características da edificação e argumentando por um tombamento de patrimônio material baseado nas memórias difíceis de um momento longo e sombrio de nossa história recente. Material, pois não se trata do reconhecimento de um espaço onde se produziu uma prática social coletiva relevante para um dos muitos grupos formadores da sociedade brasileira. É mais que isso: os eventos que lá ocorreram são indissociáveis da materialidade do 'prédio cinza'. (Parecer de Silvana Rubino.)<sup>65</sup>

De acordo com o parecer de Silvana Rubino, o tombamento do edifício do antigo DOI-CODI, que se deu de forma unânime em janeiro de 2014, é fundamental pois a memória das práticas lá realizadas é indissociável de sua materialidade. O órgão foi o principal instrumento de repressão do regime militar, responsável por mais de cinco mil prisões e cinquenta assassinatos, além de desaparecimentos e casos não apurados, e representa o período mais sangrento da ditadura.

O relatório técnico conclui que há respaldo legal de tombamento para o edifício devido a seu valor de memória, pois representa a "institucionalização do terror". Resolve que se trata de um bem cultural de

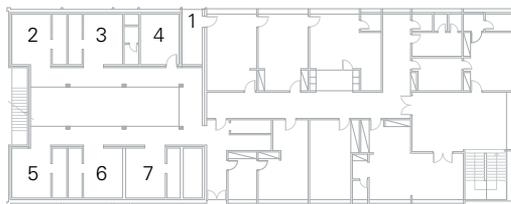
---

65 Parecer de Silvana Rubino, Processo CONDEPHAAT 66578/2012.

Implantação da delegacia e anexos.  
 A. Delegacia.  
 B. Edifício utilizado pelo DOI-CODI.  
 C, D. Anexos.



A. Planta do piso térreo da delegacia.  
 1. Saída para o pátio e comunicação com os outros edifícios do terreno.  
 2, 3. Celas utilizadas pelo DOI-CODI.  
 4. Sala do carcereiro.  
 5, 6, 7. Celas utilizadas para presos comuns.



B. Plantas do edifício utilizado pelo DOI-CODI.



valor histórico. Cabe aqui ressaltar que o tombamento do DOI-CODI se deu de maneira unânime no CONDEPHAAT, o que muito se deve à primazia do parecer técnico. O tombamento do DOI-CODI foi dado de forma integral: garante a preservação total de todo o conjunto de edifícios. Além disso, estabelece que quaisquer práticas que venham a se desempenhar nos edifícios, sejam elas reformas, manutenções ou de uso, devem passar por prévia análise e autorização do CONDEPHAAT.

## *Ponderar*

A unanimidade presente no caso do DOI-CODI se encerra no tombamento. Quanto ao uso que será dado ao local, uma grande polêmica cerca o assunto. Ao Condephaat cabe assegurar a integridade física do edifício, ou seja, o seu tombamento (que foi dado de forma integral), não deliberando, portanto sobre o uso que lhe será destinado.

Há um documento assinado por Claudio Lemos Fonteles, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, solicitando que o edifício se torne um ‘local de memória, verdade e justiça’. Este pode vir a ser um uso socialmente relevante e é sem dúvida coerente com a história do lugar, mas não cabe a este colegiado decidir pelo uso futuro, apenas (o que já não é pouco) pela pertinência, ou não, de seu tombamento. (Parecer de Silvana Rubino)<sup>66</sup>.

A polêmica gira em torno do futuro do prédio, sendo que uma das principais questões envolvidas é a saída do 36º Distrito Policial, que ocupa o edifício desde a sua construção. Enquanto para Ivan Seixas e outros ex-presos políticos, além de membros da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, a saída da polícia se faz imprescindível para a transformação em um local de memória, as Associação de Moradores e Amigos da Vila Mariana e Associação Viva Paraíso são a favor da sua permanência, pois veem na delegacia um importante fator para a segurança da região.

Foi entregue em março de 2015 ao Secretário da Justiça Alexandre de Moraes em Audiência Pública um abaixo-assinado organizado pela Associação Viva Paraíso, com mais de setecentas assinaturas de moradores, comerciantes e prestadores de serviços no bairro, em que os moradores defendem a manutenção da Delegacia “em razão da necessidade de preservação do nível de segurança” no bairro, “sem prejuízo de que se somem esforços para tornar viável a instalação, em outro local, de museu que retrate a história da tortura no Brasil, de triste memória”.<sup>67</sup>

Apesar da realocação da delegacia para um endereço próximo do atual ser dificultada devido ao alto valor fundiário dos bairros Vila

---

66 Parecer de Silvana Rubino, Processo CONDEPHAAT 66578/2012.

67 [http://vivaparaíso.org.br/articles/entrega\\_listas/](http://vivaparaíso.org.br/articles/entrega_listas/). Acessado em maio de 2015.

Mariana e Paraíso, que cresceu nos últimos anos, ela ainda é possível segundo Katia Felipini, já que não prejudica seu funcionamento ou a razão de ser da instituição, diferente do que acontece com a memória do DOI-CODI, que está intrinsecamente associada àquele endereço, e que motivou o tombamento do conjunto de edifícios.

A delegacia pode ir para qualquer lugar, o DOI-CODI não tem como sair dali. Eu acho que não vai ser nenhum prejuízo para a comunidade ali da Vila Mariana que essa delegacia esteja em qualquer outro lugar dentro desse bairro. (Katia Felipini, em entrevista concedida à autora.)<sup>68</sup>

A pesquisadora do Memorial da Resistência e diretora do Núcleo de Preservação da Memória Política, Ana Paula Brito, explica que é possível ver no levantamento feito no processo de tombamento as mudanças sofridas pelo bairro nas últimas décadas, em que sofreu um processo de verticalização. Isso acarretou a transformação da vizinhança. Os moradores do bairro hoje em dia não são os mesmos que conviveram com o órgão durante seu funcionamento e, portanto, não estão sensibilizados para a questão. Para Brito, não se deve minimizar as reivindicações da vizinhança, mas ao mesmo tempo, é preciso que haja uma maior conscientização sobre a questão.<sup>69</sup>

Do ponto de vista dos ex-presos políticos, o DOI-CODI representa o principal dos três organismos estudados neste trabalho. No DOI-CODI se deram as capturas ilegais, as torturas e ocorreram mortes, como está registrado no parecer técnico de tombamento do CONDEPHAAT. Memorializar o lugar não é importante apenas do ponto de vista da construção da memória da ditadura e manutenção da democracia, mas também do ponto de vista da reparação das vítimas do regime militar, muitas das quais continuam engajadas. Para Ana Paula Brito, a permanência da delegacia é um desrespeito à memória das pessoas que por lá passaram.

A convivência com a delegacia é totalmente inviável. Nós sabemos que hoje a tortura ainda existe no Brasil e é um número expressivo dentro de delegacias e espaços carcerários como um todo. Eu percebo que a continuação da delegacia ali é de certa forma, um desrespeito com a memória dos mortos e das pessoas que ali foram torturadas e que lutaram

---

<sup>68</sup> Íntegra da entrevista em Anexo VI.

<sup>69</sup> Em entrevista concedida à autora (íntegra em Anexo VII).

para que hoje nós tenhamos a democracia. Se nós temos, é em respeito à luta dessas pessoas. (Ana Paula Brito, em entrevista concedida à autora.)<sup>70</sup>

Para Adriano Diogo, a permanência do uso do edifício pela polícia, é um problema simbólico: “Não é admissível uma delegacia de polícia funcionar num prédio que abrigou o DOI-CODI. É como se uma usina de gás alemã funcionasse até hoje em um campo de concentração”<sup>71</sup>. Além dele, Ivan Seixas diz que a permanência do 36º Distrito Policial no edifício causa constrangimentos para a própria polícia<sup>72</sup>.

A alternativa de dividir o espaço entre os dois usos, no entanto, tem ganhado força na discussão. Ainda que não definitivamente, é uma forma de memorializar o espaço temporariamente, até que a transferência da delegacia seja viabilizada e o memorial consolidado. Maurice Politi, ex-prespo político e presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, Deborah Neves, historiadora e relatora do processo de tombamento do edifício, Maria Cristina Bruno, museóloga dos projetos do Memorial da Resistência e Memorial da Luta pela Justiça, e o arquiteto Marcos Cartum, responsável pelo projeto do Memorial da Luta pela Justiça, entrevistados nesta pesquisa, acreditam ser possível que a delegacia conviva com um possível memorial no conjunto da Rua Tutoia.

Deborah Neves utiliza o mesmo argumento de Ivan Seixas para expressar posição oposta à do ex-prespo. Para a historiadora, o constrangimento da polícia na convivência com a memória daquilo que representou a instituição durante a ditadura, uma polícia que não visava proteger os cidadãos, mas de certa forma, proteger-se deles, pode ser positivo.

Eu acho que a delegacia tem que permanecer. E eu acho que tem que ser instalado um equipamento de memória. Eu adoraria ver o Observatório de Violências Policiais instalado em um dos edifícios, se o Núcleo de Estudos sobre Violência da USP se instalasse lá. Mas eu acho que a delegacia tem que permanecer por algumas razões. Primeiro porque eu acho que tem que ser pedagógico para polícia enfrentar os seus fantasmas

---

70 Íntegra da entrevista em Anexo VII.

71 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-doi-codi-de-sao-paulo-a-luta-dos-ex-prespos-politicos-3534.html>. Acessado em maio de 2015.

72 <http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/videos/2014/01/predio-do-doi-codi-em-sao-paulo-sera-tombado>. Acessado em abril de 2015.

de frente. Pode ser que surta efeito em algumas pessoas, em outras não. É uma forma de o Estado dizer se ele está comprometido em fazer um futuro e um presente diferente daquilo que foi antes. A gente sabe que a polícia não é a instituição mais querida, nem a mais idônea. É uma instituição cheia de problemas. Isso também é um compromisso de o Estado dizer que pode ser diferente. É uma construção e um pode ajudar o outro. Se a gente quer uma polícia diferente faz parte da nossa responsabilidade de fazer essa polícia diferente, cobrar dessa polícia que seja diferente. [...] Não acho que é uma reconciliação colocar instituições antagônicas ocupando o mesmo espaço, mas acho que é produtivo para a democracia. Talvez não para um ou outro individualmente, mas para a democracia é importante ter. (Deborah Neves, em entrevista concedida à autora.)<sup>73</sup>

Para Pedro Dallari, advogado e membro coordenador da Comissão Nacional da Verdade, a memorialização do local não deve ser encarada como revanchismo. É uma forma de honrar a memória das vítimas, e não deve despertar conflitos.

Eu tenho muita preocupação que o culto à memória e à verdade não seja aí focado com espírito de revanche ou uma espécie de vingança em relação àqueles que perpetraram as graves violações. É evidente que as graves violações estiveram associadas aos militares e, de certa maneira, às forças de segurança pública que atuaram sob comando dos militares e isso não deve ser esquecido nunca. Mas daí a se criar equipamentos que procurem só realçar esse aspecto, não me parece que seja adequado. É importante que haja a memória do que houve, principalmente em respeito às vítimas, essa é a finalidade fundamental. (Pedro Dallari em entrevista concedida à autora)<sup>74</sup>.

Dallari acredita que é fundamental que o equipamento esteja integrado ao entorno, e que não desperte na vizinhança um sentimento de “antipatia”, o que pode prejudicar até sua finalidade dememorializar o local. É essencial que haja um acordo entre as partes interessadas. É preciso, porém, que haja também uma análise da capacidade do espaço para que se defina o uso a ser dado ao edifício, e então se decida sobre a saída da delegacia.

---

<sup>73</sup> Íntegra da entrevista em Anexo III.

<sup>74</sup> Íntegra da entrevista em Anexo IV.

Eu acho que tem que se buscar construir equipamentos que procurem estar integrados à comunidade onde eles se situam. Na medida em que um equipamento público seja visto como um instrumento de intervenção e de prejuízo para a população, a própria população passa a rejeitar o equipamento e aquilo que ele simboliza. Isso não é bom. Na Rua Tutoia existe em funcionamento uma delegacia de polícia, e, obviamente a população sente que é conveniente do ponto de vista da segurança pública que esse equipamento funcione. Se for possível compatibilizar a perspectiva de espaço de memória com a perspectiva de um espaço que seja ainda útil do ponto de vista da prestação de serviços à comunidade, tanto melhor. Isso deverá ser objeto de um enfoque técnico. Mas, sempre eu acho conveniente que haja uma boa integração do equipamento que objetiva a preservar a memória com os interesses da comunidade do entorno, porque isso favorece aquele equipamento.” (Pedro Dallari em entrevista concedida à autora)<sup>75</sup>.

De acordo com Katia Felipini, coordenadora do Memorial da Resistência, e que participou de sua implantação em 2007, as limitações do espaço inviabilizam a convivência de um possível memorial com a delegacia, que, portanto, deveria ser retirada do prédio.

Eu acho que a delegacia tinha que ir para outro lugar. Eu não acho que a convivência ali seja difícil, de forma alguma, mas eu acho que para ter um memorial no DOI-CODI precisaria ter mais espaço. Na minha concepção, aquela parte lá de trás – que era onde aconteciam as torturas – seria de fato o memorial. A parte onde é a delegacia seria a parte administrativa do memorial, e as salas de aula, para que tivesse um curso regular de educação em direitos humanos. Eu acho que é difícil deixar a delegacia porque você diminui muito o espaço, embora eu não ache que seja incompatível. (Katia Felipini, em entrevista concedida à autora)<sup>76</sup>.

Assim como Deborah Neves, o arquiteto Marcos Cartum<sup>77</sup> também reconhece o contraste entre os dois usos como fortalecedor da memória do local. Convivendo, memorial e delegacia têm efeito um sobre o outro, à medida que o memorial serve de lembrete para a polícia, e a delegacia confere verossimilhança ao memorial. Maria Cristina Bruno também

---

75 Íntegra da entrevista em Anexo IV.

76 Íntegra da entrevista em Anexo VII.

77 Em entrevista concedida à autora (íntegra em Anexo V).

acredita que a convivência entre os dois gera um contraste muito positivo para o debate, e conseqüentemente, para o potencial educativo do espaço.

Tirando os exageros da ditadura, a delegacia traz segurança ao bairro, que não quer a sua retirada. Seria interessante, portanto, estabelecer um diálogo com a delegacia, e eu acho que isso deveria ser tentado. Apesar de não vivermos mais uma ditadura, os exageros cometidos justamente em delegacias ainda acontecem. Além do DOI-CODI marcar um forte fato histórico, a Operação Bandeirante, que evoca em seu nome um forte símbolo do imaginário paulistano, poder estabelecer um diálogo justamente na convivência com a delegacia. Seria muito inusitado, contribuindo com a ação museológica, educativa e com o debate. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>78</sup>

Para Maurice Politi, ex-prespo político e presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, o DOI-CODI é muito emblemático, e o mais importante dos três, do ponto de vista da memória.

Na minha opinião pessoal, o DOI-CODI é um lugar muito emblemático porque ele era um lugar de seqüestro, muitas pessoas morreram ali mesmo ou por pessoas dali. [...] Claro que a gente quer o lugar, dos três é o mais importante. Foi onde eu vi mais violações, mais violência. Onde realmente o estado de exceção se fez presente foi no DOI-CODI. O DOPS existe desde 1930, é polícia, sempre existiu. Foi mais violenta na época do Vargas, na época da ditadura, na época do Esquadrão da Morte? Claro que sim, porque o regime permitia isso. O DOI-CODI foi constituído para ser órgão repressor e assassino. Foi constituído pelos governantes. (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora)<sup>79</sup>.

Para Politi, o ideal seria a saída da delegacia. No entanto, acredita que o debate em torno da questão pode se tornar um impasse para a instalação de um memorial no local, e a convivência entre os dois pode ser uma alternativa.

Eu acho que o ideal seria que (*a delegacia*) sáisse, mas isso são concessões. No Rio estão fazendo isso, o governo do Estado já disse que vai dar o DOPS para os militantes para fazer ali um memorial. Eles fizeram um

---

78 Íntegra da entrevista em Anexo II.

79 Íntegra da entrevista em Anexo I.



movimento muito bonito chamado Ocupa DOPS, só que o DOPS neste momento tem o Museu da Polícia. É duro ter que conviver com o Museu da Polícia. Eles dizem 'ou a polícia sai, ou não tem nada'. No DOI-CODI o próprio Secretário de Segurança anterior disse que ia tirar. Só que o secretário, que era mais próximo, caiu. Veio agora um novo, o Alexandre Moraes, que é uma fera e não quer nem ouvir falar. A vizinhança não quer. Então fica insistindo até sair, só que não sai nunca, e até lá não faz nada? (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora.)<sup>80</sup>

Rosas colocadas diante das dependências do antigo DOI-CODI, em homenagem prestada aos ex-presos políticos e vítimas de tortura no "II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI", em 23.05.2015.

Desde seu tombamento em janeiro de 2014 o antigo DOI-CODI já sediou dois atos públicos organizados por ex-presos e entidades ligadas à memória da ditadura. Os atos procuram promover a marcação do antigo DOI-CODI como lugar de memória e, através de uma frequência regular, memorializar o local de alguma forma. O "I Ato Unificado do Ex-DOI-CODI" ocorreu em março de 2014, lembrou os cinquenta anos do golpe militar e contou com a presença de seiscentas pessoas. Em 2015, aconteceu o "II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI".

O ato do dia 23 de maio de 2015 teve como foco a questão da memorialização do local. Na ocasião, entre apresentações de teatro e música, foi lida em coro uma carta aberta que pedia ao governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a criação de um memorial nas dependências do antigo DOI-CODI. Além disso, foi distribuída uma carta

<sup>80</sup> Íntegra da entrevista em Anexo I.



Tenda montada nos fundos da delegacia da Rua Tutoia, no pátio onde funcionava o DOI-CODI, para o "II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI", em 23.05.2015.

à vizinhança, que explicava a história das ações praticadas na instituição e, portanto, a importância do local, pedindo apoio à sua memorialização. O edifício pertence à Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, e deverá ser passado para a tutela da Secretaria da Cultura, o que ainda não aconteceu.

Uma das coisas que nós, enquanto Núcleo de Memória, e outra instituições de direitos humanos que fizemos o segundo ato, quisemos destacar na carta que foi emitida para o governador, é que nós respeitamos essa vontade da vizinhança de que tenha uma delegacia no bairro, a gente não quer desprezar essa vontade, que também é uma vontade social, mas, ao mesmo tempo, destacar que aquele lugar é um lugar de memória e, por isso, precisa ser preservado e musealizado. Preservado ele já foi pelo tombamento do Condephaat, mas musealizado. Só o tombamento em si não estabelece uma relação de preservação dessa memória com a sociedade. É preciso que aquele lugar seja transformado em um sítio de consciência, que dialogue com a sociedade, que mostre o que aquele espaço vivenciou. (Ana Paula Brito, em entrevista concedida à autora.)<sup>81</sup>

<sup>81</sup> Íntegra da entrevista em Anexo VII.

## II ATO UNIFICADO: DITADURA NUNCA MAIS

---

### CONVITE

As entidades abaixo relacionadas têm a honra de convidá-los a subscrever, apoiar e participar do II Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, que fará realizar, no próximo dia 23 de maio, às 10h00, no pátio externo e nas dependências do local onde, no período da ditadura militar funcionou o DOI-Codi, em São Paulo, na Rua Tutóia, 921, nesta Capital.

O ato público tem por objetivo resgatar aquele espaço como local de memória e relembrar, para que nunca mais se repitam, as graves violações de direitos humanos ali praticadas, contra todos aqueles que se opuseram à ruptura da ordem constitucional e ao regime de exceção instaurado em 1964.

O ato unificado se constituirá de atividades culturais (artes cênicas e música) e da leitura do manifesto das entidades promotoras; não será franqueado o uso da palavra às entidades e aos presentes.

**“Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça!”**

São Paulo, maio de 2015.

Associação dos Docentes da UNESP - ADUNESP

Associação dos Docentes da USP - ADUSP

AFUBESP – Associação dos Funcionários do Banespa

Central de Movimentos Populares

CMP-BR - Central de Movimentos Populares do Brasil

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CUT - Central Única dos Trabalhadores (CUT-SP)

Centro de Estudo de Mídia Alternativa Barão de Itararé

(cont.)

---

Endereço para correspondência - CPMVJ:  
Rua Maria Paula, 122, 7º andar, cjtº 706, Bela Vista, São Paulo (SP) –CEP 01.319-907  
Fone: 3115-2510 e 3242-2406  
e-mail: comite.mvj.sp@gmail.com

Convite para o “II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI” do dia 23.05.2015, que ressalta o intuito de consolidar o espaço como lugar de memória.

Carta aberta ao governador Geraldo Alckmin, lida em coro durante o "II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI" no dia 23.05.2015, solicitando a memorialização do local, à luz das recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade já citadas neste trabalho (Capítulo 3).

## 2º ATO UNIFICADO DITADURA NUNCA MAIS

### CARTA ABERTA AO GOVERNADOR

Durante o período ditatorial, as dependências do DOI-Codi foram um verdadeiro cenário de horror, com dezenas de pessoas assassinadas e milhares torturadas na presença de seus filhos, cônjuges e amigos. De forma ainda mais covarde se voltaram contra as mulheres, fazendo-as passar por todos os tipos de violações. Este local representa, sem dúvida, um dos pontos mais infames das ofensas contra os direitos humanos no Brasil.

Mas, apesar de todo horror do que foi o DOI-Codi, este local também foi palco de atos de solidariedade entre os sequestrados políticos que aqui estiveram durante a ditadura. Mesmo tendo-os submetido a condições sub-humanas, a repressão não conseguiu tirar-lhes a humanidade.

Em 2014, esse prédio foi reconhecido pelo governo do Estado, através do tombamento pelo CONDEPHAAT, como de importância para a história de São Paulo; mas, afirmamos que ele tem importância para a história nacional.

A transformação de lugares de memória, como os prédios do antigo DOPS e da Auditoria Militar, em lugares que promovam uma consciência política, mostra que a mobilização pela Memória, Verdade e Justiça, em São Paulo, entende a importância de transformar todos os antigos espaços da repressão política

em lugares que defendam, valorizem e promovam os direitos humanos em nosso país.

Por isso, reiteramos nosso pedido, como sociedade e vítimas diretas e indiretas dos atos ocorridos durante a ditadura neste prédio, que ele seja um lugar de consciência; um memorial que possa contar às futuras gerações os fatos ocorridos no passado e valorizar a democracia.

Solicitamos ao Governador Geraldo Alckmin, nos termos das conclusões e recomendações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade (item 28: "preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos"), que transfira a posse do prédio do DOI-Codi para a Secretaria de Estado da Cultura e destine outro espaço, no bairro, para abrigar a atual delegacia, atendendo aos moradores da região. Governador, a sociedade paulista tem um dever e um compromisso com os valores da democracia e dos direitos humanos e a transformação do prédio do antigo DOI-Codi, em local de memória, é responsabilidade do Estado.

O que queremos é honrar nossa democracia e os mártires que morreram lutando por ela.

Todos os que aqui tombaram: PRESENTES!

Todos os que aqui lutaram: PRESENTES! HOJE E SEMPRE!

Conhecer o passado para entender o presente e projetar o futuro.

II Ato Unificado Ditadura Nunca Mais.

São Paulo, maio de 2015.

Apoio:  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

## O inferno da Rua Tutoia 921

Entre 1969 a 1981 funcionou nos espaços destes prédios o chamado DOI – CODI, que foi o maior centro de torturas e extermínio usado pelo aparato repressivo da ditadura. Passaram milhares de prisioneiros e prisioneiras, opositores do regime, quase todos torturados ferozmente. Eram crianças que tinham que assistir seus pais sendo despedaçados, estudantes, operários, professores, religiosos, jornalistas, também militares e toda uma vasta gama representativa da sociedade.

Quem por aqui teve a infelicidade de estar e sobreviveu levou nas suas almas a marca da dor. Muitos foram os que foram assassinados e seus corpos desapareceram, deixando suas famílias no desespero para sempre. Nos países europeus e também naqueles nossos vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai locais similares ao DOI-CODI foram transformados em sites da memória.

Não esqueceremos o passado, mas pedimos que neste local possa nascer um centro de memória que olhe ao futuro e as novas gerações, com cultura, instrução, alegria e amor.

Foi por isso que eles sofreram e morreram!!!

**Os grupos que organizam o 2º Ato Unificado: Ditadura Nunca Mais!**

Carta entregue aos moradores dos bairros Vila Mariana e Paraíso no "II Ato Unificado do Ex-DOI-CODI", no dia 23.05.2015.

## Conectar

Apesar de o antigo DOI-CODI se ver hoje em meio a uma polêmica, que ainda inviabiliza sua memorialização de forma efetiva, já se especula sobre o papel que deverá desempenhar enquanto instituição de memória. O antigo órgão será a última peça a compor a rede de lugares de memória da ditadura, que começa a se desenhar hoje com o Memorial da Resistência, e com o Memorial da Luta pela Justiça, o qual já tem um projeto museológico definido e será instalado em breve. Deverá, portanto, estar em sintonia com os dois outros locais para que a rede possa se constituir.

Ao DOI-CODI caberia mostrar o que representou a organização OBAN, a base da organização. Ele fecharia um ciclo. O DOI-CODI foi o exagero daquilo que estava sendo gerenciado no DEOPS/SP. Além disso, o espaço é maior, o que daria mais possibilidades no que diz respeito à realização de atividades. [...] *(Por estar)* num contexto urbano residencial completamente diferente dos outros dois lugares, o diálogo com a vizinhança, que já gera reverberações, deve ser explorado. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>82</sup>

Na opinião de Politi, o antigo DOI-CODI deveria se transformar em um memorial para as vítimas. Diferentemente do Memorial da Resistência, que trata da questão da repressão, sem nomear os ex-presos de maneira individualizada, o DOI-CODI deve ter o papel de mausoléu para as vítimas, denunciando os perpetradores das violações aos seus direitos.

O DOI-CODI, sim, deveria falar de tortura, deveria falar das vítimas, deveria ser uma espécie de mausoléu para as vítimas, sem ter os corpos. Acho que lá deve ter os nomes que a Comissão Nacional da Verdade falou, dos que perpetraram os crimes. Se vai ser assim, eu não sei. Vai depender de quem vai fazer a gestão, do plano museológico que vai ter. Vai depender do enfoque. (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora.)<sup>83</sup>

Katia Filipine acredita que um memorial que problematizasse a violência institucionalizada complementar a rede de lugares de memória

---

<sup>82</sup> Íntegra da entrevista em Anexo II.

<sup>83</sup> Íntegra da entrevista em Anexo I.

que começa a se esboçar na cidade, já que o antigo DEOPS/SP trata do conceito de resistência, e a antiga Auditoria Militar vai tratar da luta pela justiça. Esta rede só estará completa ao integrar também a Vala Clandestina de Perus.

O grupo que for trabalhar com esse memorial deveria tratar da questão sobre a violência institucionalizada, porque foi isso que aconteceu. A Oban começou como uma organização paramilitar e deu tão certo que ela foi institucionalizada e virou DOI-CODI. Eu acho que é importante mostrar como o Estado pode, nessas situações de ditadura, institucionalizar o terror. Tudo o que aconteceu naquele prédio era legalizado. Para mim, aquele prédio pode tratar só sobre a questão de quando o Estado institucionaliza a violência. (Katia Felipini, em entrevista concedida à autora.)<sup>84</sup>

Na visão de Ana Paula Brito, a repressão é um conceito que ainda deve ser abordado com mais ênfase, reivindicação também da parte dos ex-presos políticos, e o antigo DOI-CODI é o mais emblemático para representar esta questão. Segundo Brito, a construção da rede é fundamental especialmente para o conteúdo que nela será articulado: resistência, repressão e a luta pela justiça e pelos direitos humanos. Para Brito, uma vez completada, essa rede vai atribuir ainda mais significado a cada uma das instituições, na medida em que a relação com a cidade será fortalecida.

Eu espero que essa rede possa sistematizar os três aspectos ligados à ditadura: a resistência (no Memorial da Resistência), a repressão (no DOI-CODI) e essa luta pela justiça e pelos direitos humanos (na antiga Auditoria Militar). Vai facilitar para as escolas, um contexto maior, na própria articulação do lugar de memória com o bairro, como ele estava sediado. Por exemplo, o DOPS estava sediado no centro da cidade, ele era o espaço oficial, era o cárcere da ditadura. É onde as pessoas sabiam que existiam presos políticos presos. O DOI-CODI já está localizado em um bairro residencial, era um centro clandestino de detenção, apesar de os vizinhos saberem que ali ocorria alguma coisa diferente, pelas viaturas chegando tarde da noite, pelos gritos de tortura e pelos próprios burburinhos que a sociedade compartilhava de que ali se tratava de

---

84 Íntegra da entrevista em Anexo VI.

um centro clandestino de detenção, tortura e assassinato. A Auditoria é num bairro nobre. O próprio casarão que ele foi sediado tem uma beleza arquitetônica. Todos esses elementos podem ser mais observados nessa rede quando criada. Aí vai possibilitar para as escolas e para a comunidade em geral analisar vários aspectos do período da ditadura. (Ana Paula Brito, em entrevista concedida à autora.)<sup>85</sup>

Para Maria Cristina Bruno, o importante é que os memoriais não se repitam em conteúdo ou proposta museológica. De acordo com a museóloga, para que essa rede atue de forma efetiva, é imprescindível que haja um planejamento em conjunto. E isso se faz possível na sinergia dos planos de ação educativa, pois é esta que pauta o cotidiano da instituição. Dessa forma, os lugares podem visar públicos diferentes, ou objetivos diferentes e assim, se complementar.

Formatos diferentes uns dos outros. Isso é o importante da rede. É bobagem fazer coisas repetidas: ao contrário, o que precisa é ampliar a reverberação dessa temática e são bairros diferentes, marcam situações que são diferentes. Isso só daria certo a médio prazo, havendo um diálogo entre essas instituições. Mesmo tendo tutelas diferentes, uma é da Prefeitura, outra é do Estado, acho que isso não importa. Tendo um conselho junto, fazendo programações juntas, isso tem que ser tentado. O que pode ser amarrado em questão de programas, no dia a dia é o programa educativo. Como ele é comum a todas as instituições públicas, aos museus, ele pauta o cotidiano, não é uma coisa esporádica, e pode ser pensado: “até uma faixa etária é isso, uma certa disciplina da escola vai em tal período”, mas isso tem que ser planejado. (Maria Cristina Bruno, em entrevista concedida à autora.)<sup>86</sup>

---

85 Íntegra da entrevista em Anexo VII.

86 Íntegra da entrevista em Anexo II.



## Conclusão

### *Uma rede de lugares de memória da ditadura militar*

Foi em 1985, com o tombamento da FFCL e do Arco do Presídio Tiradentes que surgiu a preocupação em preservar a memória da ditadura militar no Brasil. No entanto, segundo Maurice Politi, não foi até 2007, mais de vinte anos após a redemocratização, quando se começou a falar nisso. Foi com os ministros Tarso Genro e Paulo Vannuchi, e com o presidente da Comissão de Anistia Paulo Abraão, que o tema começou a ganhar relevância, impulsionado pela audiência pública que ocorreu no mesmo ano para se discutir a Lei de Anistia e pelo lançamento do livro “Direito à Memória e a Verdade”.

Até esse ano, pouco se fez para preservar os lugares de memória da ditadura militar no país. No entanto, muito já havia sido feito em relação à reparação econômica das vítimas do regime, com as comissões criadas no governo Fernando Henrique, em 1996, que atingiram os resultados visados. Segundo Politi, as etapas verdade, justiça e reparação, da transição de um Estado de exceção para uma democracia, não acontecem necessariamente de maneira linear. É preciso tempo para assimilar os acontecimentos e isso acontece de maneiras diferentes em cada país.

Precisa maturar, mexer com a sociedade, e às vezes demora. Às vezes as cicatrizes são muito recentes para poder falar. O Brasil se concentrou e atuou na reparação muito mais que outros países. O Brasil tem comissões de reparação econômica desde 1996, criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, como a Comissão de Mortos e Desaparecidos e Comissão de Anistia, que são comissões de reparação. Primeiro, veio a reparação, depois a verdade, e com ela a memória, e o último passo será

a justiça. [...] Na Argentina, por exemplo, a justiça primeiro (de forma conflituosa ao longo de vários anos). Depois a verdade. A reparação não existe. Agora está começando. Foi a última. [...] e no Brasil as reparações foram ótimas, não apenas do ponto de vista econômico mas também do ponto de vista do reconhecimento. (Maurice Politi, em entrevista à autora.)<sup>87</sup>

Nessa trajetória, muitos lugares de memória referentes à repressão e à resistência no regime militar já se perderam. É importante lutar pela preservação dos que ainda existem para que eles possam contar a história depois que os ex-presos políticos, que viveram o período de exceção, não estiverem mais aqui. Para Maria Cristina Bruno, os lugares de memória são fundamentais para a educação para a cidadania. A educação atua na chave da reparação. É preciso que este período difícil e ainda nebuloso da história do Brasil, a ditadura militar, entre na narrativa de maneira efetiva, e possa ser tratado a partir da infância.

Essas marcas não devem ser retiradas. [...] Esses lugares são educacionais, é uma maneira mais abrangente de entender o que é a educação para a cidadania. Da mesma forma que se educa para não jogar papel no chão, educa-se para respeitar as diferenças. Há a educação para a arte, para as ciências, e também deve haver para as questões políticas. (Maria Cristina Bruno em entrevista para a autora)<sup>88</sup>.

A ideia de um roteiro da memória já vem sendo explorada em Recife, onde a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura criou em 2012, como parte da programação da II Jornada dos Direitos Humanos do Estado de Pernambuco o Passeio Ciclístico: Recife Lugar de Memória. O percurso constrói um olhar para os locais, fatos e personagens que marcam a história dos direitos humanos na cidade. Os ciclistas passarão por locais de memória como a Casa da Cultura, construída em 1850, na época Penitenciária do Estado, local em que os presos políticos foram mantidos durante a ditadura militar de 1964, e a Rua da Aurora e seus importantes monumentos e referências históricas como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), onde os presos políticos foram colocados e submetidos a sessões de tortura, e que hoje abriga a sede da Polícia Civil de Pernambuco. O passeio Recife Lugar de Memória é uma referência para

---

87 Íntegra da entrevista em Anexo I.

88 Íntegra da entrevista em Anexo II.

Maurice Politi do que pode ser construído em São Paulo entre os antigos DEOPS, Auditoria Militar e DOI-CODI.

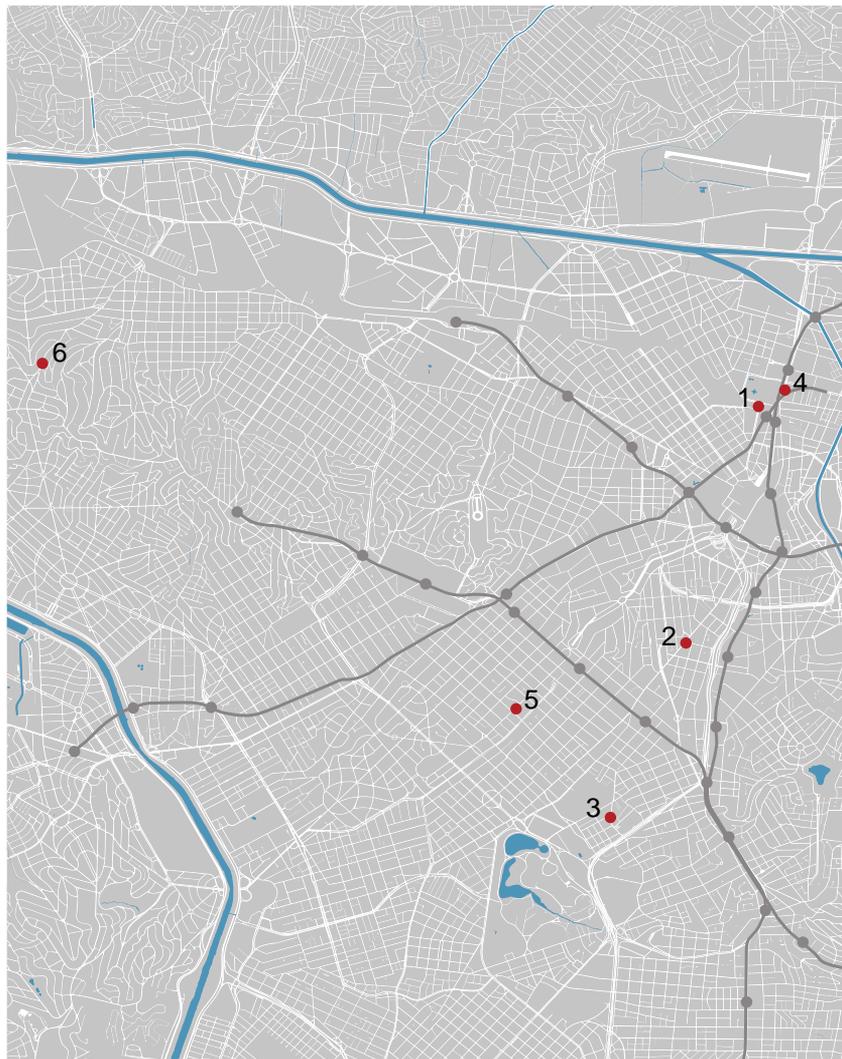
A gente gostaria de fazer uma espécie de roteiro da memória da cidade de São Paulo, que não fosse muito cansativo, não mais do que esses três lugares emblemáticos. Houve casas clandestinas que os delegados usavam para matar gente, mas a gente nem sabe direito onde são. O pessoal era preso no DOI-CODI, depois passava para o DOPS, depois para o Presídio Tiradentes. Se existisse, o Presídio Tiradentes seria um lugar. Na verdade eram 4 lugares de memória aqui em São Paulo, sendo que um foi o presídio que foi destruído e só tem o arco lá na frente. Lá não pode ser nada. A nossa caminhada, enquanto presos políticos, foi essa: DOI-CODI, DOPS, Tiradentes e Auditoria. (Maurice Politi, em entrevista à autora.)<sup>89</sup>

\*

O DOI-CODI é um espaço invisível. Quem era preso e ia para lá não estava oficialmente detido. Quando ia para o DOPS, ele estava oficialmente preso, ele começava a ser reconhecido como alguém que foi realmente preso pelo estado. Depois, ao ser julgado, ele passava pela farsa de uma Justiça. Esse Memorial da Luta pela Justiça é muito importante porque ele desmascara um processo histórico brasileiro de farsa. Havia uma legalidade, “fulano foi julgado com direito a defesa, tinha até advogado”. Um sistema normativo jurídico que dava legitimidade àquela ditadura. Essa ditadura brasileira construiu essa farsa. Crime de subversão à ordem o que tem a ver com Justiça Militar? Nada. Justiça Militar serve para julgar crimes marciais. A Justiça Militar foi criada para julgar militares. Ela foi transformada em um espaço de julgamento de quem era considerado uma ameaça à ordem política. Esse lugar é o lugar de exposição dessa farsa e de como essa farsa deu margem a um enfraquecimento desse sistema porque a atuação desses advogados foi alargando os limites da farsa até ela começar a ruir. Uma vez condenados, eles se tornavam prisioneiros em um presídio. Primeiro ele é clandestino em um espaço de tortura, depois ele vira um investigado oficial, preso, aí depois de julgado ele é preso pela condenação. Então esses quatro estão interligados. (Marcos

---

89 Íntegra da entrevista em Anexo I.



Base cartográfica: MDC/SMDU, 2014. Fonte: DEINFO/SMDU, 2014.

1. Memorial da Resistência - Igo. General Osório, 66
2. Memorial da Luta pela Justiça - av. Brigadeiro Luís Antônio, 1249
3. 36º Distrito Policial - rua Tutóia, 92
4. Arco do Presídio Tiradentes - av. Tiradentes, 451
5. Lugar de morte de Marighella - al. Casa Branca, altura do 800
6. Lugar da chacina da Lapa - rua Pio XI, 767



Cartum, em entrevista à autora.)<sup>90</sup>

Ao funcionarem como rede, os três edifícios ligados pela história passam a estar ligados agora por uma rede de construção da memória e educação. Esse museu em rede, que na verdade é um único, passa a incorporar em sua exposição a cidade, cenário de capturas, perseguições, atentados e violações de direitos humanos. Apoiando-se na cidade de São Paulo, maior testemunha das atrocidades nela cometidas, essa rede pode se concretizar numa proposta de roteiros agendados, com pontos de parada fixados em lugares de memória, como sugerido por Marcos Cartum.

Como fazer isso museologicamente e urbanisticamente também? É preciso conectá-los. Eles estão conectados e não estão. É uma conexão invisível, ela tem que ser explicitada. Difícil, porque eles não são vizinhos e estão em contextos completamente diferentes. Mas essa conexão tem que ser construída. E essa conexão tem que ser maior. São quatro marcos referenciais, mas a rede é muito maior. Essa conexão precisa ter um mapa, talvez um totem em frente a cada um deles fazendo essa conexão urbana entre todos esses pontos. Acho que essas ações educativas são corretíssimas. A visita a um lugar deve propiciar aos outros. Eles não devem ser fechados em si mesmos. Talvez a conexão seja um camburão, tipo uma veraneio onde os caras eram presos e em algum lugar da cidade – de repente ali onde o Marighella foi assassinado – ter um ponto, forma uma fila – 2, 3 camburões. Cada sábado de manhã 20 pessoas entram nesse camburão que vai primeiro para o DOI-CODI. A conexão urbana pode ser resolvida com os próprios veículos que eram usados. (Marcos Cartum, em entrevista à autora.)<sup>91</sup>

Seria recriado, dessa forma, o trajeto feito pelos ex-presos políticos, que passavam do DOI-CODI ou DEOPS/SP para a Auditoria Militar e de lá seguiam para o Presídio Tiradentes, que apesar de ter sido demolido deixando só o arco da entrada, voltaria a existir enquanto lugar de memória como parte do roteiro proposto.

O percurso entre um lugar e outro inclui a cidade como um todo, mas também pode incluir outros pontos. As alterações, a deterioração e até a demolição podem ser problematizados num lugar de memória.

---

<sup>90</sup> Íntegra da entrevista em Anexo V.

<sup>91</sup> Idem.

Sendo assim, incluir pontos de interesse da memória da ditadura em um roteiro entre os três marcos, além de possível, pode ser uma estratégia de memorialização de locais mais controversos, como o local de morte de Marighella na Alameda Casa Branca e a Casa da Lapa, ou até mesmo edifícios que já não existem mais, como o Presídio Tiradentes.

Os três lugares, ligados pela memória, formam um museu mais completo ao funcionarem em conjunto, incluindo a cidade, exposta nos percursos de um a outro. São, na realidade, apenas um. A distância que os separa, que foi tantas vezes percorrida por presos, perseguidos, advogados e algozes, faz parte também desse museu da memória da ditadura, que se expande, portanto, para além de suas paredes. Para sempre ligados, incorporam a cidade. Ela faz parte também desse museu da memória da ditadura; nos percursos feitos de um a outro, vê-se o cenário das perseguições, onde se dava a captura dos “perigosos inimigos do Estado”, estudantes, professores, trabalhadores, mulheres e adolescentes, numa época em que a polícia não protegia os cidadãos, mas se protegia deles, vistos então como perigosos terroristas, ameaças ao sistema.

A grande vitória é as pessoas perceberem que o que interessa não é tanto o que cada um pensa, porque a gente pode pensar diferente. Os princípios de tolerância e de respeito são os princípios que a gente quer para a sociedade brasileira para o futuro e a gente só vai ter esses princípios se a gente conhecer o passado. O Memorial serve para isso. Ele é o catalisador disso. (Maurice Politi, em entrevista concedida à autora.)<sup>92</sup>

Comecei este TFG lembrando a técnica fotográfica de Michael Wesely. Na Introdução, contei como ele consegue capturar em sua câmera a imagem do que muda e do que permanece.

Em Berlim, como vimos no Capítulo 2, as coisas mudaram rapidamente. Diante do cenário de devastação e do trauma da guerra, a Alemanha foi obrigada a reconhecer suas memórias difíceis, as marcas do nazismo e se refundar integralmente.

São Paulo também se transformou rapidamente. Nos últimos anos, conheceu o crescimento desordenado das metrópoles da América do Sul. Nessa vertigem, não teve tempo de parar para lembrar. A saída dos militares

---

92 Íntegra da entrevista em Anexo I.

do poder, “pelas portas dos fundos”, fez com que muito fosse esquecido ou, ao menos, deixado de lado.

Berlim utilizou os lugares de memória difícil como alicerce. Hoje, esses lugares se sobrepõem como quebra-cabeça com o novo país que se reconstruiu. O velho e o novo convivem em Berlim. Assim, o trauma se transforma em beleza diante da lente de Michael Wesely.

Na maior cidade da América do Sul não aconteceu o mesmo. Com o fim da ditadura militar, a memória foi posta de lado, e a cidade cresceu sobre camadas de esquecimento. Foi preciso tempo, mas hoje, finalmente, São Paulo e o Brasil começam a reconhecer memórias difíceis. Agora, tentam incorporá-las, não apenas na identidade do País, mas na paisagem urbana.

Acredito que, no centro dessa grande operação simbólica, está a arquitetura. Berlim é a cidade das guias. Cabe a nós, agora, construir a memória.



## Bibliografia

- ARAÚJO, Marcelo Mattos, e BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Governo de São Paulo, 2009.
- BENJAMIN, Walter: Obras Escolhidas -- Magia e técnica arte e política. Experiência e Pobreza, p. 114, O Narrador, p. 197. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter: Obras Escolhidas III -- Charles Baudelaire; um lírico no auge do capitalismo. O flâneur, p. 33. São Paulo, Editora Brasiliense, 1995.
- CARERI, Francesco: "Walkscapes – o caminhar como prática estética", São Paulo, Editora G. Gilli, 2013.
- DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi, "Sites of hurtful memory", The Getty Conservation Institute Newsletter, vol. 17, ner. 2 Los Angeles, 2002, p. 4-10.
- EISENSTEIN, Sergei: Reflexões de um cineasta. Montagem, p. 171.
- GRENZER, Elke. "The topographies of memory in Berlin: The NeueWache and the Memorial for the Murdered Jews of Europe",
- HOFFMANN, E.T.A, A Janela de Esquina do meu Primo, São Paulo, Cosac Naify, 2010.
- HUYSSSEN, Andreas. Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory. Stanford: Standford University Press, 2003.
- JANOVITCH, Paula. Memórias difíceis: espaços de reclusão na cidade.
- JORDAN, Jennifer A. Structures of Memory: Understanding urban change in Berlin and beyond. Standford: Standford University Press, 2006.

KING, Amy. "Political Memory and the Architecture of Berlin";

LADD, Brian. *The Ghosts of Berlin*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Soares de, "Espaço e Poesia: das geografias imaginadas",

*Topography of Terror – Gestapo, SS, and Reich Security Main Office on Wilhelm- and Prinz-Albrecht-Strasse. A Documentation*. Berlin: Stiftung Topographie des Terrors, 2010.

WENDEROTH, Andreas "O fantasma de Berlim", , Revista GEO, abril 2010

YATES, Frances. *A arte da memória*. Capítulo I, p. 17. Campinas, Editora UNICAMP.

#### **Documentos:**

Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH). *Diretrizes para a preservação de lugares de memória*, aprovados pelas altas autoridades de Derechos Humanos y Cancillerías Del Mercosur y Estados Asociados. Argentina, 2012. Disponível em [www.ippdh.mercosur.int/Documento/details/60](http://www.ippdh.mercosur.int/Documento/details/60). Acessado em abril de 2015.

CONDEPHAAT. Processo 66578. Parecer Técnico UPPH nº GEI-256-2012, 01/06/2012.

#### **Sites:**

##### **Parte I:**

[www.ippdh.mercosur.int](http://www.ippdh.mercosur.int)

[www.cnv.org.br](http://www.cnv.org.br)

[www.cartografiasdaditadura.org.br](http://www.cartografiasdaditadura.org.br)

[www.museum-blindenwerkstatt.de](http://www.museum-blindenwerkstatt.de)

##### **Parte II:**

##### **Capítulo 4:**

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-arquiteta-e-urbanista-regina-meyer,20010518p8384>

<http://ocupa-dops.blogspot.com.br/>

<http://erickzen.com/memorial-da-resistencia/>

[http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/  
menu-identificacao-predio-antigo-dops](http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/menu-identificacao-predio-antigo-dops)

[http://www.istoe.com.br/reportagens/26507\\_  
LUZ+NO+PORA0?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/26507_LUZ+NO+PORA0?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)

[http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120536712/  
agravo-de-instrumento-ai-20269554920148260000-  
sp-2026955-4920148260000/inteiro-teor-120536722](http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120536712/agravo-de-instrumento-ai-20269554920148260000-sp-2026955-4920148260000/inteiro-teor-120536722)

### Capítulo 5:

[http://www.cartacapital.com.br/sociedade/antiga-auditoria-militar-sera-  
memorial-em-homenagem-a-advogados-e-presos-politicos-2819.html](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/antiga-auditoria-militar-sera-memorial-em-homenagem-a-advogados-e-presos-politicos-2819.html)

[http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-  
arruda/sao-paulo-tera-rota-da-](http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/sao-paulo-tera-rota-da-)

<http://www.nucleomemoria.org.br/noticias/internas/id/474>

<http://www.nucleomemoria.org.br/noticias/internas/id/594>

<https://www.flickr.com/photos/nucleomemoria/sets/72157648252339617>

### Capítulo 6:

[http://www.cartacapital.com.br/sociedade/predio-onde-  
funcionou-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-5490.html](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/predio-onde-funcionou-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-5490.html)

[http://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-doi-codi-de-  
sao-paulo-a-luta-dos-ex-presos-politicos-3534.html](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-doi-codi-de-sao-paulo-a-luta-dos-ex-presos-politicos-3534.html)

[http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/videos/2014/01/  
predio-do-doi-codi-em-sao-paulo-sera-tombado](http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/videos/2014/01/predio-do-doi-codi-em-sao-paulo-sera-tombado)

[http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/01/1403770-predio-do-doi-  
codi-de-sao-paulo-e-tombado-pelo-patrimonio-historico.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/01/1403770-predio-do-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-pelo-patrimonio-historico.shtml)

<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>

[http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/  
comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante](http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante)

[http://vivaparaíso.org.br/articles/entrega\\_listas/](http://vivaparaíso.org.br/articles/entrega_listas/)

### Conclusão:

[http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/12/2012/prefeitura-  
realizara-passeio-ciclistico-recife-lugar-de-memoria](http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/12/2012/prefeitura-realizara-passeio-ciclistico-recife-lugar-de-memoria)

## Créditos das imagens

### Capa:

Trabalho sobre mapa. (Base cartográfica: MDC/SMDU, fonte: DEINFO/SMDU 2014).

### Introdução:

p. 10

em cima: “Palast der Republik, Berlin (28.6.2006-19.12.2008)”, Michael Wesely.

<http://www.fotografia-dg.com/michael-wesely-exposicoes-superlongas/>.

em baixo: “Potsdamer Platz, Berlin (5.4.1997-3.6.1999)”, Michael Wesely.

[http://rendezvous.blogs.nytimes.com/2012/11/15/history-in-pictures-all-over-berlin/?\\_r=0](http://rendezvous.blogs.nytimes.com/2012/11/15/history-in-pictures-all-over-berlin/?_r=0).

### Parte I

#### Capítulo 1

p. 20

Topografia do Terror, Fernando Antunes.

p. 22

em cima: Placa colocada sobre o terreno. Acervo: Landesarchiv Berlin.

<http://www.oh-berlin.com/en/oh-berlin/2229/>

[culture/museums/topography-of-terror/](http://www.oh-berlin.com/en/oh-berlin/2229/culture/museums/topography-of-terror/)

em baixo: Instalações provisórias para o museu Topografia do Terror.

Foto: Margret Nissen, maio de 1990.

Acervo: Topography of Terror Foundation.

<http://www.topographie.de/en/the-historic-site/the-establishment-of-the-topography-of-terror/>

#### Capítulo 2

p. 30

em cima: Blindenwerstatt Berlin, Hackescher Hof.

[https://www.berlinwalks.de/public/files/highlights/JewishLife\\_Otto-Weidt\\_museum1.jpg](https://www.berlinwalks.de/public/files/highlights/JewishLife_Otto-Weidt_museum1.jpg)

no meio: Hackescher Hof

[http://www.virtualltourist.com/travel/Europe/Germany/Land\\_Berlin/](http://www.virtualltourist.com/travel/Europe/Germany/Land_Berlin/)

Berlin-75302/Things\_To\_Do-Berlin-Museum\_Blindenwerkstatt\_  
Otto\_Weidt\_Workshop\_for\_the\_Blind-BR-1.html

em baixo: Blindenwerkstatt Berlin

<http://mystylespohunter.com/uploads/workshop-for-the-blind-bild3.jpg>

### Capítulo 3

p. 34

em cima: Arco do Presíbio Tiradentes. Acervo Fundo DEOPS/SP

fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2011/12/01/>

[repressao-politica-em-sp-e-tema-de-exposicao-com-100-fotos.jhtm](http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2011/12/01/repressao-politica-em-sp-e-tema-de-exposicao-com-100-fotos.jhtm)

em baixo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

fonte: [http://www.usp.br/agen/bols/1998\\_2001/rede798.htm](http://www.usp.br/agen/bols/1998_2001/rede798.htm)

## Parte II

p. 42, 68, 86, 95, 114 Base cartográfica: MDC/SMDU, fonte: DEINFO/SMDU 2014

### Capítulo 4

p. 44

Implantação do Memorial da Resistência.

Base cartográfica: MDC/SMDU, fonte: DEINFO/SMDU 2014.

p. 55 Plano museológico. Fonte: Brochura Memorial da Resistência,

Pinacoteca do Estado, Governo do Estado. Recolhida em abril de 2015.

p. 52, 56, 57, 59, 63 Fotos: Pablo Di Giulio, Acervo Memorial da Resistência.

p. 62, 64 Fotos: Martha Dallari Bucci, maio de 2015.

### Capítulo 5

p. 78 - 82 Imagens do projeto Memorial da  
Resistência cedidas por Marcos Cartum.

p. 73 Foto: Silva Junior, Folhapress, fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1319157-antiga-auditoria-militar-de-sp-sera-cedida-a-entidades-para-virar-memorial.shtml>

p. 83 Foto: Arquivo do Estado de São Paulo.

### Capítulo 6

p. 90, 102, 103 Fotos Martha Bucci, maio de 2015.

p. 92 Foto: BASE S.A. 1:8.000, foto 2291, OBRA-292.



# Anexos



# Anexo I

## Maurice Politi

*Maurice Politi é presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política. A entrevista aconteceu em seu escritório, na Av. Brigadeiro Luis Antônio, na quinta-feira, dia 14 de maio de 2015, às 14:30 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

### Como surgiu o Núcleo de Memória?

O Núcleo de Memória surgiu como um grupo de trabalho dentro de outra entidade, que se chama Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, que é uma entidade que foi fundada em 2001, quando o governo estadual começou a aplicar uma lei que dava direito à reparação econômica a todos aqueles que tinham sido perseguidos durante a ditadura militar.

O governo de São Paulo, acho que foi o segundo governo de estado onde a Lei de Reparação foi promulgada. Primeiro veio Paraná, depois, São Paulo. Surgiu essa Lei e, embora não precisasse de advogado, bastava entrar com seu pedido com provas de que você tinha sido preso e perseguido no estado de São Paulo e tinha uma reparação de valores que variavam, no fim, entre R\$22 mil a R\$39 mil. Como na Comissão de Anistia, também na Reparação tinha um grupo que julgava. Uma das pessoas que fazia parte desse grupo é o Raphael Martinelli que é até hoje o presidente do Fórum.

O Fórum surgiu porque havia gente muito pobre, gente que não entende de Lei, gente que precisava receber essa reparação, mas não sabia como. Então o Fórum se constituiu como uma entidade que se reunia uma vez por semana e o pessoal ia lá fazer os requerimentos uma vez por semana. Tudo era feito de graça. Essa atividade era a principal do Fórum, a ajuda de reparação econômica.

Com o passar dos anos, terminou os processos, acho que foram 2800 pessoas indenizadas em São Paulo, o governo também fechou a torneira - quem entrou, entrou - então o Fórum ficou meio sem motivo de existir. Mas havia um grupo dentro do Fórum - que somos os mais jovens entre os velhos - que pensava que sua atuação como ex-presos políticos não devia se limitar a ajudar só as pessoas a receber a sua indenização, e sim ajudar a divulgar a nossa luta, a brigar pelo DOPS, que na época se chamava

### Memorial da Liberdade.

O Fórum teve uma atuação muito importante no Memorial da Resistência no começo, porque o Fórum foi ao governador, ao secretário e pleiteava sempre a transformação do DOPS em um memorial, que receberá o nome de Memorial da Liberdade.

Com o passar dos anos, esse grupo mais coeso, mais jovem - que tinha entre 50 e 60 anos, enquanto os outros tinham 70 e 80 - onde tinha eu, o Ivan Seixas - eu fui preso com 20, ele, com 16 - constituiu esse núcleo, que no início era um grupo de trabalho dentro do Fórum que lidava com educação, memória, com o pleito do DOPS e fazia palestras, sempre como representante do Fórum. Como a gente começou a se destacar, começou a invejar. A gente era chamado para Brasília para ajudar em reuniões e o pessoal começou a falar que a gente se vendeu ao governo. A gente viu que não dava para ficar dentro do Fórum fazendo a nossa atuação e decidimos, no ano de 2009, constituir como comunidade independente.

O Núcleo existe como unidade independente, com CNPJ, é uma ONG, é uma entidade de direito privado sem fins de lucro. A gente alugou uma sala e começou a trabalhar independentemente. A gente tem muito boas relações com uma parte do Fórum, faz muita atividade conjunta, só que a gente decidiu ir por esse caminho separado.

Isso veio em função da nossa atuação no ano de 2008, com o Fórum, no pleito do Memorial da Resistência. Quando houve a aproximação do governo, muita gente dos mais antigos e radicais achava que a gente não podia conversar com o governo, porque o governo é tucano e etc. E a gente tinha que conversar porque o prédio é do governo do estado e a gente tinha que convencê-lo e foi o que a gente fez, graças ao fato de que tínhamos na época o Marcelo Araújo, - hoje secretário da cultura - na época ele era diretor da Pinacoteca. O espaço foi dado a ele e ele nos viu com bons olhos. Inclusive, foi ele que, muito antes de nós, pensou em fazer dali um museu e pediu um plano museológico para especialistas - a Maria Cristina Bruno, a Kátia - e ele disse que elas fariam o plano museológico com assessoria do Fórum. Na época quem deu assessoria foi esse grupo que depois ficou independente.

#### **Essa Lei da Reparação tinha um prazo?**

Ela durou até 2009. Eu acho que quem tinha que pedir, pediu. E recebeu.

**Em que pé que estava, quando vocês começaram a participar? Já tinha sido tombado?**

Já tinha sido tombado e estava lá o Memorial da Liberdade. Esse Memorial tinha mais de 10 anos que tinha sido tombado, eu não me lembro agora as datas.

Na época, o secretário de justiça do estado - não sei se na época do tombamento, mas na época em que se criou o Memorial da Liberdade - era o Dr. Belisário dos Santos, que é um nome super conhecido. Ele tinha sido advogado de presos políticos. Foi ele que capitaneou. Na época teve uma peça de teatro chamada "Lembrar é Resistir" que foi feita nas celas. Era para ser um mês de exibição, acabou ficando um ano e meio, de tanto sucesso que fez. Era uma peça meio crua. Era tipo um happening, o pessoal te levava e fazia de conta que você era preso. No Museu do Holocausto de Washington é um pouco assim. Você entra no museu e escolhe o nome de um judeu preso e acompanha a sua trajetória. Um pouco do que eles fizeram aqui nessa peça.

Nós sempre fomos contra chamar de Memorial da Liberdade, sempre fomos contra a limpeza que eles tinham feito. Achávamos positivo ter tido a peça de teatro, ter chamado a atenção para essas celas, só que acabou o teatro, acabou tudo. O espaço ainda era gerenciado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, que fica lá no Tietê. Quando foi dado para o Arquivo, o Arquivo era aqui na Consolação, mais perto, mas hoje o Arquivo está no Tietê. Um conceito errôneo, se achava que porque o DOPS tinha documentos, o Arquivo tinha que ser o gestor desse espaço e a gente falou: "não, não tem que ser o gestor, outra entidade tem que ser o gestor". A gente queria que fosse o Fórum, mas claro que o governo não ia dar um prédio de 5 andares para o Fórum que nem dinheiro tinha, então eles deram para a Pinacoteca.

Essas coisas que acontecem na história. Às vezes você briga e num momento oportuno você encontra os interlocutores convenientes. A gente caiu em uma situação que tinha como governador o Serra, que tinha sido exilado no Chile. Por mais que hoje ele queira negar, não fala nisso, mas ele foi perseguido. Como secretário da cultura a gente tinha o João Sayad, outro professor perseguido. E como diretor da Pinacoteca, tínhamos o Marcelo Araújo, que antes de ser museólogo foi advogado, e como advogado, foi militante dos direitos humanos, então era um homem sensível à essa temática. A gente chega nele e ele não só aceita como diz que já tomou as providências e contratou a professora Maria Cristina Bruno para fazer isso e a única coisa que pediu foi para a gente assessorar ela.

A gente foi falar com o Sayad e o Marcelo já tinha falado com ele. Mudamos o nome, em primeiro lugar. Ele fez uma portaria e levou ao governador para mudar o nome e mudou o nome para Memorial da Resistência.

O plano museológico foi muito rápido, durou o ano de 2008 inteiro a preparação do plano, a reforma do local. Nisso, muitos de nós, ex-presos, fomos assessores - que a gente brinca - de conteúdo. A maioria que estava lá como profissionais - museólogo, historiador, sociólogo, arquiteto - eram muito jovens, gente que não sabia o que tinha havido lá. Casou os dois interesses.

Do grupo todo, de 10, 12 pessoas que levaram essa luta, ficaram 2 pessoas mais caracterizadas como assessores, que ficavam todos os dias lá e não tinham ocupação - eu estava aposentado. Então está lá o meu nome e o do Ivan como assessores de conteúdo, mas na verdade foi muito mais gente. Todos aqueles que deram depoimento. Nós falamos com o Marcelo Araújo - durante a execução do plano museológico nós passamos dias inteiros lá - porque todos os profissionais ganhavam dinheiro e a gente não, porque a gente não era funcionário público. A gente queria o lugar vivo, primeiro pensamos em ser os monitores, depois vimos que tinha quer ter perna para isso, tinha que ser gente jovem, então a gente fez um acordo. Eles contratam o Núcleo todos os anos, com ajuda de custo, e nós organizamos os Sábados Resistentes, que é uma atividade que desde 2008 se programa uma ou duas vezes por mês. Nós ficamos incumbidos por isso.

**Quando vocês estreitaram relações com o Memorial ele já tinha passado para a Pinacoteca?**

Já. Foi por 2008, por aí. Esse espaço todo, antes de ir para a Pinacoteca, foi delegacia do Procon, depois eles remodelaram todo o edifício pensando que lá ia ser um museu chamado Museu do Imaginário, depois falaram Museu do Povo Brasileiro. No fim, como não conseguiram fazer nenhum tipo de museu, porque não tinha recurso ou estrutura, eles passaram para Pinacoteca que, por sua vez - aquele prédio que fica na

Tiradentes é muito pequeno - queria uma extensão do prédio. Por isso no andar térreo são as celas e nos outros 4 andares são exposições.

### **O que você acha do Memorial da Resistência hoje?**

A minha opinião pessoal: o Memorial da Resistência é um sucesso. A gente brinca que o Memorial da Resistência é o melhor e o pior memorial do Brasil, porque ele é único. Ele é o melhor, porque é único, mas também é o pior porque amanhã pode surgir um melhor do que ele.

Não se trata de ser o melhor ou o pior. Cada memorial tem as suas características. No papel, o que a gente queria lá atrás em 2008, quando a gente falava em museu, a gente conseguiu alcançar plenamente. Um museu de um período histórico que ninguém conhece, que é duro falar dele porque não tem conhecimento, tem uma visitação de 70 mil pessoas por ano. Em 2013 nós tivemos acesso às estatísticas de todos os museus da cidade de São Paulo e o da Resistência era o 6º mais visitado. Imagina, em uma cidade de 12 milhões de habitantes, com mais de 45 museus, o 1º é o Museu do Futebol, claro, depois vem o Masp, depois a Pinacoteca, depois o da Arte Sacra e depois o Memorial, é um sucesso. Hoje recebe 5 - 6 mil pessoas por mês, grupos de escola.

Eu acho que é um puta sucesso. Uma coisa que a gente não esperava. Isso também é devido ao trabalho da Kátia e dos coordenadores, da ação educativa. Eles conseguiram fazer convênios com grupos de escola, com companhias de turismo, que leva pessoas.

Eu acho que não é suficiente. A gente gostaria de ter todo o prédio. Só que para gerenciar todo o prédio, precisa ocupar o prédio, precisa de recursos. Lugar de memória é todo o prédio. O prédio foi tombado porque lá onde hoje se vê Picasso e Miró, era a sala do delegado Fleury, lá se torturava, lá se matou gente. Não é só nas celas de baixo que você pode ver.

Eu não sou daquelas pessoas que querem 100% de tudo ou não querem nada. Se você tiver 60%, já é um ganho, se tiver 30%, já é um ganho. Não precisa ter 100% para ter um ganho. O que a gente conseguiu já é um ganho, é um ganho da sociedade.

O Memorial da Resistência está sendo copiado em Salvador, Recife, outros lugares. Eles vêm, visitam, mas até agora não tem outro igual em qualquer lugar do Brasil. É único, não dá para negar. Só a cidade de São Paulo tem. A gente espera que tenha em outros estados. Tem o Memorial da Anistia que está quase pronto em Belo Horizonte.

### **Qual o papel do Estado? Faz sentido que a gestão do Memorial seja da Pinacoteca, por exemplo?**

A gestão desses lugares não é do estado, exatamente.

O estado de São Paulo foi o primeiro estado que decidiu que, em algumas áreas, era melhor dar a gestão para pessoas que estivessem diretamente relacionadas com o tema. Começou na área da saúde. O pronto-socorro que tem na favela de Heliópolis é administrado por uma OS que é do hospital Albert Einstein.

Uma OS é uma organização sem fins de lucro que se qualifica perante o estado. Tem 3 áreas que o governo de São Paulo trabalha com OS: saúde, cultura e meio-ambiente (recolhimento de lixo). O hospital é do estado, mas quem gerencia é uma entidade que apresenta um orçamento, e eles têm critérios de melhoria, como qualquer

empresa. É um tema complicado porque muita gente não aceita esse modelo, porque acha que é privatização de algo que o estado deveria fazer. Eu sou da opinião de deixar para quem conhece.

A área onde o governo de São Paulo mais teve sucesso foi a área da cultura. Todos os museus de São Paulo, incluindo a Pinacoteca, são administrados por OS - entidades que recebem um selo de qualificação do estado dizendo que elas são idôneas, conhecem o assunto e podem pleitear a gestão de determinado lugar. A associação que gere a Pinacoteca chama Associação Pinacoteca de Arte e Cultura - APAC. São financiadas pelo estado. Algumas delas, como a Pinacoteca, que é muito grande, têm liberdade para buscar recursos em outros lugares, fora do país ou até mesmo na Lei Rouanet. Mas o estado é responsável pelo básico, geralmente, salário do pessoal, manutenção, limpeza.

Dizer que a Pinacoteca é do estado não é correto, o prédio é, mas a gestão, não. Os quadros que estão lá, se são da Pinacoteca, são do estado, mas a gestão do lugar é feita por uma entidade privada.

O Memorial é gerenciado pela Associação Pinacoteca de Arte e Cultura. Tanto que nós assinamos um contrato com a APAC todos os anos, eles dão um dinheiro para nós, que financiam as salas, internet e os custos dos Sábados Resistentes.

#### **É importante o estado arcar com isso?**

Um dos corolários da justiça de transição é a reparação, e a reparação não é só individual, ela pode ser coletiva. A UNE tinha um prédio, antes de 1964, muito grande, financiado pelo estado, na praia do Flamengo, no Rio. Quando dá o Golpe Militar, em dos primeiros prédios que são queimados pela turba, pelos caras de direita que eram contra os estudantes, é o prédio da UNE e cai o prédio. Depois de 50 anos o terreno é vendido pelo estado. No governo do Lula a UNE pleiteia uma reparação do prédio. Não é uma reparação individual, é coletiva. O governo dá dinheiro para UNE reconstruir o prédio igualzinho que ela tinha antes.

A reparação individual e coletiva é dever do estado. Faz parte dos preceitos de justiça. Para ter uma verdadeira justiça de transição - que é a justiça que há entre o momento de uma ditadura, um regime totalitário e um momento de democracia, ou em países que tiveram guerra - é preciso que ela dite normas de reparação. Pode ser reparação econômica individual, como houve no Brasil, pode ser reparação coletiva, como houve no Peru onde povoados inteiros foram dizimados. Às vezes um monumento é uma reparação, como no Chile, por exemplo, no cemitério tem um muro com os nomes dos desaparecidos. Aqui tem um similar no Cemitério do Perus, um monumento feito pelo Ricardo Ohtake por causa da grande vala clandestina.

#### **Como começou a história com a Auditoria?**

A primeira coisa que nós fizemos em 2010 foi pedir o tombamento do DOI-CODI. Ele é feito individualmente porque precisava uma pessoa que estivesse envolvida pedir o tombamento. Quem fez o pedido foi o Ivan Seixas, porque lá morreu o pai dele. Ele como vítima direta, filho de uma pessoa que morre no local, apoiado por outras entidades. Nessa mesma ocasião nós começamos a ver que tínhamos muitas relações com o Ministério Público. O Ministério Público começou a investigar e criou um grupo de trabalho. Começamos a ficar conhecidos e as pessoas nos chamavam dizendo que existiam outros prédios, como o da Auditoria Militar. Falamos com o Ministério Público Federal já que o prédio era federal. Em 2011 tivemos um encontro com o sub-procurador geral da república, Aurélio. Ele entendeu o nosso pleito e falou com o

Ministério Público aqui de São Paulo e ordenou que o Ministério Público de São Paulo fosse atrás desse prédio. Nós fomos à Secretaria de Patrimônio da União, já que o prédio era da união e estava vazio e ali foi pleiteada a cessão do prédio, não tombamento. Ele é tombado pela prefeitura com o bairro da Bela Vista, pela sua fachada. Mas ele não é tombado como prédio histórico pelo Codefat. O nosso plano museológico está hoje no IPHAN, ele já passou pelo IBRAM, e depois ele vai voltar para o Ministério da Cultura para dar autorização para captação.

Nós fomos à SPU junto com o Ministério Público, que demonstrou muito interesse em nos atender, mas quis saber quanto dinheiro tínhamos em caixa e quantas pessoas. A gente não tinha como bancar isso aí. Eles disseram que eram responsáveis pelo prédio. Como tinha a questão dos advogados e era um lugar dos advogados, nós procuramos a OAB e procuramos justamente o Dr. Belisário e aí foi uma coisa conjunta.

Primeiro veio a ideia de pegar esse prédio e fazer alguma coisa relacionada com advogados e a justiça. A intenção de memorializar era nossa e do Ministério Público. Só que para memorializar, precisava recurso e ali não entrava o Estado, então tinha que pedir para a União. A gente pensou que ele podia ser cedido para a OAB e nós temos um acordo com a OAB de parceria para esse prédio, que eu espero que funcione. Está no papel, mas nós não temos recursos, eles que têm.

Então foi assim, cessão do prédio para conseguir o Memorial, a SPU entendeu e nos ajudou porque tinha muitas pessoas querendo esse prédio, inclusive a Polícia Federal, que queria ter um prédio para atender os imigrantes. Esse prédio já tinha sido dado para a Polícia Federal. O Ministério Público foi na Polícia Federal, negociou com o diretor da Polícia Federal, que também não tinha muitos recursos para reformar o prédio. Nós negociamos que o estado de São Paulo daria para eles um lugar para a Polícia Federal atender os imigrantes e aí o prédio foi cedido para OAB, para nós.

Nós fizemos um plano com o qual se pede autorização para o governo federal para ele autorizar a captação de recurso para fazer toda a reforma. Esses recursos vêm de empresas que vão deduzir do imposto, A gente acha que muitas dessas empresas que vão doar são os próprios escritórios de advogados muito ricos, e nada melhor do que a OAB para convencê-los de que é melhor estar associado a um museu do que pagar imposto. A gente acha que vai conseguir. O banco que atende a conta da OAB vai querer fazer um gesto para a OAB, vai querer doar.

**Era previsto para ser em 2014, ou não?**

Não, ele foi cedido em 2013. 2014 era o tempo de a gente fazer o plano museológico e apresentar. A ideia era que em 2015 a gente pudesse inaugurar, mas não vai dar porque o plano ainda não foi aprovado pelo Ministério da Cultura. Porque teve férias, teve mudança de ministro – a Marta Suplicy que era ministra da cultura, saiu – mudou todo mundo, burocracia. Eles estão questionando muitas coisas, não em relação ao plano, mas a parte orçamentária. Como é muito dinheiro, eles estão vendo os mínimos detalhes.

A gente acha que até o fim do ano vai ser aprovado, 2016 vai ser o ano de reforma e possivelmente no final de 2016 vamos poder inaugurar.

**Quem cuida do plano museológico é como foi do Memorial da Resistência?**

Não quer dizer que são as mesmas pessoas que vão ficar. Quem fez o plano museológico foi a professora Maria Cristina Bruno, o pessoal do Memorial da

Resistência, a Kátia.

**Foram chamados pela OAB e pelo Núcleo de Memória?**

Isso.

**O papel de vocês nesse caso é maior do que só uma consultoria?**

É. Nós chamamos o arquiteto, submetemos à OAB, a OAB aprovou. É caro fazer esse plano, eles pagaram esses profissionais. Nós fizemos uma parte da pesquisa, entrevistas a advogados para saber como vai ser cada sala. Foi apresentado dessa forma. Não quer dizer que em 2016 vão ser as mesmas pessoas. Nós, do Núcleo, queremos ter, naturalmente, um papel na gestão do local.

A gente vai ter uma sala na administração do Memorial da Luta pela Justiça que vai ter um auditório, espero, para acolher visitas.

A ideia, um pouco, é fazer com que esse memorial seja, principalmente para os jovens estudantes de direito, o foco principal. Mostrar para eles como é buscar justiça em um momento do país em que você não tem justiça. Quando você não tem justiça, como você faz para ter justiça? Muitas coisas que aconteceram nesse local vão ser reveladas, vão ser mostradas para que as pessoas se conscientizem. A ideia é fazer atividades culturais, atividades com a escola de Direito também, principalmente e ser parte do circuito, dessa rede que você quer fazer.

**Esse prédio já tinha sido outras coisas além de Auditoria Militar?**

Ele sempre foi Auditoria Militar. Só que nos últimos anos, antes do exército deixá-lo, ele tinha sido um lugar de atendimento. Por exemplo, foi usado muitos anos para fazer pedido de aposentadoria. A Auditoria Militar continua existindo, só que para julgar o soldado que deserta, o soldado que briga com o outro. Isso é julgado por militares e durante um tempo ainda existia julgamentos, mas como esses julgamentos se tornaram tão pouco frequentes, não convinha ao exército manter um prédio desses só para dar atestados. Depois da ditadura, inclusive, nós, ex-presos, íamos lá para pedir certidão, para entrar com pedido de anistia. Quem prova que eu fui preso é a Auditoria Militar. Depois acabou isso, eles entregaram o prédio que ficou desocupado. Inclusive teve uma invasão, o Movimento dos Sem-Teto invadiu. Hoje ele é protegido por uma guarda que quem paga é a OAB.

**Vocês têm outros lugares em mente para memorializar em São Paulo?**

Na cidade de São Paulo, acho que não tem mais nenhum. A gente gostaria de fazer uma espécie de roteiro da memória da cidade de São Paulo, que não fosse muito cansativo, não mais do que esses três lugares emblemáticos. Houve casas clandestinas que os delegados usavam para matar gente, mas a gente nem sabe direito onde são. O pessoal era preso no DOI-CODI, depois passava para o DOPS, depois para o Presídio Tiradentes. Se existisse, o Presídio Tiradentes seria um lugar. Na verdade eram 4 lugares de memória aqui em São Paulo, sendo que um foi o presídio que foi destruído e só tem o arco lá na frente. Lá não pode ser nada. A nossa caminhada, enquanto presos políticos, foi essa: DOI-CODI, DOPS, Tiradentes e Auditoria.

A prefeitura de Recife fez um negócio muito legal que é “Os Caminhos Históricos do Recife”. O turista recebe um livro, se pedir. “Se você quer conhecer a ditadura, você vai nesse monumento, nesse monumento...” . A ideia que a gente tem com a prefeitura de São Paulo é fazer isso: se você quiser conhecer a Revolução de 32,

tem que ir lá no Obelisco do Ibirapuera, naquele monumento do empurra-empurra. Se você quiser ver a ditadura, você vai para Auditoria, para o DOI-CODI, para o DOPS.

O Arco do Tiradentes não tem placa. A Comissão de Anistia queria fazer uma marcação.

Na Avenida Casa Branca, onde morreu o Mariguela, tinha um pequeno monumento também. Hoje não tem mais placa nenhuma. Eu pessoalmente não gosto de lá, é um toquinho de cimento, virou lugar para os cachorros fazerem xixi.

#### **Qual seria uma boa forma de memorializar o DOI-CODI?**

Na minha opinião pessoal, o DOI-CODI é um lugar muito emblemático porque ele era um lugar de sequestro, muitas pessoas morreram ali mesmo ou por pessoas dali. Nós achamos que ali deve ser um memorial para as vítimas, tipo aquele de Berlim, do Holocausto. No Memorial da Resistência a gente não fala muito. É uma crítica da família das vítimas e desaparecidos. Muita gente critica e acha que é ruim porque não fala dos mortos. O objetivo não foi esse. Nós falamos com a Maria Cristina Bruno, com arquitetos e dissemos que ali a gente ia valorizar a resistência, tanto que tem: controle, repressão e resistência. Ali o que se quer é mostrar para os jovens, os alunos, uma sociedade que controla, reprime e uma sociedade que resiste. Muitos jovens perguntam cadê os instrumentos de tortura. A gente fez de propósito. Ali a gente quis mostrar, junto com os museólogos, que por mais que a situação esteja dura, há um sinal de esperança. Por mais que você sofra, você tem que ter esperança na resistência. A ênfase foi dada na ajuda que se dava aos presos, na solidariedade das famílias. A gente não quis mostrar a tortura, por mais que se fale em tortura.

O DOI-CODI é diferente. O DOI-CODI, sim, deveria falar de tortura, deveria falar das vítimas, deveria ser uma espécie de mausoléu para as vítimas, sem ter os corpos. Acho que lá deve ter os nomes que a Comissão Nacional da Verdade falou, dos que perpetuaram os crimes. Se vai ser assim, eu não sei. Vai depender de quem vai fazer a gestão, do plano museológico que vai ter. Vai depender do enfoque.

Tem um instituto chamado Vladimir Herzog, muito ativo na área de direitos humanos. O Vladimir Herzog morreu lá, e quando falaram para o filho dele do DOI-CODI ele não quis entrar. Ele quer fazer lá um jardim para o bairro e chamar Jardim da Paz. É um pouco como o que o presidente Menem, na Argentina, queria fazer com a ESMA, destruir tudo e fazer um jardim. A gente acha que não dá. Na última conversa que a gente teve com ele, o filho do Herzog, ele disse “façam o que vocês quiserem, eu não vou entrar, não”.

#### **O Memorial tem algum plano para lá?**

Por enquanto, não. Para ele ter um plano ele precisa ter um plano de alguma secretaria de estado porque é um prédio do estado. Ainda está na mão da Secretaria de Segurança, nem passou ainda para mão da Secretaria de Cultura.

Tem uma petição da vizinhança porque eles não querem a saída da delegacia. Eu acho que o ideal seria que saísse, mas isso são concessões. No Rio estão fazendo isso, o governo do estado já disse que vai dar o DOPS para os militantes para fazer ali um memorial. Eles fizeram um movimento muito bonito chamado Ocupa DOPS, só que o DOPS neste momento tem o Museu da Polícia. É duro ter que conviver com o Museu da Polícia. Eles dizem “ou a polícia sai, ou não tem nada”.

No DOI-CODI o próprio secretário de segurança anterior disse que ia tirar. Só que o secretário que era mais próximo, caiu. Veio agora um novo, o Alexandre Moraes, que é uma fera e não quer nem ouvir falar. A vizinhança não quer. Então fica insistindo até sair, só que não sai nunca, e até lá não faz nada? Ou deixa a delegacia para tratar dos casos de roubo das mulheres – porque agora eles dizem que é uma delegacia da mulher? É uma delegacia boa, tem assistência especial de direitos humanos, você vai ser contra isso? É difícil.

Claro que a gente quer o lugar, dos três é o mais importante. Foi onde eu vi mais violações, mais violência. Onde realmente o estado de exceção se fez presente foi no DOI-CODI. O DOPS existe desde 1930, é polícia, sempre existiu. Foi mais violenta na época do Vargas, na época da ditadura, na época do Esquadrão da Morte? Claro que sim, porque o regime permitia isso. O DOI-CODI foi constituído para ser órgão repressor e assassino. Foi constituído pelos governantes. Pelo Maluf, que era prefeito na época, que sentou com os militares, deu o terreno, publicou no Diário Oficial e disse que ali seria um centro de repressão. Os empresários ajudaram também.

Uma vitória, uma derrota e o que falta realizar.

Eu acho que o Memorial da Resistência é uma vitória. Não é minha, nem nossa – de ex-presos – é da sociedade porque hoje você vê jovens que se interessam em estudar o período histórico. Semanalmente nós recebemos gente, que vem do exterior inclusive. Mostra que o Memorial serve como um catalisador dessa vontade de conhecer o período, então, para nós, é muito importante porque a gente não quer que volte nunca mais. Eu falo isso para as crianças de 15 anos que muitos de nós já morreram e não podem contar, nós que estamos vivos, temos que contar. Daqui 15, 30 anos você vai ser mãe, você vai ser avó e se alguém chegar na sua casa e pedir a lista de convidados da sua festa você já vai saber o que é que é porque eu estou te contando que é assim que acontecia. Era proibido ter uma concentração de mais de 10 pessoas.

A grande vitória é as pessoas perceberem que o que interessa não é tanto o que cada um pensa, porque a gente pode pensar diferente. Os princípios de tolerância e de respeito são os princípios que a gente quer para a sociedade brasileira para o futuro e a gente só vai ter esses princípios se a gente conhecer o passado e ver que teve momentos que a gente não teve. O Memorial serve para isso. Ele é o catalisador disso.

Tem muitas derrotas. O fato de que, na memorialização, a gente tenha poucos lugares desses no Brasil é uma derrota. Tem muita gente que fala, mas essas pessoas que conversam estão morrendo. Eu acho que o fato da gente ter poucos lugares de memória, passados 50 anos da ditadura, é uma derrota.

Por que começou só em 2007 o movimento pela memória no Brasil? Ele começou por uma razão bem específica, em Brasília, pelo governo federal. Ele começou com a atuação de dois ministros que consideraram que essa era a tarefa deles. Um era o ministro da justiça, Tarso Genro e outro era o Paulo Vannucci, que tinha sido preso e que trabalhava na Secretaria de Direitos Humanos, e uma terceira pessoa que não era ministro, que era o novo presidente da Comissão de Anistia, que era o Paulo Abrão. Graças a esses três que hoje se fala. É uma derrota o fato de ter demorado tanto.

O Brasil atuou na reparação muito mais do que outros países. O Brasil tem comissões de reparação econômica desde 1996, com o Fernando Henrique, com a Comissão de Mortos e Desaparecidos, com a Comissão de Anistia, que são comissões de reparação.

No Brasil começou primeiro pela reparação, depois a memória, da memória se exigiu a verdade e o último passo é a justiça, que até agora...

Muita gente que foi presa quer ver o general morrendo na cadeia. Tem que ter justiça, mas a gente adotou outras formas.

## Anexo II

### Maria Cristina Oliveira Bruno

*Maria Cristina Oliveira Bruno é professora titular da USP e museóloga. Participou da realização dos projetos museológicos do Memorial da Resistência, em 2007, e do Memorial da Luta pela Justiça, em 2013. A entrevista aconteceu em seu escritório, no Museu de Arqueologia e Etnografia da USP (MAE-USP), na quarta feira, dia 20 de maio de 2015, às 14:30 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

Já de imediato pegando esses três casos que você selecionou eu queria colocar uma questão que, pra gente da museologia, sempre é uma inquietação. Como a história de usos de um edifício pode ser muitas vezes profundamente alterada. A gente analisou muito isso na época do projeto do Memorial da Resistência. Aquele edifício construído por um arquiteto renomado, um escritório consagrado pra a época, reflexo de um momento econômico super importante da economia do café, de repente, ele vai tendo uma vida e tem todo esse desdobramento, passa a ser uma prisão e depois é abandonado. Quando a gente pensa no caso da Auditoria, que no início era um palacete familiar, se transforma tanto e acaba sendo um local daquela natureza. O terceiro eu acho que tem uma história diferente porque já nasce com uma certa vocação policial que no fundo se mantém. Que memória ele vai trabalhar agora? Nesse aspecto, um ponto que talvez fosse importante você problematizar - isso pra qualquer museu, na verdade, pra qualquer espaço de memória - são justamente esses usos que vão tendo ao longo do tempo e como eles vão sendo alterados. Muitas vezes mudam completamente a vocação. Às vezes, é possível preservar os diferentes usos, outras vezes a opção é não preservar, outras vezes há uma opção de preservar um momento de uma fase, mas acho que esse é um dilema, em geral.

Como isso se deu no caso da Auditoria Militar? Porque eu consegui achar muito pouca informação sobre a história da construção, até porque não é tombado, só o que é tombado é a fachada no tombamento do bairro da Bela Vista.

Foi feito pelo Marcos Cartum, que é o arquiteto responsável. Ele fez um enorme levantamento de toda a história do edifício, descobriu os arquitetos, que eram italianos, como ele foi feito e quem foram os primeiros moradores. Depois foi mudando de mão e perdeu essa vocação de residência, até que teve esse uso pela Auditoria, e virou

uma repartição pública, porque a Auditoria, na verdade, era uma repartição pública, tanto que quando você entrar no prédio você vai ver que vai ter uns elementos que ainda ficaram, por exemplo, uma plaquinha do protocolo. Esse próprio uso, como uma repartição pública, entre aspas, já alterou muito a arquitetura interna. A gente vê puxadinhos internos e aquelas questões externas. Ali, além de virar uma repartição, era uma repartição que também tem uma carga simbólica, porque justamente ali eram decididas as vidas das pessoas. Foi um local de julgamento. O que eu acho interessante também refletir sobre essa fase da Auditoria é que tem esses dois lados que ficaram muito impregnados na arquitetura, como pequenos anexos e coisas assim. Esse lado simbólico, oponente, que era aquele salão de julgamento – quando a gente vê as fotos da época com cortinas, com mesas, as pessoas formalmente sentadas e aquela coisa rasteira, um telhado de zinco aqui, põe uma escada ali, aquele puxadinho. Essa placa mesmo do protocolo é uma porta improvisada. Hoje o prédio ainda tem um certo diálogo. Por exemplo, ele tem um vitral e uma escadaria super bonita que vai do primeiro andar para o segundo, obviamente ainda da fase do palacete, vamos chamar assim. A parte de baixo mesmo, que é o andar térreo na verdade, é quase na cabeça, é quase um porão e algumas coisas com azulejos. Depois vira nada, porque ele ficou muito tempo fechado. A notícia que a gente sabe é que ele chegou a ser ocupado, foi desativado, por isso que fecharam as janelas – acho que também pra ocupação. Depois teve um tramite pra conseguir que o edifício fosse destinado pra isso. E tem essa peculiaridade que ele faz parte de um zoneamento e que a fachada é tombada, por fazer parte daquele bairro.

Como a ideia museológica, depois de muita discussão, era trabalhar desde a fachada já com discurso, então aquela proposta de intervenção na fachada teve que ser defendida pra conseguir as licenças. Depois a gente pensou essa vocação e a coisa foi se acertando por parte do Cartum – ele teve um enorme trabalho, aliás, foi o maior trabalho de todo esse processo porque além de todo o histórico e todas as licenças teve que pensar na parte de segurança pra ser um lugar público. Tudo isso também teve que ser pensado porque não ia mais ser uma casa, não ia ser mais a Auditoria, ia ser um local de fluxo de visitantes.

São detalhes que fazem parte de um processo, às vezes é mais difícil, dependendo do prédio, às vezes menos. Esse foi então o nosso trabalho. Acho que a parte de arquitetura – considerando essas duas experiências que eu tive – foi quase total, ela foi muito importante e muito grande, em função da natureza do edifício.

#### **Vocês já passaram esse projeto pra aprovação pela Lei Rouanet?**

Sim, pra conseguir captar. Desde o início a ideia era “quem vai sustentar esta instituição?”. Eu e a Kátia Filipino entramos muito pontualmente como consultoras para a parte conceitual de museologia e quem realmente levou à frente foi o Maurice e o Cartum. Desde o início era “bom, a gente faz o projeto e depois como vai viver?”, era diferente do caso do Memorial da Resistência. Toda a conversa com a OAB, desde o primeiro momento, é que a OAB que vai bancar. Nós fizemos a parte de explicar que além de toda a parte de montagem em si, que é uma parte de reforma, que vai ter um custo alto, tem que ter uma vida, ter funcionários e etc. Da nossa parte foi um grande envolvimento nesse sentido. No caso da Lei Rouanet, o que foi colocado pela OAB é que eles têm verba própria pra isso e só precisaria ter o selo da captação. A nossa expectativa é que, uma vez totalmente aprovado na Lei Rouanet, já possa começar a obra porque vai partir deles mesmo, nós não teremos que – como já aconteceu em outras situações – ter que ficar um ano captando, quando você não tem uma finalidade. Isso eles se responsabilizaram. A nossa expectativa é que passasse tudo na Lei Rouanet

até o começo do ano, então agora a gente já estaria na montagem. É uma parte que eu não vou mais participar, mas já estaria na montagem e abriria em agosto porque é uma data importante, mas obviamente não vai dar tempo.

**A senhora falou que o museu é necessariamente um lugar para a memória e, em alguns casos, um lugar de memória, nesse caso e no caso do DOPS ele era um lugar de memória – então como conciliar o projeto museológico com a função do edifício? Isso é uma função mais do arquiteto?**

Em todos os casos, lá também foi assim. No caso do Memorial da Resistência, é lógico que aquele prédio tinha uma história e a gente não queria descartar a história. Eu sou super favorável a não descartar a historicidade do lugar, às vezes a gente pode ter uma tendência a achar que o momento foi mais importante, mas é o nosso olhar. Eu acho que todos têm que ficar registrados. Como ali a gente tinha um espaço muito pequeno pra falar tudo, no caso do Memorial da Resistência, logo naquela primeira sala, se você observar, tem os textos que falam de todas as etapas do prédio desde a construção e, do outro lado, tem aquela TV que fala a história do DOPS, porque eram as duas coisas. Ali foi um momento muito pontual do DOPS e também pra mostrar que o DOPS foi uma coisa muito maior. Inclusive, ele também começou como uma coisa pequena e depois teve uma ramificação, na pior fase da ditadura em que ele se juntou aos militares e virou o SNI. Então era muito importante o visitante saber disso, e ao mesmo tempo, saber também que aquele prédio fez parte de uma fase importantíssima da economia de São Paulo, porque era para o escoamento do café com a estação. Ali, no caso, a gente teve essa possibilidade. Aí já é o momento de um recurso expográfico, a gente vai discutindo e chega num roteiro, daí a gente pensa “bom, tem essa possibilidade”, porque é importante apresentar antes das pessoas conhecerem as celas. No caso do Memorial da Resistência, o foco do conceito gerador são as celas. Às vezes isso não fica muito claro, mas aquilo é efetivamente o que restou. Por isso a ideia de resistência, a ideia no foco do testemunho de quem ficou preso. As outras coisas são contextos, tem uma linha do tempo, tem outros aspectos que são contextos, mas esse é a vocação mesmo. A ideia é tentar falar assim: “este ambiente prisional fez parte deste momento histórico e o que acontecia aqui dentro”, esse era o foco principal. No circuito expositivo da Auditoria foi reservado um espaço que vai falar também sobre todos os usos daquele prédio. Por isso, para nós, foi bem importante o estudo que o Cartum fez, porque ele identificou os arquitetos, quem morou, quando foi vendido, ficou um dossiê.

No caso da Auditoria, o conceito gerador foi no sentido de focar na relação entre preso e advogado e a questão da justiça - porque aquele é o lugar de memória da auditoria - mas a gente também entendeu que tinha que contextualizar. Explicar o que é uma auditoria, o que significa uma auditoria na história do Brasil, naquele momento, pensando em um público amplo. A outra sala que vai ter em cima, vai falar da cena cultural naquele momento. O espaço mais importante vai ser a reconstituição do auditório do julgamento. A gente conseguiu muita informação, além da descrição das pessoas. No primeiro dia a gente entrou com o Maurice, o advogado dele e vários outros advogados, e ele começou a contar pra gente o dia do julgamento dele. Foi uma história muito triste porque ele estava há um tempo sem ver a família. Ele é filho único e foi preso abaixo da idade, não tinha 18 anos. É uma história super confusa e ele tinha um acerto. A expectativa é que ele ficaria preso mais dois anos - não me lembro se é exatamente isso - mas teve aquela empáfia, a mãe dele sentada na plateia - porque as pessoas podiam assistir - e no final falaram 20 anos. Ele diz que só lembra de olhar pra trás e a mãe chorando. E cenas muito piores aconteceram. Os próprios padres

dominicanos foram julgados lá, uma coisa muito famosa na época porque muitos foram presos e não tinham nada a ver com nada.

A gente considerou que aquela sala seria a mais importante, como no caso da Resistência são as celas, do ponto de vista de passar emoção e informação. O restante é um pouco contexto. E, naturalmente, como acontece no Memorial também, são as temporárias que vão dar vida àquela instituição, e os projetos educativos. Lá também tem a perspectiva que o auditório será utilizado como fórum de debates. Isso é que dá a dinâmica da instituição.

**A senhora falou que a ideia do projeto museológico é percorrer o edifício da Auditoria.**

Essa foi uma outra discussão nossa de base. Quando a gente começou a pensar que tipo de exposição poderia ter, qual a possibilidade real do espaço - aquele espaço cheio de escadas - tudo isso é importante na hora da gente discutir, acessibilidade e etc. Ficou muito forte pra gente o que vários presos falavam e também os advogados, o momento da chegada deles porque eles chegavam naquela Perua da polícia, do exército e grandes escândalos nas ruas. Eu lembro disso, no começo da minha adolescência, das pessoas comentando isso, como se eles estivessem trazendo grandes bandidos, então cercava a rua e ficava todo mundo com sirene o carro entrava com toda a velocidade no estacionamento que é do lado do edifício, entrava e parava. E eles vendados, não tinham noção do que ia acontecer. Dependendo da situação eles ficavam lá atrás, na edícula, com soldados tomando conta e na hora X, eram chamados.

**Eles vinham do DOPS ou do DOI-CODI...**

Sim, eles vinham do DOPS ou do DOI-CODI ou depois mais pra frente já do Presídio Tiradentes. Em vários comentários, alguns falaram: “durante muitos anos eu fiquei com aquele som na minha cabeça”, então nós achamos que para o visitante, esse é outro aspecto que é relevante em relação à arquitetura e o conceito gerador. A entrada mais natural seria subir a escadinha na frente, só que essa parte da arquitetura para aquele uso foi totalmente neutralizada. Por isso a gente chamou aquele corredor de “sensibilização”, que é onde vão aparecer os nomes, é um show de som e luz, pra preparar a pessoa que ela não vai visitar um palacete, que a situação lá é outra. O que a gente tá chamando de “acolhimento”, aquela praça, é mais uma homenagem mesmo. Depois o visitante entra num contexto de informação mais cognitiva. A gente pensa, por exemplo, como as escolas poderiam trabalhar aquilo. E se o visitante for pra exposição temporária, que é no outro andar então ele tem essa mesma passagem. Tanto o circuito de longa duração quanto o temporário passa por essa sensibilização. É uma hipótese que, obviamente, depois de funcionando vai ser avaliada, analisada pra ver se funciona, como a pessoa passa por lá. Em todas as exposições a gente faz essa análise depois. Às vezes é assim, a gente tem todas as intenções de um lado e o visitante faz outro circuito. Isso acontece muito, por isso, a gente sempre faz a avaliação depois.

**A edícula vai virar o que?**

A gente conversou muito sobre a edícula. O projeto tem testemunhos bem diferenciados também. A hipótese é que ela vai ficar vazia e ter uma projeção como se fosse de holografia passando um pouco esse ambiente. A gente conseguiu algumas fotos da edícula, mas ainda não conseguimos aquilo que a gente gostaria. Vai ter uma evocação pra falar o que foi ali dentro, o que foi a edícula. Ela se diferencia do palacete - mas a gente concluiu que ela é importantíssima - e tem até testemunhos de

peças que dizem que lá tinha tortura, mas isso foi o mínimo em termo das outras informações. Falam, por exemplo: “os policiais ficavam jogando baralho, os policiais ficavam oprimindo a gente, não deixavam a gente sentar na cadeira então a gente ficava no chão”. Em alguns casos eles ficavam muito tempo. Também tinha isso, a base era o desrespeito. Depois da gente pensar muito, vai ser um jogo de imagem e de texto pra pessoa ter ideia do que era aquilo.

A gente tem que pensar, como é um espaço pequeno, nos fluxos diferentes, porque às vezes isso empaca. Esse é um grande problema no Memorial da Resistência porque não há hipótese de fazer muitos circuitos. Vai ter uma outra entrada porque todo aquele andar térreo da Pinacoteca vai ser reformado e pra própria Pinacoteca também não é legal, segundo análises que eles fizeram.

Hoje em dia, uma coisa que chama muita atenção no Memorial da Resistência é que o térreo é metade Memorial da Resistência e metade o café, que é quase do mesmo tamanho...

Inclusive, aquela área que é usada pra exposição temporária, na época do projeto, não era do memorial. Todo projeto original do memorial vinha daquela porta pra dentro. Ali, como era uma parte que precisava resolver, ficou como um espaço temporário da Pinacoteca e do Memorial. Se você olhar o projeto original, era assim: “exposições que podem dialogar, arte política”, coisas do gênero. Só que o Memorial começou tão bem pautado em atividades que ele começou a fazer exposições uma atrás da outra e, com o passar dos anos, só o Memorial que tá utilizando, a Pinacoteca acabou não utilizando aquilo. Isso também abriu essa perspectiva de análise do quanto é importante o Memorial ter também aquele espaço. Agora, nesse caso específico, a discussão não é só própria do Memorial, ela tem também um diálogo com a Pinacoteca. Quando nós fizemos o plano museológico, nós fizemos uma enquete com os funcionários da Pinacoteca para saber como eles sentiam aquilo. Porque, de repente, pra muitos aumentou o trabalho, o tema não tinha a ver com o tema que eles trabalhavam, e foi muito interessante o retorno dessas enquetes. Fui eu que fiz, online e entrevistas e todos vendo de forma muito positiva. Eu, particularmente, acho que pra Pinacoteca é algo que agregou valor, no sentido de “olha, é uma instituição de arte, mas ela também cuida desse ponto”, mas poderia não ser essa resposta. Por exemplo, pra todo mundo que trabalha com expografia e montagem, lógico que aumentou o trabalho, porque eles que fazem isso no Memorial.

**O Maurice falou que é um sucesso absoluto o Memorial...**

É muito impressionante. Não sei se comentaram com você, mas desde que abriram o Memorial, o público do Memorial é extremamente mais elevado do que o da Estação Pinacoteca.

**Eu cheguei a ver. É o sexto museu mais visitado.**

É muito interessante. Eles fazem até hoje em conjunto os Sábados Resistentes. Eu vou muito lá assistir e já vi de tudo, as situações mais inusitadas, mais interessantes, os debates mais incríveis. Pessoa muito jovem, pessoa de mais idade, gente que é expreso, gente que é contra, que fala, espetáculos de teatro, lançamentos de livros, acho que isso é uma boa sacada.

**Isso me leva a outra pergunta que eu queria fazer que é: como a instituição pode, depois de instalado o projeto museológico, dar continuidade? Não ficando muito presa...**

Por isso que, quando a gente faz a proposta, não é só a proposta da exposição. Tanto lá como em outros casos de museus, a gente propõe linhas de ação museológicas. Pra deixar claro pra um gestor lá em cima, que não tenha experiência nessa área, que não adianta só fazer exposição, essa é só uma linha de ação. Tem que ter uma linha de ação educativa, tem que ter uma linha pra continuar a pesquisa, por exemplo, porque isso é o começo, isso não se basta. No caso do Memorial tem a parte de lugares da memória e de testemunhos. Tem que ter publicações e etc. No caso do Memorial, desde o início ele já foi planejado como linhas de ação museológica. As linhas começaram a se desenvolver, mas como são pouquíssimas pessoas, umas se desenvolveram mais e outras menos. Quando a gente fez o plano, o diagnóstico foi justamente pra avaliar isso, então falamos “olha, precisa agora ter um incremento na linha de pesquisa”.

#### Esse plano foi em 2008 ou depois?

Não, foi o que a gente fez em 2010 - 2011. A gente fez a avaliação do que tinha valido a pena, do que tava errado e fez um plano pra 5 anos. O final deste plano é a autonomia do Memorial, mas isso vai depender se as etapas forem cumpridas. Sempre a gente faz essa proposição no plural, por exemplo, quando a gente propõe que tem que ter linhas de ação educativa, isso depende de ter educador, de ter vínculo com a escola, de ter material didático e organizar visita. Eles, no caso, têm muitas atividades também importantes como o curso que eles fazem todo ano com professores de direitos humanos, isso é importantíssimo porque não tinha no ensino público.

No caso da Auditoria a gente também fez essa proposta. Na Auditoria vai ter um diferencial porque a ideia é que eles tenham acervo mesmo, diferente do Memorial, porque não tem quem preserve os processos. A ideia é que ele tenha isso na vocação dele, na missão. Isso significa ter uma reserva técnica pra guardar arquivos e ter gente que trabalha com arquivos. Esse pequeno detalhe que eu senti maior dificuldade quando a gente tinha interlocução com pessoas da OAB deles entenderem, porque acho que como não é o ambiente deles, a gente tinha que falar coisas bem explícitas: “tem que ter gente pra segurança, gente pra limpeza, além de educadores”. Tem alguns trabalhos que você pode terceirizar, por exemplo, às vezes a concepção de uma exposição. Mas tem o cotidiano, alguém que abre e que fecha, isso não dá pra não ter. Isso faz parte da nossa planilha do projeto, tudo isso a gente tem que estimar, fazer orçamento, quanto ficaria isso por mês, por exemplo, pra passar pra Lei. É interessante a Lei Rouanet, porque se você não coloca isso eles perguntam, porque como é uma instituição nova, “vai começar como? e depois, quem vai manter?”. Isso é uma coisa bem interessante da Lei Rouanet, isso eles perguntam sempre.

O Memorial da Resistência é bem impressionante o projeto da ação educativa deles, de como eles conseguem levar pras crianças esse tema que é super complicado. A ideia da Auditoria é um pouco diferente, até por esse vínculo com a OAB que vai ter um vínculo com a São Francisco pra fazer júris e simulados...

A OAB, nesse projeto da OAB tem um desdobramento mais pra capacitação profissional no que se refere a direitos humanos, é diferente do outro memorial que se propõe a sensibilizar o público infante-juvenil sobre essa questão. Seria bem interessante uma ação em rede, porque um pode preparar uma faixa etária e o outro tem um desdobramento. Isso é bem útil, bem interessante porque é na cidade de São Paulo. É como acontece em vários museus de arte em que os professores se organizam nesse sentido. É uma expectativa da OAB que lá possa ser um espaço para problematização e capacitação em direitos humanos, do ponto de vista jurídico. Por isso a ideia de que

tinha que ter um auditório, pra ter cursos, e a expectativa também é que o próprio cenário do julgamento seja um local de exercício, de prática, isso também a gente conversou muito de como seria o funcionamento. “Tal dia vai acontecer a simulação do júri tal” e se o público chegar normalmente ele tem só aquela ambientação, mas se a pessoa quiser ter uma experiência ela pode. Isso é fácil, quer dizer, é viável, porque tem os processos, tudo por escrito então dá pra fazer uma reconstituição, a gente tem as informações históricas mesmo, não vai ser uma coisa inventada, tem os nomes, as fotos, o que cada um falou.

**A ideia então é fazer reconstituição desses julgamentos ou outro júri simulado?**

A ideia é fazer alguns júris simulados desses fatos naquele ambiente expositivo. No auditório vai ter esse exercício como capacitação profissional mesmo pra estudantes da São Francisco, de Direito. É a intenção, depois vai depender quando abrir.

No caso, tem um período enorme pra reforma do edifício. Nós fizemos um plano de implantação que é: enquanto estiver indo a reforma, os projetos de concepção estarão sendo detalhados. Pra ver se não fica dois anos pra abrir. Mas isso vai depender de tudo, da questão orçamentária e da disposição política. No caso do Memorial da Resistência a gente teve muito firme, pautado, porque depois que a gente fez o estudo houve um acerto no primeiro de maio do ano seguinte para fazer o lançamento da ideia, no mesmo local. Nesse lançamento da ideia já ficou um compromisso que ele abriria no começo do ano e abriu no dia de São Paulo, que é em janeiro. Tinha um compromisso político bastante rígido de abertura, vamos ver como vai ser no outro.

**Então a ideia é que a Auditoria e o Memorial da Resistência se complementem.**

A gente tem uma grande expectativa nesse sentido, por isso, acho que é muito importante a figura do Maurice e da Kátia nos dois. Muita coisa pensada pra Auditoria foi a partir da experiência já vivenciada no Memorial. Muitas pessoas que conversaram conosco, muito políticos ligados a questões de direitos humanos e mesmo os advogados ponderaram nesse diálogo. Por exemplo, o Memorial tem um conselho e tem pessoas que participam desse conselho que também ajudaram e deram ideias pra Auditoria. Então eu vejo nas reuniões de conselho que há uma enorme expectativa para que haja um diálogo. É natural isso, por exemplo, que o Memorial da Auditoria possa guardar e ter um terminal para tudo o que foi levantado para o livro “Brasil nunca mais”. Isso, na verdade, está sob a égide de um grupo. Houve um contato formal para que pudesse disponibilizar esse conteúdo e assim por diante. Como na época do Memorial da Resistência, foi com o Arquivo do Estado que é parceiro desde o início, não só porque é lá que está a documentação do DOPS, mas eles sempre emprestaram documentos. É uma parceria formalizada e as pessoas fazem parte do conselho. As instituições vão experimentando pra ver o que dá certo.

**Pensando nessa parceria entre os dois, pensando em uma rede, o que a senhora espera de uma rede de lugares de memória e como que o DOI-CODI pode vir a complementar?**

No âmbito da museologia tem muitas possibilidades de você fazer uma rede. Hoje é uma experiência muito praticada. Pode ser só uma rede virtual, pode ser uma rede administrativa, pode ser uma rede temática, de ação educativa. Neste caso, por exemplo, eu acredito que eles terão administrações diferentes, tutelas diferentes,

mas acho que uma rede de ação educativa seria fundamental. Isso significaria que as equipes educativas, vamos chamar já dos 3 locais planejarem em conjunto. Isso seria fundamental. Isso que dá a base da educação para a cidadania, que acho que é a base dessas unidades. Muitas vezes tem rede em que um tem museólogo e o outro não tem museólogo, e a pessoa pode colaborar, um tem restaurador, outro não tem restaurador, é uma rede mais profissional. Mas eu acho que redes de programas educativos é fundamental. No caso do DOI-CODI, que tem outra potencialidade enquanto lugar, além de ele ter mais espaço, acho que ele pode ter áreas mais amplas pra exposições, coisas maiores, eu acho que o grande diálogo que ele poderá fazer é justamente mostrar, algo que no Memorial da Resistência é só tocado, que é o que representou a Oban, porque ali está a base do DOI-CODI. É tão surpreendente, porque é uma coisa de empresários que virou uma coisa de polícia e depois de militares, acho que isso é tão singular e tão surpreendente, e aí fecharia um certo ciclo. É lógico que a gente sabe que no DOPS tem indícios da Oban, mas o DOI-CODI sim foi consolidado a partir dessa estratégia, que é uma coisa muito surpreendente. No caso do DOPS, como é um lugar público, as pessoas iam lá, pediam reunião com o delegado e assinavam na entrada. Isso está no arquivo. Então você vê nome de pessoas bem conhecidas. Esse livro até esteve exposto na abertura do Memorial com nomes de empresários. Isso que ali é um indício, o caso do DOI-CODI foi a base disso. Acho que o DOI-CODI é um pouco o exagero daquilo que estava sendo gerenciado no caso do DOPS, então eu acho que pode ser esse diálogo. Eu estive lá uma vez, no lançamento, e eu acho que tem muito mais áreas, então ele pode ter atividades maiores. No Memorial, quando eles querem fazer algo – uma vez teve um teatro muito interessante – eles têm que fazer lá no estacionamento, pedir autorização e etc – porque era um teatro todo de bonecos, uma coisa maravilhosa de um pessoas de Porto Alegre.

Outro dado que eu acho singular no caso do DOI-CODI, terá que ser feito um estudo e eu acho bem delicado, é porque a inserção urbana é bem em meio de prédios de apartamentos, de residências, é uma vida de bairro, um pouco diferente do DOPS e da Auditoria, porque no fundo aquele casarão tá um pouco isolado. Já tem algumas reverberações, que algumas pessoas não queriam a saída da delegacia. A gente até entende, tirando esse lado do exagero que gera uma ditadura, a delegacia é um ponto de segurança pro bairro. Isso seria bem interessante, eu não tenho nem ideia, estabelecer um diálogo com a delegacia, “como poderia funcionar isso?”

#### **Mas a senhora acha que é possível?**

Neste caso, eu acho que tem que ser tentado. Por exemplo, um tema que de forma reiterada é trabalhado de forma educativa, nos debates, é que, óbvio, hoje a gente não vive numa ditadura, mas os exageros continuam acontecendo. Justamente em delegacias, que as pessoas ainda apanham, quem que é preso é o negro e o pobre. Eu acho que seria – isso é uma coisa que ficou muito na minha cabeça, eu fiquei pensando, lendo essas notícias lá do DOI-CODI – além de que eu acho que ele marca um fato histórico muito forte, que é a Oban. Ainda por cima a gente chama de Operação Bandeirantes, pensa, Bandeirantes ainda por cima é um símbolo do nosso estado, do estado de São Paulo, uma coisa muito dura. Esse outro lado, de ele poder ter um diálogo, justamente por ele ter uma delegacia, acho que seria a grande questão inusitada dessa ação museológica e educativa, a grande sacada. Mesmo que ali seja simbolicamente uma pequena delegacia, pensando no tamanho de São Paulo, mas se tiver um auditório pode ser usado pra isso que nem o auditório da Auditoria é pensado pros estudantes de Direito. Há vários comentários de que eles acham que as novas gerações não são

motivadas pra questões de direitos humanos tanto quanto a geração desses advogados quando eram jovens, pela situação dos estudantes de direito, por isso, pensou-se nessa hipótese. Então acho que seria a grande sacada, falar “olha, é possível ter uma polícia diferente”. Acho que isso seria o diferencial, a sacada, e seria uma contribuição em rede muito interessante.

Mas é imprescindível que tenha algum memorial, alguma coisa...

Acho que sim. Eu sou super favorável a não tirarem essas marcas. É muito impressionante como as pessoas esquecem tudo e acho que é um risco de sempre poder voltar... Da mesma forma que o DOPS, nos anos 40, também foi um local de prisão, depois a gente viveu uma democracia e nos anos 70 tudo voltou, acho que a gente tem que ter muito cuidado e esse lugares são educacionais. É uma maneira abrangente de entender o que é a educação pra cidadania. Você educa pra não jogar papel no chão, mas também pra respeitar as diferenças e esses lugares são pra isso. Você tem educação pra arte, pras ciências, mas também tem pra essas questões políticas.

**Dessa maneira, se houver um diálogo, essa rede pode se complementar bem?**

Eu acho que sim. No caso específico do DOI-CODI, você atende uma demanda da comunidade no entorno, porque ela também tem que ser atendida, e, ao mesmo tempo, usa como um grande instrumento de educação, aí tem um formato diferente dos outros. Isso é o importante da rede. É bobagem fazer coisas repetidas, ao contrário, o que precisa é ampliar a reverberação dessa temática e são bairros diferentes, marcam situações que são diferentes. Isso só daria certo a médio prazo, havendo um diálogo entre essas instituições. Mesmo tendo tutelas diferentes, uma é da prefeitura, outra é do estado, acho que isso não importa. Tendo um conselho junto, fazendo programações juntas, isso tem que ser tentado. O que pode ser amarrado em questão de programas, no dia a dia é o programa educativo. Como ele é comum a todas as instituições públicas, aos museus, ele pauta o cotidiano, não é uma coisa esporádica, e pode ser pensado: “até uma faixa etária é isso, uma certa disciplina da escola vai em tal período”, mas isso tem que ser planejado.

Eu acho que vai acontecer. Eu sinto muita aproximação de órgãos da Prefeitura dialogando com o Memorial. Quando teve um evento lá na Auditoria que foi convidada muita gente que trabalha nessa área – que foi o lançamento do livro da OAB – eu vi muita gente que eu sei que trabalha em outras coisas e foram. Eu acho que não tem que causar um estranhamento, a gente tem que aceitar que isso faz parte da nossa história tanto quanto a coleção de museu de arte, de arqueologia, isso faz parte.

**Precisa entrar na narrativa...**

Precisa entrar na narrativa. A gente precisa parar de ter medo. Faz parte da nossa história, que nem a escravidão, a questão indígena que a gente trabalha numa área também faz parte. Tudo isso tem que ser tratado.

Aí tem uma questão que é da reparação. A Comissão Nacional da Verdade agora tem várias chaves: Verdade, Reparação e Reconciliação. Essa coisa do uso...precisa também ter um diálogo com a polícia...

Então, essas chaves que você mencionou e um pouco que eu observo, eu vejo opiniões bem diferentes até em relação às próprias pessoas atingidas diretamente. A questão da reparação eu acho ela importante em muitos níveis, da mesma maneira que

eu defendo cotas pra negros na universidade porque eu acho impossível não visualizar 300 anos de escravidão - você vai aqui na USP, numa reunião de Conselho Universitário que são quase 300 pessoas e não tem um negro, não é possível.

Tem que ter uma estratégia do lado que eu entendo como reparação, mas eu vejo que há uma grande divergência, mas eu acho que tem que ter essas chaves. Por exemplo, eu sempre assisti muitos debates lá e eu sempre ouço a opinião dos ex-presos, do Ivan, do Maurice e outros, e eles falam: “eles falam que nós somos terroristas, mas nós já pagamos porque ficamos presos e aqueles que torturaram, não.” Esse é um diálogo que tem sempre e sempre volta à imprensa quando descobrem um novo caso de pessoa ligada à tortura lá atrás, então são sutilezas. A Comissão da Verdade, no material que eu li, acho que eles têm cuidado nesses pontos. É um trabalho de uma vida toda porque não pode ser o trabalho só de um partido político, de uma época, não é bem por aí.

No dia que abriu o Memorial foi até bem engraçado porque tinha gente do PT, no palco, gente antiga, que era do Governo Federal, portanto, o Fernando Henrique que lá atrás começou a Comissão da Verdade, tinha gente de São Paulo do PSDB. Foi interessante, de alguma maneira eles estavam todos ali se respeitando. Foi super positivo. E a gente morrendo de medo que tivesse alguma confusão, sei lá, que alguém jogasse uma bomba. Tinha muita gente porque a divulgação foi muito grande, tanto que a abertura foi lá onde é o café. A única coisa que teve foi um grupo de skinheads chegou na porta e pediu pra entregar um folheto. Daí eles entraram, o segurança autorizou, foram lá distribuir os folhetos e todo mundo no palco e eles distribuindo pra algumas pessoas da plateia.

Na época que abriu a exposição do Mariguela eu também percebi que – porque é um nome que causa frisson dos dois lados – ele é adorado, é o ídolo, idolatrado pelos vários seguimentos que participaram desse momento e é um grande terror do segmento do outro lado. Eu pensava “no dia que for abrir essa exposição vai ter alguma coisa”. Essa exposição tem um vídeo que passa o Antônio Cândido falando sobre ele, então imagina, um senhor de idade e não aconteceu nada, um monte de criança e escola e tudo.

**Na sua trajetória, o que a senhora considera que foi uma vitória, do que a senhora se orgulha mais?**

Como museóloga, foi muito sofrido esse trabalho. A gente saia exaurido, mas pra mim foi uma grande vitória poder colaborar com o meu ofício pra essas pessoas. Eu fiz tudo por eles, as vítimas. Até hoje eu penso “se eles, depois de tudo o que passaram e foram coisas muito bárbaras, ainda estão querendo melhorar o país, querendo educar, estão aqui sentados...nossa, eu tenho mais é que...” Guardadas as devidas proporções, é que nem aquele outro caso das freiras, eu fiz muito aquilo pela evangelização que elas trabalham. Quando elas falam o que elas passam no Sudão, no interior de Alagoas eu falo “é o mínimo que eu posso fazer dentro da minha capacidade, da minha profissão, no caso como professora”, então pra mim é a maior alegria saber que eu pude em algum momento da minha vida colaborar com isso. Fico muito feliz, no caso do Memorial que tem mais tempo, dando certo. Várias pessoas sérias trabalhando lá, a Kátia e a equipe dela que eu acho que são incansáveis, esse pessoal do Núcleo Memória que tá sempre querendo melhorar brigando na Pinacoteca pra ter mais coisa, isso é muito gratificante. Mas basicamente, acho que é ter tido a possibilidade de fazer algo pra essas pessoas, dentro do meu ofício.

**O que foi uma vitória, o que foi uma derrota (que não deu muito certo) e o**

### que ainda falta realizar?

Olha, uma vitória foi ter conseguido abrir o Memorial da Resistência, nesse caso eu tive uma experiência mais completa. Uma derrota que eu percebo é se o Memorial não conseguir fazer essa ampliação, porque, na minha profissão, eu acredito muito nessa perspectiva processual dos museus e acho que o processo do Memorial tá sendo tão correto, tão adequado, tão claro quando indica que precisa ampliar, isso provavelmente seria uma derrota. Eu acho que esse ano vai ser difícil porque tem essa coisa de crise econômica, mas se daqui a 5 anos não tiver mexido em nada eu vou considerar como uma derrota em função da força e do esforço desses profissionais.

No caso do Memorial da Resistência eu acho que falta ele ter mais forças pra autonomia, que eu acho muito importante, essa autonomia de gestão. No caso da Auditoria, nesse momento, eu gostaria de ver a OAB abraçando completamente essa causa, o que significa implantar uma instituição que é muito mais do que só abertura, isso eu ficaria muito contente de ver. Pensando numa forma ampla, eu acredito muito nessa ideia da rede porque no mundo inteiro a museologia está sendo tratada dessa forma porque é uma perspectiva muito solidária. Os museus têm uma história de competição, uma história de poder muito nefasta, nos museus do mundo inteiro em perspectiva de meados do século XX. As redes significaria descer do salto, assumir que temos problemas e temos que ser solidários. Toda essa ideia de rede faz parte de outra perspectiva, dessa linha de museologia social que a gente trabalha. Eu acho que seria um grande ganho, pra São Paulo, pra memória. O próprio Memorial já participa da Coalision, que é essa rede internacional que é muito importante.

### Vai ser feito um novo projeto pro Memorial da Resistência...

Ele já tem um novo projeto pra exposição, foi feito no ano passado. Eu fiz parte porque a Kátia chamou todo mundo que já tinha participado no primeiro. A equipe do Memorial apresentou toda uma avaliação pra gente, do que deu certo e do que não deu certo. Nessa altura o Memorial já tem muito mais conhecimento e informação pra transmitir, porque os projetos testemunho ampliaram, então a gente precisaria ter mais espaço pra falar. Coincidiu que a Pinacoteca ia reformar o andar térreo e esse dado muito objetivo, que o dado de público de lá que é altíssimo.

Nós fomos muito pautados, pela equipe do Memorial que mostrou pra gente coisas muito objetivas e concretas, a gente conversou numa primeira reunião e chamamos o mesmo pessoal, por exemplo, o mesmo profissional que tinha feito a comunicação visual e a gente começou a pensar um novo projeto. Daí ele ficou pronto. A ideia geral é que a entrada da estação vai ser onde é o café, vai ter uma mudança ali, o café vai ficar pequeno, ali já sobe o elevador e toda aquela outra parte seria o Memorial. A entrada do público vai ser feita lá por trás. Várias outras discussões entraram, a possibilidade de apresentar objetos, que são avaliações que foram feitas, do que o público sente falta, da mudança temática das celas...

Agora o projeto tá pronto. Foi aprovado em 2014 pela Pinacoteca e estava na programação deste ano só que houve corte na obra, eu penso. Na nossa primeira reunião do conselho com o novo diretor da Pinacoteca, que é o Tadeu. Basicamente a gente vai falar dessa fase, se precisa ampliar, se não precisa ampliar e ele precisa aprovar. É assim que funcionam as instituições, não adianta só a nossa vontade.



## Anexo III

### Deborah Neves

*Deborah Neves é Mestre em História Social pela USP, 2014, e historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. É autora da dissertação “A Persistência do Passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires” e redigiu o Parecer Técnico de tombamento do DOI-CODI em 2013. A entrevista aconteceu na confeitaria Leo Dolci, na Praça Panamericana, na quinta feira, dia 21 de maio de 2015, às 18:00 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

Na sua tese você fala que a reforma foi bem polêmica, porque não se tem muito exato o que aconteceu. Mas ela começou antes de sair o tombamento.

Ele estava em processo de tombamento. O grande problema é que a gente não sabe em que estado ele foi tombado. Não tem o relato de uma vistoria com fotografias que mostrem como ele estava por dentro quando ele estava sendo reformado. O que tem são fotografias da imprensa.

O problema desse tombamento é a maneira como ele foi feito. Ele ficou um tempão sendo estudado – desde 1976 - 78 até 1999, quando ele foi tombado – e você não tem uma vistoria, tem só fotografia externa do prédio. É muito difícil saber qual o nível de alteração que o prédio teve no momento em que foi tombado.

O mais grave disso tudo é que as únicas fotos que tem desse período – as que eu encontrei, que se sabe que existe – são aquelas que estão dentro da minha dissertação. São fotos da década de 1950 e fotos de 1998 e 1999. É muito pouco para gente saber o que aconteceu.

Depois o Ministério Público processou o Estado...

O IPHAN abriu um boletim de ocorrência porque a obra estava sendo feita sem autorização e está em estudo no IPHAN até hoje. O IPHAN abriu o boletim de ocorrência porque não foi pedido para nenhum órgão autorização para começar a obra e isso virou um inquérito civil, e dele uma ação civil pública. Ou seja, o inquérito da polícia identificou que houve dano ao patrimônio e isso se transformou em uma ação civil pública que está andando até hoje pedindo uma indenização de 8,5 milhões. Está baseado em reuniões que tiveram – o processo de tombamento está digitalizado então

você consegue acessar na internet. Tem algumas atas de reunião que foram feitas entre o Conpresp, o IPHAN, o Codefat e alguns membros do Ministério Público. Sempre se pergunta o que aconteceu e se dá para reverter e sempre se responde com uma titubeada, “não sei, pode ser que sim, pode ser que não”. Tem um momento, acho que é o Luis Saia, se não me engano, fala que não tem como reverter porque as paredes foram raspadas.

As fotos que eu encontrei no Arquivo do Estado – que estavam perdidas porque nem as próprias pessoas do Arquivo do Estado sabiam que elas existiam – provam o relato do Saia de que existia algo antes e que esse algo se perdeu completamente porque a parede foi completamente descascada – tirou mesmo o reboco da parede – o que tinha ali já se perdeu, não adianta nada fazer uma prospecção hoje porque não existe mais aquilo.

### O que você acha do Memorial hoje?

Quando eu comecei a fazer a dissertação, eu achava que podia ser melhor. Depois, tendo contato com a própria história do lugar, do prédio, toda a dificuldade que foi para os ex-presos e familiares participarem de alguma coisa, e a própria equipe do Memorial, eu dou o maior valor. Hoje mesmo eu dei uma entrevista à tarde para a TeleSUR e falei que eu acho que o Memorial da Resistência é uma resistência. É o único equipamento que tem no país, é um equipamento que ocupa uma parte do pavimento do térreo, nem ocupa o térreo inteiro – deve ser 2/3 do pavimento térreo – que cumpre uma função educativa muito importante. A minha crítica, e eu não tenho problema nenhum em dizer isso porque eu já disse inclusive para Kátia, é que eu acho que conta-se muito pouco a história do que aconteceu naquele prédio, por que aquele prédio tem aquela cara hoje. Muita gente chega e acredita que aquelas inscrições que tem na porta são originais, então eu acho que falta esclarecer. Eles têm a informação lá que o prédio passou por uma reforma, que foi um consenso que chegou com os ex-presos e que aquilo teve uma simbologia reparatória, etc. Mas eu acho que deveria explicar porquê aconteceu isso, essa é a minha crítica. Eu acho que tinha que ser mais transparente em dizer por que esse espaço foi ocupado dessa forma. O Memorial da Resistência se instalou com o que tinha, o que estava lá.

*As inscrições foram quase um ato. (Atividade No Memorial da Resistência à véspera de sua reinauguração, em 2008, em que os ex-presos políticos gravaram inscrições na parede da cela reconstituída, com base nas lembranças e registros dos que passaram por lá).*

É um ato. Para os sobreviventes é catártico, simbólico, reparatório. Simbólico no sentido de se apropriar daquele espaço. O espaço que eles sofreram, agora é deles. Acho que isso é muito importante. Mas precisava aprofundar um pouco mais, precisava problematizar o que é aquele espaço.

Aquele painel que tem as fotos deles fazendo e tem o texto eu acho que tem pouco apelo. Pouca gente para ler aquilo com calma. Eu acho que o Memorial se voltou bastante, e tem toda legitimidade, para os testemunhos e para a história da instituição, mas pouco para a história do edifício e o edifício conta muito para gente. A maneira como ele está hoje nos diz muito sobre quais são as formas de recuperar a memória.

Você falou que os porões da ditadura, na verdade, não eram porões. Aquele edifício era símbolo da prosperidade econômica, era super suntuoso...

Se você pensar que os Campos Eliseos até a década de 30 era um bairro da elite, é muito simbólico. Foi a primeira estação da Sorocabana mesmo, porque antes

ela usava aquela da Ituana, que ficava do lado, naquele terreno que está vazio hoje. Na década de 40 esse edifício começa a ser utilizado pelo próprio DOPS, num lugar estratégico. A gente fala da perseguição política, que é o que mais marcou, tanto no começo da história do DOPS na década de 20, que perseguia sindicatos operários, etc, como na década de 70 que perseguia também os sindicatos dos operários e a esquerda armada ou não armada, a oposição ao regime. O prédio tem também a importância do lugar onde ele está porque o DOPS tinha a função da ordem social e ali era uma zona de meretrício, de tráfico de drogas. Tem a questão da repressão, mas tem também a questão da convivência. Até hoje eu ouço dizer, não sei se é verdade, que quem controla o tráfico de drogas naquela região é a própria Polícia Civil. Tem essa simbologia para além da repressão política, a repressão social.

O Bom Retiro foi declarado zona de meretrício oficial e na década de 40 tem um movimento dos moradores do Bom Retiro para que a zona de meretrício saia de lá e ela muda para Santa Ifigênia, para perto do DOPS, quando já era DOPS.

#### **O edifício da Auditoria não é tombado, só a fachada**

Ele é tombado pelo município, na verdade. O DPH fez o tombamento do bairro da Bela Vista e colocou um endereço nesses tombamentos, mas não fazem um destaque específico de cada um desses imóveis. A gente tem tombamentos nesses termos nos núcleos urbanos históricos. Esses tombamentos eram feitos assim pelo entendimento que se tinha, da Carta de Veneza, se eu não me engano, que pensa no patrimônio como um conjunto histórico, como um conjunto que tem que dizer algo sobre o patrimônio, então não se fazia essa categorização particular de cada um dos edifícios, se fazia um tombamento de mancha.

Eles fizeram um grande tombamento do bairro da Bela Vista com a lista de imóveis, mas não tem a caracterização particular e específica de cada um deles. A Auditoria está dentro desse grande tombamento. Não é um tombamento por causa do valor da Auditoria, mas pelo valor que aquele edifício tem dentro da paisagem urbana de um conjunto. O que faz sentido. É uma chave de leitura. O DOPS também foi pensado dessa mesma forma. Quando estava tendo o tombamento da Santa Ifigênia, ele também era entendido como parte de um conjunto. Depois que ele é destacado e tombado individualmente pelo Codefat.

O Conpresp também tem o entendimento do edifício isolado, se eu não me engano. O IPHAN, certamente porque eu consultei o processo do IPHAN.

#### **O IPHAN se pauta mais no Decreto Lei de 35, pelo valor excepcional?**

Mais ou menos. O IPHAN não tem muita permeabilidade ao que a gente chama de “política de balcão”. Hoje, no Codefat, a gente não trabalha com inventário. Se você achar que essa confeitaria aqui é bacana e merece ser tombada, você faz um requerimento e manda para gente. A gente vai analisar. A gente chama isso de “política de balcão”. O IPHAN não trabalha por essa lógica, ele trabalha por inventário. Eles têm grandes temas e vão estudando os temas desse inventário. Eles até recebem o requerimento, mas dificilmente eles tombam aquilo isoladamente se não estiver dentro de um inventário que está sendo feito. Não tem necessariamente a ver com valor excepcional, mas tem mais a ver com o próprio funcionamento do órgão. Isso não significa que não tenham tombamentos isolados, mas não é a prática do IPHAN.

**Em geral, os edifícios que são tombados pelo IPHAN são edifícios que já são tombados pelos órgãos estaduais?**

Não necessariamente. A Estação da Luz, por exemplo, primeiro foi tombada pelo Codefat, e só depois foi tombada pelo IPHAN porque o IPHAN não entendia que o eclético era algo a ser tombado. Eles não valorizavam o eclético. Muita coisa do eclético se perdeu, inclusive, por conta desse raciocínio.

O contrário sim, geralmente quando o IPHAN tombou alguma coisa, o estado e o município tombam automaticamente. É o que a gente chama de tombamento ex-officio. Se é importante para o país, é importante para o estado e para o município. Essa é a lógica.

**A fachada da Auditoria Militar é tombada, mas o edifício integralmente não é**

Eu acredito que seja isso mesmo, só o externo. Ele lista quais os imóveis que são tombados e classifica qual é o nível de proteção de cada um desses imóveis.

**Se ele não for tombado integralmente, você não acha que é o caso dele ser tombado integralmente?**

Eu acho que é o caso de ser avaliado. Como essa lógica do tombamento do Conpresp não classificou os edifícios particularmente e se não for GPI - que é o Grau de Proteção 1, que é tombado integral - valeria um pedido de reavaliação desse caso específico com justificativas. A questão é: qual o nível de alteração que teve dentro desse edifício? Dentro desse edifício existem elementos que são necessários e importantes para que sejam preservados? Será que só a museografia não dá conta de resolver essas questões?

Ali não se ficava detido. As pessoas passavam por lá, então dificilmente tem algum elemento muito simbólico, muito importante para ser preservado integral. É diferente do caso do DOPS, que é pior. No caso do DOPS, o próprio Codefat tinha o entendimento que o tombamento era integral e permitiu alterações internas que mudaram completamente a lógica do edifício. Essa é a lógica de comparação, mas porque lá foi um espaço de permanência. O edifício em si era um documento, ele trazia informações. Eu não sei se o edifício da Auditoria tem essas informações internamente. Eu acredito que não.

Talvez o que seja mais importante nesse caso são os documentos que foram produzidos naquele espaço: os inquéritos, os processos, as atas de audiência. Isso poderia ser pensado para tombamento, embora tombamento de acervo seja uma coisa complicadíssima. Eu gosto da ideia de que alguns documentos permaneçam no local, talvez não o original, uma reprodução. Eu sou tributária da ideia de que o documento faz parte do lugar. Pode ser que na museografia eles tentem resolver isso.

**Às vezes o projeto do museu dá conta de preservar essa memória.**

Eu também sou partidária disso. Acho que nem tudo precisa ser tombado. Muita coisa pode ser valorizada de outras formas. Acho que o tombamento, nesses casos muitos difíceis, serve para um fim muito específico que é a manutenção do espaço, a manutenção física, o resguardo físico dele. Outras questões não precisam passar necessariamente pelo tombamento. Existem instrumentos melhores para valorizar, rememorar e etc. Acho que os documentos, por exemplo, são muito mais válidos, no caso da Auditoria, do que a valorização integral do prédio.

O museu não é só uma instituição de exposição, ele também é uma instituição

de pesquisa. Se bem que lá não tem o caráter de museu, é um memorial também. É uma categoria muito difícil, não existe uma definição acadêmica de memorial como tem de museu. “Museu é uma instituição que tem um acervo onde se faz pesquisa científica...” Geralmente memorial é ligado a uma figura, por exemplo, tem o Memorial JK em Brasília, geralmente eram instituições privadas e mais institucionais do que culturais.

Se tiver a função de um depósito de documentos seria importante.

Você usa referência a Berlim e você falou da Topografia do Terror.

É uma experiência muito interessante porque partiu da própria sociedade civil. Aquilo se tornou uma zona meio morta, tem o Martin-Gropius-Bau que é um museu que tem lá e fica do lado da Topografia do Terror.

Algumas pessoas conversaram sobre o que iam fazer do espaço que era um terreno baldio porque antes tinha sido bombardeado. Ficou bem no meio da divisão de Berlim. Toda área do muro tinha um campo vazio entre o campo e onde começava a cidade. Em alguns lugares tinham dois muros. Na Topografia do Terror, o muro passa em cima e a Topografia é embaixo, é colado um no outro. São camadas de diferentes momentos da história no mesmo lugar. Você de fato está dentro da arqueologia do lugar, eu acho aquilo brilhante. Esse espaço ficou vazio.

Na década de 80, a geração que nasceu no pós guerra começou a questionar os pais sobre como eles se posicionaram sobre o nazismo. Começou a ter um conflito de gerações. Justamente nesse contexto, as pessoas começaram a investigar os espaços da cidade e descobriram que ali tinha sido a sede da Gestapo e possivelmente tinha alguma coisa lá. Eles pegaram pás e ferramentas e começaram a cavar e encontraram coisas. A partir daquele momento começaram a discutir o que seria feito daquele lugar. Chegaram à conclusão de que lá seria um memorial. Eles instalaram uma placa. Não foi uma ação governamental, foi uma ação da própria sociedade civil que identificou aquele espaço, é muito simbólico. Só depois que o muro cai que vai se começar a discutir o que vai ser feito naquele espaço.

Fizeram um puta projeto que custaria uma fortuna. Eles começaram a construir só que ao longo da obra foi ficando cada vez mais caro ao ponto de ter que dobrar o valor para terminar a obra. Ficou um impasse sobre o que fazer e então eles demoliram depois de já terem colocado milhões de euros no projeto, dentro de uma série de outras ações de musealização. Todos os processos de memorialização de Berlim são muito caros. O Memorial aos Judeus Mortos da Europa, em frente ao portão de Brandemburgo custou uma fortuna e foi super contestado, primeiro por conta do espaço, que é um lugar muito valorizado fundiariamente, depois o valor que se cobrou para fazer, depois a estética do lugar. À distância dá impressão de que é um processo super pacificado, mas não é. Imagina investir 10 milhões de euros em um prédio e depois decidir demolir ele. Teve esse enfrentamento, mas decidiram demolir e demoliram. Foi uma decisão equivocada de projeto. Hoje o edifício que está lá não chama tanto a atenção quanto a Topografia, ele é um espaço secundário, ele não é tão importante. O mais interessante é que ele é um espaço subterrâneo, ele acompanha a importância do underground. O outro era um volume grande, que se destacava na paisagem. Esse não, você não enxerga ele de trás do fragmento do Muro de Berlim que sobrou lá.

Eu usei essa referência porque eu acho que tem que ser um processo muito transparente a ocupação, para não deslegitimar, para não ficar na mão deste ou daquele. Às vezes as pessoas podem me interpretar mal, eu não estou dizendo que os ex-presos

não têm direito sobre isso. De jeito nenhum, eu acho que têm, mas acho que não são só eles que têm que opinar, tem que ser uma construção coletiva. Tinha que ser diferente do que já foi feito até agora. Tinha que ser um projeto da sociedade, não pode ser feita de grupos da sociedade. Claro, a sociedade é feita de muitos grupos, mas tem que ser uma construção o mais plural possível e do próprio Estado.

O tombamento do DOI-CODI é muito simbólico não só pelo tombamento, mas também porque foi a primeira vez que o Estado reconhece o valor daquele lugar por dizer “eu torturei, eu matei, eu prendi clandestinamente, eu violei direitos humanos”. É o Estado assumindo isso. Quando você lê a resolução, que foi uma construção difícil de ser feita, é isso. É diferente do DOPS em que as celas são valorizadas por conta do valor histórico. O DOI-CODI, não. A importância dele é por isso. É muito importante porque é o primeiro tombamento que o Estado faz assumindo. Isso é história oficial. Se o patrimônio é o símbolo da história oficial, dentro da história oficial isso está sendo contado, junto das fazendas, dos casarões, das igrejas. Essa história feia está sendo contada junto. Foi muito corajoso. Não teve interferência política nenhuma, nem do Governador, em nenhum momento. Em nenhum momento eu sofri nenhum tipo de pressão para fazer o tombamento ou para não fazer o tombamento. É muito maduro. É o Estado deixando o serviço público ser feito independente de ideologia, independente de crença, independente de qualquer coisa. Foi um compromisso que o Estado assumiu de reconhecer os seus erros.

**Você falou que o tombamento era uma forma de as pessoas colocarem o Estado contra si mesmo. É exatamente isso?**

Essa é a leitura que eu faço. Não existe nenhum trabalho que tenha pensado a chave da memória desse período por meio dos tombamentos. Os dois primeiros pedidos de tombamento, que é da Maria Antônia e do Arco do Presídio Tiradentes, entram no Condefat em 1985. Nem tinha sido feita a transição ainda, ainda não tinha nem a eleição direta. A nossa forma de passar por esse período não foi uma ruptura, foi um processo. Como não foi uma ruptura, foi um processo de negociação, uma retirada lenta dos militares, foi a permanência de algumas figuras do ARENA dentro do governo civil, não existia espaço para reivindicar algo como na Argentina, por exemplo. Na Argentina os militares foram expulsos pela porta dos fundos do governo. O primeiro ato do presidente eleito, Alfonsín, foi instituir a Comissão Nacional da Verdade.

O que eu percebi desses movimentos – o Sindicato dos Jornalistas, que pediu o tombamento do Arco do Presídio junto com um monte de outros indivíduos, já na Maria Antônia foi o próprio Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura, não teve essa permeabilidade social – é que as pessoas perceberam que não ia ter uma Comissão Nacional da Verdade como tinha tido 2 anos antes, na Argentina. Então eles se utilizaram de um instrumento legítimo do Estado para fazer com que o Estado reconhecesse que esse período existiu de alguma forma. Isso é uma manobra brilhante, utilizar um instrumento que existe a seu favor para fazer algo que não era do interesse do Estado, naquele momento. Eu estou fazendo uma interpretação disso hoje, pode não ter sido intencional, mas foi sensacional. Eles não se utilizaram de nenhum instrumento novo, não deram entrada em nenhum projeto de Lei, não teve enfrentamento, briga. Não é usar o Estado contra si próprio, mas é usar o que o Estado tem para conseguir o que aqueles determinados grupos queriam.

Eu acho que não é uma atitude de rebeldia contra esse Estado, mas uma atitude de acreditar nesse novo Estado que estava sendo construído. É mais um voto

de confiança porque o governador de São Paulo era o Franco Montoro, que era super progressista e foi eleito democraticamente. Existia um movimento do próprio Montoro de mudar as instituições.

Foi o Arco do Presídio Tiradentes, a Maria Antônia em 1988, depois o DOPS no processo que já vinha desde a década de 70 e, por isso, ele não é tombado pela memória

Tem uma questão mais importante aí. Tem a questão da arquitetura que é incontestável porque aquele prédio é muito bonito, ele marca uma tipologia de arquitetura do não-revestimento, da utilização de estruturas metálicas como estrutura do prédio. Tem uma característica muito peculiar de um edifício industrial que tem todo mérito para ser reconhecido pelo valor arquitetônico. O pior do tombamento do DOPS foi a instrumentalização do tombamento. Precisava do dinheiro para fazer a reforma e instalar a escola de música e o dinheiro foi conseguido pela Lei Rouanet. A justificativa é estética e histórica, mas a motivação naquele momento - para ele ser tirado de um estudo coletivo, ter sido destacado como um edifício individual - foi a possibilidade de captar recurso e viabilizar a reforma e a escola de música. Isso é o mais grave, pois fere a memória do prédio.

Houve muito pouca transparência. Mesmo as fotos do processo de obra não falam muito sobre o prédio, infelizmente.

O tombamento de lugares de memória difícil é recente e gera debate.

Essa é a minha crítica ao Memorial da Resistência, porque a gente aprende com essas coisas. Na minha perspectiva foi uma coisa errada, então vamos assumir e aprender com isso para que no DOI-CODI não aconteça. A gente tem que acabar com a cultura do consenso, a cultura do não discutir - no bom sentido - e dialogar, debater e ouvir as pessoas, discutir as melhores escolhas. Tem que acabar a política de gabinete fechado, tem que ser público. Claro que tem algumas decisões que não tem como serem tomadas no âmbito público, mas a ocupação, a decisão do que vai ser - se a delegacia fica, se a delegacia não fica - tudo isso tem que ser um debate público. As pessoas têm que se responsabilizar pelo que está sendo feito no presente. A gente tem esses três momentos de tombamento de lugares de memória difícil, década de 80, de 90 e agora de 2010 e uma só acrescentou à outra e a gente vai aprendendo com isso, é um campo novíssimo. Nós, aqui no Brasil, temos mais experiência do que a Argentina, por exemplo. A Argentina só passou a preservar por meio de tombamento recentemente, a gente já tem uma experiência prévia.

No Brasil, a primeira chave foi a Comissão da Reparação e na Argentina, a da Verdade.

Teve um julgamento na década de 80, mas aí eles foram anulados, teve uns indultos, mas foi logo depois, entre 83 e 89. Teve julgamento, teve condenação, teve absolvição, teve indulto, teve tudo, fui super rápido.

No Brasil veio a política das indenizações, depois veio a Verdade e depois veio a Justiça.

Nem veio a Justiça ainda, a gente nem sabe se vem.

Cada sociedade tem um tempo diferente, lida com as questões de maneira diferente e tem contextos históricos muito diferentes. Eu sou historiadora, eu trabalho

com o que aconteceu, não com o que poderia ter acontecido. Mas pensa, por que os militares saem na Argentina pela porta dos fundos? Porque eles são massacrados na Guerra das Malvinas, massacrados. Eles se metem a querer tomar as Malvinas da Inglaterra e em dois meses a Inglaterra aniquilou o exército argentino que foi despreparado logisticamente, eles não tinham bota pro frio nem casacos. Quando eu estava lá fazendo a pesquisa eu tive acesso à caixa com os documentos do último presidente militar – eles guardam, na Argentina, a caixa com os documentos do presidente – e quando se declara a Guerra das Malvinas, o Partido Comunista argentino manda uma carta dizendo que é para contar com o apoio dele. Um partido comunista que oferece apoio aos militares que estavam perseguindo os seus militantes porque isso mexeu com a questão da nacionalidade argentina. Quem foi lutar pelo exército argentino pelas Malvinas foi gente que não tinha preparo militar nenhum, voluntário, ao contrário do exército britânico que tinha porta-aviões, um exército super bem treinado e armado. Morreu um monte de gente, a Argentina saiu envergonhada. É um momento em que a Margaret Thatcher está sendo colocada muito em questão na Inglaterra, estava tendo eleições para o primeiro ministro e ela saiu por cima. Em um momento que ela podia ter saído derrotada, a figura dela se fortalece e ela é reeleita como primeira ministra e, na Argentina, foi ao contrário, os militares saíram derrotados, ficam mais 6 meses e são praticamente expulsos do governo porque perderam o apoio das pessoas que perderam os filhos na guerra. E se não tivesse sido assim? Os contextos também dizem muito sobre o que vai acontecer no presente e no futuro. A nossa transição foi negociada, gradual, eleita, segura e etc porque era esse o momento político que nós vivíamos. A Argentina teve essa ruptura porque perdeu as Malvinas, talvez se não tivessem perdido as Malvinas, os militares tivessem uma chave de glória dentro da Argentina. A gente não pode comparar e dizer o que é melhor e o que é pior. É isso que eu tento fazer na minha dissertação. Não é comparar para hierarquizar, é para dizer que os processos são diferentes, embora tenham o mesmo objetivo.

O próprio conceito de transição é muito recente, algo que não existia na época. Algo que se desenvolveu ao longo da história do Direito também a partir de experiência de países que passaram por períodos autoritários e saíram de formas diferentes. Na África do Sul, é outro movimento diferente do Brasil e da Argentina, o Chile também não tem isso bem resolvido. O único país que levou a cabo isso foi a Argentina. Hoje saiu uma notícia dizendo que o Uruguai instaurou sua própria Comissão da Verdade.

#### Qual a sua opinião a respeito de retirar ou não a delegacia do DOI-CODI?

Eu acho que a delegacia tem que permanecer. E eu acho que tem que ser instalado um equipamento de memória. Eu adoraria ver o Observatório de Violências Policiais instalado em um dos edifícios, se o Núcleo de Estudos sobre Violência da USP se instalasse lá. Mas eu acho que a delegacia tem que permanecer por algumas razões. Primeiro porque eu acho que tem que ser pedagógico para polícia enfrentar os seus fantasmas de frente. Pode ser que surta efeito em algumas pessoas, em outras não. É uma forma de o Estado dizer se ele está comprometido em fazer um futuro e um presente diferente daquilo que foi antes. A gente sabe que a polícia não é a instituição mais querida, nem a mais idônea. É uma instituição cheia de problemas. Isso também é um compromisso de o Estado dizer que pode ser diferente. É uma construção e um pode ajudar o outro. Se a gente quer uma polícia diferente faz parte da nossa responsabilidade de fazer essa polícia diferente, cobrar dessa polícia que seja diferente.

Instalar um laboratório da violência lá não é ir de encontro com a chave da reparação e da reconciliação?

Eu acho que não. É uma situação de constrangimento. Eu acho que tem que ter constrangimento. A gente não pode mais ficar conciliando. Tem coisas que precisam ser conciliadas. Se a gente pegar, por exemplo, o Paul Ricoeur que é um filósofo que discute essa questão do esquecimento e da memória – até onde deve-se lembrar, o que você deve esquecer – ele fala que a anistia é um passo necessário, que ela não pode ser usada como foi usada aqui, mas nem tudo pode ser conciliado. Não dá para conciliar tudo e todo mundo, existe um momento em que tem que ter o confronto. Ele fala que a anistia é um passo necessário dentro da reparação porque não é possível reconciliar tudo e todo mundo então é preciso anistiar e anistiar significa esquecer. Outras coisas você precisa lembrar. Não vai haver consenso, não existe consenso em lugar nenhum. É um enfrentamento que precisa ser feito. Não acho que é uma reconciliação colocar instituições antagônicas ocupando o mesmo espaço, mas acho que é produtivo para a democracia. Talvez não para um ou outro individualmente, mas para a democracia é importante ter. Eu sei que muita gente não concorda com isso que eu estou dizendo, talvez o próprio Maurice não concorde, nunca conversei abertamente com ele sobre isso, já conversei com o Ivan Seixas.

#### **Ele diz que pode até causar constrangimentos para polícia.**

Que cause! Qual o problema de causa constrangimento em uma instituição que torturou e matou sem constrangimento nenhum aqui dentro? Tem que ter um certo nível de conflito. Não conflito armado, mas um combate de ideias.

#### **Do que você mais se orgulha, o que foi uma vitória, o que foi uma derrota e o que ainda falta realizar?**

Primeiro acho que foi o aprendizado. Eu peguei esse processo quando eu tinha acabado de entrar no Condefat. Eu era jovem, tinha 36 anos, tinha acabado de entrar no Condefat vinda de uma trajetória diferente profissional, eu fui bancária por 7 anos, eu aprendi muito sobre o trabalho do patrimônio. Buscar diferentes fontes, fazer perguntas difíceis, saber ouvir, aprender a interpretar as coisas. A minha dissertação e o parecer do DOI-CODI foram feitos juntos, eles praticamente começaram juntos e praticamente terminaram juntos. Um está contaminado pelo outro. Se eu não tivesse feito esse trabalho do DOI-CODI, certamente minha dissertação não tinha tido o bom resultado que eu acho que teve. É o primeiro trabalho do qual eu me sinto orgulhosa, mas é um trabalho de começar a se questionar sobre o sistema dentro do campo da História, porque a História se furta muitas vezes a se perguntar sobre isso, principalmente na USP. Aqui na USP isso não é um tema que é tão discutido, tanto da memória da ditadura quanto do patrimônio. Agora não, já faz uns 15 anos que a ditadura vem sendo discutida, mas o patrimônio nesta chave, nunca. Eu acho que posso me orgulhar da contribuição que eu dei para o campo da Histórica, dentro do Departamento de História da USP para gente entender qual o papel do historiador nesse tema.

O tombamento foi uma vitória porque foi uma construção coletiva. Eu não fiz o trabalho sozinha, eu fiz o trabalho com outros colegas da minha unidade – arquiteto, sociólogo – foi uma vitória, dentro do campo da unidade da UPPH, porque foi um trabalho feito, de fato, coletivamente. Eles não foram meus auxiliares, eles me ajudaram a pensar, a gente construiu ideias coletivamente. Pensando externamente, foi aí que eu tive contato com pessoas incríveis, como o Maurice, o Ivan Seixas, a Amelinha Telles, a Janaína Telles, o Edson Telles, o Alípio Freire, que foi quem pediu o tombamento do Arco do Presídio Tiradentes lá atrás e também contribuiu, a própria Kátia Neves. Eu conheci muita gente que me ajudou muito a pensar e a problematizar as coisas. Acho

que a vitória. É por ter sido em um momento histórico tão importante – dos 50 anos do golpe – e por ter feito parte do Estado reconhecer o que aconteceu ali. A vitória não é pessoal, é uma vitória coletiva, uma vitória da democracia. Cada vez que eu encontro alguém vem com uma história – meu tio ficou preso, meu primo, meu pai – e cada vez isso me faz sentir que era o certo. A gente só vai saber se o tombamento estava certo ou não depois de muito tempo. Ainda não tem essa perspectiva do longo prazo, mas toda vez que a pessoa me reconhece por isso, vem com um agradecimento ou com uma história... Isso fez muita gente falar, muita gente retomar as suas memórias. O tombamento foi uma vitória muito importante para mim e para muitas pessoas também. Foi muito emocionante ter visto o Maurice e o Ivan Seixas na sessão de tombamento e ter visto os conselheiros virem falar que foi muito emocionante, eu quase chorei, teve gente que saiu da sala para chorar. Foi um momento de ruptura importante, uma catarse.

A derrota e o que falta é não ter sido discutido ainda o que vai ser feito naquele espaço. Demorar tanto, perder o timing. Isso não depende de mim, não depende do Maurice, não depende do Ivan, não depende da Kátia. Depende de outras instâncias do Estado, da burocracia do Estado. Depende de secretário, depende de governador, depende de dinheiro, depende de um monte de coisas. Acho que precisa ser definido o que vai ser feito lá, essa é a derrota por enquanto.

Houve promoção de discussão, houve comoção, houve ato, houve reapropriação, houve debates sobre o tema. O tema rendeu, mas o que a gente quer é ver o que vai acontecer com aquele espaço.

#### O que você imagina para uma rede de lugares de memória?

Isso é uma proposta que eu fiz quando chegou um pedido do Ministério Público lá para gente se posicionar em relação à construção de um memorial dentro do cemitério da Vila Formosa. Dentro das inspirações de outros países eu disse que achava que tinha que criar um roteiro “turístico” ou histórico desses lugares de memória: do Cemitério da Vila Formosa, do Cemitério de Perus, do DOPS, do DOI-CODI, do Presídio Tiradentes, do Carandiru... São equipamentos estatais que fizeram parte da repressão, mas isso não foi para frente, infelizmente.

Existe a Coalizão Internacional que tem em alguns lugares. O Memorial da Resistência é o único aqui no Brasil que faz parte. O Núcleo de Memória faz parte, mas não como lugar, como instituição.

É importante que tenha e não só em São Paulo. É importante ter em lugares de outros estados também. A gente sabe muito pouco sobre o que aconteceu fora do eixo Rio-São Paulo – a gente que eu digo, aqui em São Paulo – a gente sabe pouco do que aconteceu no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Bahia, no Recife, em Natal – que foi brutal o que aconteceu em Natal. Seria importante para gente conhecer melhor o que aconteceu nesses lugares e amarrar essa história. A tentativa do Arquivo Nacional de fazer o prêmio Memórias Reveladas é um pouco isso.

O primeiro Memórias Reveladas premiou três pessoas: a Mariana Joffily, que fez a tese dela sobre o DOI-CODI, premiou a Alessandra, que é do Rio Grande do Sul e estudou pessoas que eram da luta armada, que foram presos e depois deram depoimentos dizendo que estavam arrependidos, que os militares estavam certos, e o terceiro foi um rapaz de Pernambuco, que estudou a resistência dos marinheiros à ditadura. Os marinheiros foram expulsos, foram exonerados da Marinha por conta de terem se recusado a cumprir ordens, etc.

O Memórias Reveladas tenta dar, então, reconhecimento para coisas que aconteceram em diversos lugares do país, mas acho que falta integração dos lugares. Primeiro precisa que os lugares sejam instituídos, porque a gente só tem o Memorial da Resistência, por enquanto.

**Em São Paulo, você acha que os três podem se complementar?**

Eu acho, não tenho dúvida. Principalmente se a gente for pensar na chave dos documentos. Existe, mas a gente não sabe onde está, um arquivo do DOI, mas tem muita reprodução de documento do DOI no arquivo do DOPS que está dentro do Arquivo do Estado.

O acervo da Auditoria Militar, que eu não sei se está disponível ou não, pode trazer muitas respostas. Eu acho que os três têm tudo a ver. Se tivesse uma articulação entre os três, enquanto instituição, seria muito interessante do ponto de vista da pesquisa e de tornar didático para entender qual era o caminho que a pessoa fazia quando era presa. Se você chegasse na Auditoria Militar, você poderia se considerar um vitorioso. Significava que você sobreviveu ao DOI-CODI, que você sobreviveu ao DOPS e que você foi a julgamento. Isso é uma vitória, ter sobrevivido.

Eu acho que devia ter o cemitério de Vila Formosa e o de Perus também, porque quem não chegou à Auditoria foi para esses lugares. Foram enterrados lá. E o Presídio Tiradentes não tem como ser uma instituição porque hoje é só um arco, mas quem sobrevivia ao DOI-CODI e ao DOPS, ia para o Presídio Tiradentes e lá esperava para ser julgado na Auditoria Militar. Eu acho fundamental, inclusive para explicar que as pessoas que eram presas por crimes civis eram julgadas por tribunais militares. Tribunal militar é para julgar militar, não civil.

**Berlim é muito importante em relação a patrimônio e memória, mas não é muito falado no Brasil**

Não, infelizmente. Tem a barreira da língua. Muita coisa está publicada só em alemão, não tem tradução para o português. Na Argentina tem mais essa proximidade. Tiveram alguns encontros, seminários que trouxeram pesquisadores alemães. Mas também é na chave de pensar o judaísmo. Tem muito judeu na Argentina. E a Argentina também é um lugar para onde muitos fugitivos de guerra foram. Foi o destino de muitos militares alemães: fugirem para Argentina. Tem essa conexão, mas eu acho que a gente podia superar isso.

Eu tenho vontade de fazer uma parte do doutorado na Alemanha para discutir essas questões. Não é só a questão do patrimônio. É na questão da memória como um todo, inclusive de planejamento urbano.

**Como você acha que a experiência em Berlim pode contribuir com o Brasil e o que você acha que eles fizeram lá na Alemanha que deu certo e o que não funcionou?**

O que mais me chamou a atenção no caso alemão é justamente a disputa pela memória. Se num primeiro momento a gente tem uma discussão muito forte sobre o papel da Alemanha e a aniquilação de judeus a gente também tem outros grupos que falam que não foi só judeu que foi assassinado. Tem cigano, pessoas com deficiência, homossexuais, comunistas. Tem um monte de outras pessoas que foram assassinadas, foram perseguidas, foram despojadas das suas famílias e dos seus bens. Tem a questão de ter dinheiro para sair da Alemanha ou não. O judeu que tinha dinheiro para pagar a

sua “fuga”, conseguiu sair. O que também põe por terra a ideia de que todo judeu é rico, o que não é verdade. Se todo judeu fosse rico, todo judeu tinha conseguido escapar da Alemanha e não foi o que aconteceu.

Depois vem a questão de pensar na memória da pessoa depois que a guerra acaba, na memória de quem ficou na Alemanha, que não tinha mais casa, que estava vivendo no meio de escombros de bombardeios. Traz outros elementos. O que eu mais gosto na memória da Alemanha e na construção de como essa memória foi feita é que, primeiro, não existe consenso, segundo, existem múltiplas vozes nessa história. Não teve também vergonha de dizer o nome das empresas que estiveram envolvidas com o nazismo. Eu achei brilhante que na Topografia do Terror eles deduram a Volkswagen, por exemplo. Não ter medo de enfrentar o passado com todas as letras. O que mais me fascina é não ter a figura do vilão. Não existe vítima – vítima no sentido negativo – de pensar “coitadinho”, não existe essa vitimização. Existe uma problematização. Existe uma produção muito rica, inclusive, - e contestada - de por que os judeus aceitaram tão facilmente ir para o campo de concentração, por que eles não se rebelaram. Problematizar, não é questionar.

Quando teve o conflito de gerações foi justamente por isso, ninguém queria falar que gostava do Hitler, que era do Partido Nazista. Essa geração que veio depois enfrentou isso. Falta um pouco disso aqui. A nossa geração, talvez as mais novas, já estão sendo as gerações que estão enfrentando esse passado, que não estão só aceitando os relatos dos dois lados como se fossem verdades absolutas.

O vilão não é aquele cara de chifre e dentão. O vilão é um cara normal que tem família, que joga baralho no fim de semana. O vilão está entre nós. Cada um de nós pode ser o vilão. Essa problematização na Alemanha é muito forte. É um nível de sofisticação tanto das pessoas que promoveram as discussões nessa chave, quanto da sociedade que também problematiza sobre isso, se questiona.

A gente tem que aprender isso. A gente não tem essa tradição de se questionar, de enfrentar a história. A gente não enfrenta, a gente aceita.

Nós vivemos em um país conservador então a gente tem dificuldade de enfrentar o nosso passado. O Estado, no Brasil, é o reflexo das classes dominantes. Seja intelectual, seja financeira. Contestar o Estado é sempre muito mal visto porque você está contestando o poder bastante consolidado. Acho que existe um poder de revolta das pessoas, da população, mas muito menor do que poderia ser. Acho que, talvez, agora essas questões comecem a ser enfrentadas e a Alemanha está enfrentando isso há muito mais tempo do que a gente. A gente está indo para o centenário da primeira guerra, quer dizer, eles passaram por duas guerras em um período de 20 anos, dentro do seu território, “provocadas” por eles. A gente está fazendo 30 anos de democracia agora, tem tempo ainda. Como historiadora eu vou dizer que a história é um processo de longa duração, então esse processo ainda não acabou, ele está sendo discutido ainda. E daqui a cem anos isso vai estar sendo discutido ainda.

## Anexo IV

### Pedro Dallari

*Pedro Dallari é professor titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e foi membro coordenador da Comissão Nacional da Verdade de 2013 a 2014. A Entrevista foi realizada na casa do doutor Dalmo Dallari, no dia 31 de maio de 2015, domingo, às 16:00 horas.*

Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.

**Qual a importância da preservação de lugares de memória na consolidação da democracia?**

A preservação de lugares em que houve de maneira sistemática a prática de graves violações de direitos humanos na ditadura é importante exatamente para que as pessoas se recordem do que houve e para que, ao se recordarem, se empenhem para que nunca mais isso volte a ocorrer. No mundo inteiro essa preocupação com a busca da verdade e a preservação da memória relativamente aos horrores do período ditatorial tem como finalidade fundamental evitar a repetição desses fatos.

**O que o senhor imagina como uma rede de lugares de memória da ditadura em São Paulo?**

São Paulo, assim como o Rio de Janeiro, foi a cidade em que a violência da ditadura se fez sentir de maneira mais forte, porque aqui em São Paulo, e no Rio, estavam as principais lideranças do movimento de resistência à ditadura militar. Por isso, a ditadura se fez sentir de maneira mais violenta. Sem dúvida nenhuma, o DOI-CODI de São Paulo – na rua Tutoia – foi o lugar onde essa repressão foi mais violenta, mas também o DOPS que já é utilizado hoje como espaço de memória – já que ali funciona o Memorial da Resistência. É um espaço importante. São lugares que devem ser preservados, as próprias instalações das Auditorias Militares também. São todos lugares que, na medida em que haja a preservação e se enfatize o uso que tiveram, servirão de alerta para que aquelas graves violações não voltem a ocorrer.

**O senhor acha que eles podem funcionar em rede? Conectados?**

Eu não sou um especialista no assunto. Hoje eu sei que há muitas experiências

inovadoras sobre esse tipo de equipamento e aquela ideia clássica do museu - como apenas um local de visitação em que as pessoas passivamente eram informadas - hoje está superada. Esses locais funcionam de maneira interativa, onde as pessoas podem buscar informações, mas também, de alguma maneira, produzir ou colaborar com a formação do conhecimento e, mais do que isso, esses equipamentos hoje devem ser pensados em articulação com toda a tecnologia da informação e as redes de relacionamento social e comunicação que se estabelecem por via da internet. Acho sim possível que haja uma integração entre esses equipamentos, e isso deve ser pensado à luz das modernas técnicas aplicadas à museologia.

**Qual pode ser um possível uso para o edifício do antigo DOI-CODI, tendo em vista os conflitos entre os moradores da Vila Mariana e os ex-presos?**

Eu acho que tem que se buscar construir equipamentos que procurem estar integrados à comunidade onde eles se situam. Na medida em que um equipamento público seja visto como um instrumento de intervenção e de prejuízo para a população, a própria população passa a rejeitar o equipamento e aquilo que ele simboliza. Isso não é bom. Ali na Tutoia existe em funcionamento uma delegacia de polícia, e, obviamente a população sente que é conveniente do ponto de vista da segurança pública que esse equipamento funcione. Se for possível compatibilizar a perspectiva de espaço de memória com a perspectiva de um espaço que seja ainda útil do ponto de vista da prestação de serviços à comunidade, tanto melhor. Isso deverá ser objeto de um enfoque técnico. Mas, sempre eu acho conveniente que haja uma boa integração do equipamento que objetiva a preservar a memória com os interesses da comunidade do entorno, porque isso favorece aquele equipamento.

**O que o senhor acha da criação, no lugar, de um laboratório de estudos da violência ou uma Auditoria da Polícia Militar?**

Isso tem que ser visto de acordo com a conveniência dos órgãos que vão operar esse tipo de serviço. Tem que ver se isso é adequado, se é condizente com o espaço físico e a estrutura que está lá. Não adianta destinar uma estrutura que não é adequada para uma função só porque seria conveniente. Eu tenho muita preocupação que o culto à memória e à verdade não seja aí focado com espírito de revanche ou uma espécie de vingança em relação àqueles que perpetraram as graves violações. É evidente que as graves violações estiveram associadas aos militares e, de certa maneira, às forças de segurança pública que atuaram sob comando dos militares e isso não deve ser esquecido nunca. Mas daí a se criar equipamentos que procurem só realçar esse aspecto, não me parece que seja adequado. É importante que haja a memória do que houve, principalmente em respeito às vítimas, essa é a finalidade fundamental.

## Anexo V

### Marcos Cartum

*Marcos Cartum é arquiteto e responsável pelo projeto do Memorial da Luta pela Justiça, realizado de 2013 a 2014. A entrevista aconteceu em seu escritório, no dia 29 de maio de 2015, sexta-feira, às 17:30 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

Esse trabalho se desenvolveu de uma forma exemplar, o que é raro. Não devia ser raro. O projeto de arquitetura e restauro se desenvolveu de forma muito integrada à toda conceituação museológica e também na definição de conteúdos. Ou seja, foi um trabalho, desde o primeiro momento, feito de maneira interdisciplinar, fazendo com que as soluções arquitetônicas nascessem já a partir de um debate que foi orientando, e estabelecendo definições muito consistentes. Essas coisas não costumam acontecer juntas, acontecem em momentos distantes, distintos o que cria problemas. Esse projeto é uma referência de como deve ser uma metodologia ideal de desenvolvimento de projeto.

E, primeiro lugar, trata-se de um restauro de um casarão tombado – não como objeto isolado, por qualidades específicas, mas por fazer parte da ambiência do Bexiga-Bela Vista. Ele está dentro do chamado tombamento em mancha. Tem uma lista com 500 imóveis em uma Resolução de tombamento do Conpresp, dos anos 1990, que teve como objetivo proteger a ambiência do bairro e esse imóvel está dentro da lista dos imóveis protegidos.

O nível de tombamento é o NP3, que é a proteção mais suave, e tem como objeto a volumetria e fachada. O significado do ponto de vista do que interessa preservar, é apenas as características externas, particularmente o que está voltado para rua, o que interage com a paisagem urbana da rua.

Nós tratamos isso como um restauro, sem dúvida, mas dentro do limite mais suave, vamos dizer, um tombamento que não tem como objetivo a preservação integral de todos os elementos, mas sim dos elementos principais e externos. Vale a pena destacar um aspecto bem importante e específico desse caso. Eu chamei isso de um restauro heterodoxo porque é uma construção residencial do começo do século 20 - a data do alvará de obras é de 1919 - e, portanto, se trata de uma residência burguesa,

eclética, de características muito similares de um tipo padrão que se reproduzia naquela época. Se fazia em série. Isso reforça o fato de que não é um monumento com qualidades excepcionais, singulares. Ele é representativo de um tipo de construção que se fazia de forma muito vulgar até. São elementos padronizados, aplicados.

É heterodoxo porque essa construção abrigou uma família - teve o uso de residência para o qual ela foi projetada e construída - por um período muito curto, cerca de 15 anos ou menos. Eu tenho a data do alvará de 1919. Em 1938, eu acho, ela foi adquirida pelo Exército. A construção passou a ser a sede, em São Paulo, da Auditoria Militar. Ou seja, a gente tem uma construção de quase 100 anos que viveu 80% da sua vida em uma função para qual ela não foi projetada. O que há de mais significativo nesse uso da casa como Auditoria Militar, é o período de 21 anos da ditadura (de 1964 a 1985) que marcou, deu a fisionomia, a identidade fundamental da casa. Ela deixou muito cedo de ser residência e não só se tornou Auditoria Militar - equipamento com essa função - como foi marcada pelo período de exceção que deu a identidade que mais ficou fixada na memória coletiva.

Principalmente nesse período da ditadura foram construídos elementos que foram descaracterizando a construção original. Tem uma edícula horrorosa, tem uma guarita horrorosa, tem uma parte da construção que se perdeu que construíram um anexo horroroso. Uma série de elementos que estão colocados aí que num restauro tradicional deveriam ser eliminados, porque o procedimento de restauro geralmente procura identificar todas as intervenções que descaracterizam as suas feições originais para recuperar a sua forma primitiva. Acontece que o que interessa para a memória primitiva não é como a residência ficou pronta na década de 20, mas restaurar as descaracterizações que são uma espécie da tradução da descaracterização do próprio país. No lugar de eliminar o que descaracterizou, a gente tem que acentuar e revelar. O termo mais adequado é restauro heterodoxo porque a gente vai manter elementos de descaracterização portadores de muito significado.

Outra coisa importante é que a gente entendeu que a nova função desse imóvel como lugar de memória, como espaço para abrigar, divulgar e preservar uma memória necessária para o país, essa nova identidade tem que ser expressada de forma muito forte. Daí a proposta de colocar já na fachada um elemento que - numa linguagem muito contemporânea, até brutalista, do concreto aparente - contrasta totalmente com o bem tombado e que através desse contraste marca essa nova identidade. Ela não é nem mais casa, nem auditoria, ela é sede do Memorial da Luta pela Justiça.

Isso foi feito com um certo grau de incerteza porque os órgãos de tombamento geralmente são muito conservadores. Nós defendemos essa proposta e foi bem aceito. Não seria de se estranhar se fosse rejeitada porque a visão dos preservacionistas em geral é muito fechada no valor intrínseco do objeto a ser restaurado e essa abertura para intervenções contemporâneas geralmente encontram resistência. Mas não foi o que aconteceu, pelo contrário, teve muito boa acolhida então deu tudo muito certo.

Num primeiro momento o visitante tem esse impacto com a fachada que tem essa tensão com dois elementos de tempos diferentes com linguagens opostas. Ao entrar ele não é conduzido à entrada principal da residência burguesa - a entrada nobre e social da antiga residência - mas ele percorre o corredor lateral. Esse corredor lateral foi escolhido pelo grupo de trabalho que envolveu a gente como arquitetos, a equipe de museologia e também a equipe de conteúdos. Nós definimos que o percurso do visitante é o percurso do réu, do preso, já como uma resposta a essa abordagem. A gente

transformou o recuo – passagem para automóvel – em quase um túnel protegido como na laje e que não toca na lateral da construção tombada, criando uma passagem coberta na qual são projetados todos os nomes dos réus e seus advogados.

Ao terminar esse percurso, que é um percurso de sensibilização, você chega no hall de distribuição. No térreo tem as partes mais técnicas - apesar de ter alguma coisa para o público - espaço para tomada de testemunho, um acervo que vai se constituindo ao longo da vida dessa nova instituição.

Do lado de fora tem um espaço novo que a gente criou que é um auditório cuja laje de cobertura sobre a ala há um café e um núcleo de circulação vertical que tem elevador, escada e permite a circulação nos três níveis do prédio.

Chegando no hall de distribuição do primeiro pavimento você passa por um espaço receptivo. O percurso do visitante tem uma sala com linha do tempo, uma sala do juiz, uma sala de testemunhos e uma sala de exposição de longa duração que é principalmente a sala de julgamentos que foi reconstituída e vai servir para julgamentos didáticos. No segundo pavimento uma parte é destinada a exposições temporárias, outra de contexto histórico e outra com tema da OAB.

Em cada um dos nichos têm projetores, são 8, e eles trabalham de forma sincronizada, um nome começa a correr e o outro continua de forma que você vai junto com todos os réus, eles vão te conduzindo, você vai entrando junto com eles. É um percurso longo, quando você chega no final você já não é aquele que entrou lá na porta.

Atrás, no pátio, na lateral da caixa do auditório, nós vamos ter um painel com um silk de retratos. O espaço é um pouco apertado, não dá pra fazer muita coisa, mas ficou muito interessante. Vamos ter também uma árvore, um ipê amarelo que é um marco simbólico. O ipê é a árvore símbolo do Brasil e a sua floração acontece de forma muito curta e delicada. Todo conteúdo que está colocado nesse lugar tem um peso muito grande. Essa árvore é um elemento vivo, colorido e que dialoga com essa memória tão difícil e de conteúdos tão pesados. Remete à delicadeza da construção democrática brasileira, mostrando que nesse lugar, graças à recuperação da memória, é possível construir algo novo, algo que vive.

A linha do tempo organizou a história da Justiça no Brasil desde a chegada da família real em 1808 em que é criado o Tribunal Militar. É um percurso histórico da Justiça no Brasil com ênfase no período ditatório de 64 a 85, que é a maior parte do que está exposto.

Havia uma definição tomada em conjunto de que o primeiro espaço seria uma linha do tempo. Nós aproveitamos um trabalho que tínhamos feito antes no Memorial da Resistência que foi “Advogados da Resistência” e tinha uma linha do tempo em que a gente já tinha trabalhado com esse foco. Não haveria como transpor o que foi pensado naquela exposição para cá. A gente foi discutindo como organizar em módulos para ser mais interessante o percurso.

Essa linha do tempo vai ter que evoluir, mas há espaço para essa expansão. Vão ser telas touch screen, você toca e abre o zoom, isso vai ser dinâmico. Está solto do piso e do teto, é uma cinta. É uma história meio truncada, uma linha do tempo não linear, com momentos de inflexões, com arestas. Essas mudanças de percurso não são suaves, com curvas elegantes. São pontiagudas, com arestas cortantes.

Na sala do juiz nós vamos fazer algo mais simples. Não valeria a pena reconstituir

a sala porque nada mais é do que um sofá e uma mesa. Vai ter painéis com fotos de como era, e uma exposição permanente de sentenças, uma espécie de labirintos de sentenças - as mais aberrantes - que ficam soltas no ar. Elementos tirados de processos.

Na sala de testemunhos nós vamos ter testemunhos de advogados e também de réus.

O foco do memorial é a atuação dos advogados durante a ditadura militar na resistência à ordem jurídica, lutando pela cidadania. Ao fazer isso, o memorial vai contar também a relação entre os advogados e seus clientes, os presos políticos e também a relação dos advogados com o juízes, com o próprio sistema. O subtítulo do memorial é “Advogados brasileiros contra a ditadura”.

A sala em cima, de contexto histórico, com uma espécie de mosaico de cultura do período: cinema, música, fatos do dia-a-dia, comportamento, as artes. É um mergulho no tempo. Imagem também em movimento.

A primeira exposição temporária vai ser essa “Advogados da Resistência” que vai ser a remontagem daquela feita no Memorial da Resistência.

Vai ter também a sede da Comissão da Verdade da OAB e do Núcleo de Memória Política que ficam no 3º.

Estamos demolindo um puxado atrás, a cobertura de garagem e um pequeno depósito - um monte de porcaria - mas estamos conservando a antiga sala de guarda onde houve até tortura. É horrível, mas tem que ser.

Nós temos um documento que é um livro que acompanha o projeto. Tem uma pesquisa histórica, que faz parte do processo para ser tombado. A gente exagerou um pouco, acho que fomos além. Tem pesquisa histórica, cronologia construtiva, prospecção de pintura. A gente conseguiu fazer uma investigação e chagar a uma conclusão de quem deve ter sido o arquiteto, o autor, porque isso não aparece em nenhum documento. Giuseppe Sacchetti. Quem assina o alvará de construção é Antônio Bocchini e a gente foi descobrindo que ele trabalhava muito com o Giuseppe Sacchetti, há referências de obras em conjunto, projetadas pelo Sacchetti e construídas pelo Bocchini. Daí a referência de que ele teria projetado.

A casa era um pouco diferente do projeto que foi executado.

O que eu falei: “Pretende-se que o conjunto cultural seja um marco referencial na paisagem urbana, expressivo de reverberação de suas potencialidades como um local de educação e convivência, um lugar da memória identificada pelos vestígios dos momentos de exceção que permanecem nos circuitos urbanos dos cidadãos que transitam por São Paulo. Assim, o partido arquitetônico para o memorial, procura dotar o edifício - hoje inexpressivo e quase invisível na paisagem da rua em virtude da implantação no alinhamento visual com os móveis vizinhos - de significado e visibilidade, num diálogo por contrastes, que promoverá a conservação da identidade como um local de julgamento durante a ditadura militar e introdução de nova identidade a partir das qualificações culturais e educativas.”

Depois de ter sido Auditoria Militar ele ficou abandonado, chegou a ter uma invasão que deteriorou bastante o prédio, roubaram muita coisa. Acho que, por um período muito breve, chegou a ter Polícia Federal.

Esse processo não foi longo, a gente fez em tempo recorde. A gente foi contratado

pela OAB, começou a trabalhar em fevereiro e entregou em outubro - novembro. 10 meses.

Em relação à interação entre museologia, arquitetura e restauro, uma coisa que vale a pena dizer é que é uma interação de verdade, em mão dupla. Houve uma contribuição da arquitetura para a museologia. Não é que a museologia trouxe um programa de necessidades e a arquitetura respondeu de forma mecânica. Houve diálogo o tempo todo. As decisões e definições de projeto foram acontecendo a partir desse compartilhamento das questões e apresentando opções. Isso foi muito rico, muito bom.

No caso do DOI-CODI, o fato de ter a delegacia, não me parece um problema. Até acho muito bom que se mantenha a delegacia lá, porque eu acho que dá verossimilhança. Não se trata apenas de uma preservação de memória, mas de continuidade da função. O fato de funcionar como um espaço institucional de segurança pública, só soma. E dentro de uma delegacia você ter um espaço de memória -um pequeno museu - eu acho que é um avanço para a democracia brasileira. Não acho indispensável a saída da delegacia, acho que essas coisas podem conviver e ao conviver só agregam mais significado.

Uma delegacia que tem uma espécie de alerta permanente do que não se deve fazer. Talvez venha a ser a única delegacia no mundo. Um protegendo o outro.

O DOI-CODI é um espaço invisível. Quem era preso e ia para lá não estava oficialmente detido. Quando ia para o DOPS, ele estava oficialmente preso, ele começava a ser reconhecido como alguém que foi realmente preso pelo estado. Depois, ao ser julgado, ele passava pela farsa de uma Justiça. Esse Memorial da Luta pela Justiça é muito importante porque ele desmascara um processo histórico brasileiro de farsa. Havia uma legalidade, “fulano foi julgado com direito a defesa, tinha até advogado”. Um sistema normativo jurídico que dava legitimidade àquela ditadura. Essa ditadura brasileira construiu essa farsa. Crime de subversão à ordem o que tem a ver com justiça militar? Nada. Justiça militar serve para julgar crimes marciais. A justiça militar foi criada para julgar militares. Ela foi transformada em um espaço de julgamento de quem era considerado uma ameaça à ordem política. Esse lugar é o lugar de exposição dessa farsa e de como essa farsa deu margem a um enfraquecimento desse sistema porque a atuação desses advogados foi alargando os limites da farsa até ela começar a ruir. Uma vez condenados, eles se tornavam prisioneiros em um presídio. Primeiro ele é clandestino em um espaço de tortura, depois ele vira um investigado oficial, preso, aí depois de julgado ele é preso pela condenação. Então esses quatro estão interligados.

Como fazer isso museologicamente e urbanisticamente também? É preciso conectá-los. Eles estão conectados e não estão. É uma conexão invisível, ela tem que ser explicitada. Difícil, porque eles não são vizinhos e estão em contextos completamente diferentes. Mas essa conexão tem que ser construída. E essa conexão tem que ser maior, são quatro marcos referenciais, mas a rede é muito maior. Essa conexão é preciso ter um mapa, talvez um totem em frente a cada um deles fazendo essa conexão urbana entre todos esses pontos. Acho que essas ações educativas são corretíssimas. A visita a um lugar deve propiciar aos outros. Eles não devem ser fechados em si mesmos. Talvez a conexão seja um camburão, tipo uma veraneio onde os caras eram presos e em algum lugar da cidade - de repente ali onde o Mariguela foi assassinado - ter um ponto, forma uma fila - 2, 3 camburões. Cada sábado de manhã 20 pessoas entram nesse camburão que vai primeiro para o DOI-CODI. A conexão urbana pode ser resolvida com os próprios veículos que eram usados.

*Declaração recebida por email, no dia 5 de junho de 2015:*

O processo teve tramitação bastante rápida, a entrada do pedido foi em 24/09/2014 e a aprovação saiu no dia 11/11/2014.

Para que essa agilidade fosse possível houve uma consulta preliminar, a partir da concepção arquitetônica inicial, junto ao corpo técnico do Conpresp/DPH, que forneceu orientações para o desenvolvimento do projeto.

## Anexo VI

### *Katia Felipini*

*Katia Felipini é museóloga e coordenadora do Memorial da Resistência. A entrevista aconteceu no Memorial, dia primeiro de junho, segunda feira, às 15:00 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

Meu nome é Kátia Felipe, sou coordenadora do Memorial da Resistência e hoje é 1º de junho de 2015.

#### **Como se deu o processo de gestão do edifício em 2002?**

O primeiro capítulo do livro do memorial fala justamente dessa mudança, como aconteceu. Quando o prédio foi reformulado, foi restaurado, em um processo que iniciou em 1999 e terminou em 2002, a gestão do Memorial da Liberdade ficou com o Arquivo Público do Estado de São Paulo. O restante do edifício, eles pensavam que podia ser o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro – em 2002 ele inaugurou uma exposição temporária, mas depois não continuou tendo usos sistemáticos. Em 2004, justamente porque não tinha uso o edifício, a Secretaria de Estado da Cultura deu a gestão do restante do edifício para a Pinacoteca do Estado, para fazer aqui uma unidade da Pinacoteca, que é a Estação Pinacoteca, que conta com salas de exposições temporárias, um auditório com capacidade de 160 lugares, um centro de documentação e pesquisa da Pinacoteca e a Biblioteca Walter Wey, que é uma biblioteca especializada em arte, mas que tem publicações do memorial também.

De 2004 até o início de 2007, a Pinacoteca administrava todo o edifício e o arquivo público gerenciava o Memorial da Liberdade, que era em um espaço menor do que tem hoje com outra configuração. Antes, quando era o Memorial da Liberdade, não tinha acesso por dentro, era só acesso por fora, pelo estacionamento. O espaço, onde hoje é o módulo B com aquela linha do tempo, antes era bem menor, isso já foi uma conquista na mudança para Memorial da Resistência.

Entre final de 2006 e início de 2007, o Arquivo Público, que pertencia também à Secretaria da Cultura, passa para a Casa Civil. A Secretaria da Cultura fala que se a Pinacoteca já gerencia todo o edifício, então ela poderia gerenciar o Memorial da Liberdade. É aí que passa a gestão para a Pinacoteca do Estado. Todas essas questões

coincidem com o momento em que os ex-presos perseguidos políticos solicitam ao governo do estado que o Memorial da Liberdade seja melhor explorado em termos de ações educativas e culturais. Aqui não acontecia nada. A pessoa chegava aqui se tinha a ajuda de um ex-presos ou vinha com alguém que sabia a história do edifício, ela saía daqui sabendo alguma coisa. Mas se ela não sabia nada, o máximo que dava para saber é que tinha sido uma prisão também porque tem a celas. Mas era só isso, ou seja, não serve absolutamente nada para a educação. Na época quem era o diretor da Pinacoteca do Estado era o Marcelo Araújo, que é um museólogo. Quando ele recebeu a gestão do edifício, solicitou um projeto museológico para o memorial, quem fez foi a Maria Luiza Tucci Carneiro, como pesquisadora, a Maria Cristina Bruno, como museóloga e a Gabriela Aidar, como educadora – que é a nossa educadora lá da Pinacoteca. Elas fizeram o projeto museológico – nesse projeto museológico, evidentemente, tinha um programa museológico – com as seis linhas de ação que o memorial ia trabalhar: ação educativa, ação cultural, exposição, lugares da memória, centro de referência e coleta regular de testemunhos.

Esse projeto museológico foi entregue em agosto de 2007. Foi para análise na Secretaria de Cultura, que aprovou o projeto. Outra coisa que já vinha sendo discutida entre a equipe que estava fazendo o projeto e os ex-presos políticos era a mudança de nome porque os ex-presos não aceitavam esse nome de Memorial da Liberdade. Eles diziam que aqui havia tido de tudo, menos liberdade. Então mudaram o nome. Resolveram que o nome seria Memorial da Resistência. Em 1º de maio de 2001 foi mudado o nome para Memorial da Resistência. A equipe técnica - com a apresentação daquela exposição feita em parceria com a Secretaria da Cultura, sobre a ditadura - foi composta só em agosto de 2008 para a implantação do memorial. Aí entrou eu como museóloga, a Caroline Menezes como educadora e o Erick Zen como historiador. A gente continuou com os outros como consultores.

Inauguramos em janeiro de 2009. Todo processo de implantação do memorial nós já iniciamos com a ajuda dos ex-presos políticos fazendo as coletas de testemunhos, porque para a gente era importante saber de que fato o que tinha acontecido naquele lugar. Quem podia nos falar eram eles, por isso, a gente fez a coleta.

A mudança de gestão e do nome foi quando a administração passou da Secretaria de Cultura para a Casa Civil, entre o final de 2006 e começo de 2007. Quando foi inaugurado aqui, em 2002, o Memorial da Liberdade era o Arquivo Público do Estado quem gerenciava. Então foi passado para a Pinacoteca, o que era bem melhor porque estava aqui do lado e já gerenciava o prédio. A Pinacoteca não aceitou do jeito que estava e pediu um projeto museológico.

Todo aquele espaço do Memorial da Liberdade quem cuidava era o Arquivo Público. Qualquer atividade que tivesse que fazer ali, quem tinha que fazer era o Arquivo Público. Era só aquela parte das celas.

#### **Desde 2004 já tinha a Estação Pinacoteca?**

Desde 2004. Era todo o restante do edifício. Hoje o memorial tem o espaço de exposições temporárias. A única coisa que o Arquivo Público gerenciava era do que é o módulo D para as celas. Todo o resto do prédio era da Pinacoteca do Estado.

#### **O Arquivo Público ficava nesse prédio também?**

Não. Nunca ficou. Eu imagino que a gestão era do Arquivo Público porque era ele que tinha, desde 1994, o arquivo do DOPS. Mas o Arquivo nunca ficou aqui.

### Qual a repercussão das inscrições com os visitantes do museu? Quem pode fazer as inscrições?

Uma das coisas que os ex-presos queriam que a gente fizesse no processo de implantação era uma cela que lembrasse como era uma cela do período. Uma coisa que desgostava muito a eles era que todas as inscrições da parede foram tiradas, na reforma que fizeram em 2002. Então eles gostariam que tivesse uma configuração para que as pessoas pelo menos tivessem uma ideia do jeito que era. Eles deram toda a consultoria para gente – qual era a cor da pilastra, da porta, das paredes, até onde ia a cor cinza e depois o que era branco, que o piso era de madeira, a privada era de tal jeito. Outra coisa que eles queriam, que a gente achou que deveria ter porque fazia parte da configuração anterior, era as inscrições na parede. Um dia nós deixamos todo o espaço preparado conforme eles tinham falado e um dia eles vieram aqui, umas 15 – 20 pessoas, mais ou menos e fizeram as inscrições nas paredes. Cada qual ia tentando lembrar as pessoas que tinham sido presas, aqui ou em outros lugares, e foram colocando as inscrições. Eles tiveram total liberdade para escrever o que quisessem.

Muitos visitantes chegam aqui, seja público geral ou ex-presos políticos, e começam a procurar se o nome das pessoas que eles conhecem ou o nome de alguém importante – tipo a Dilma ou o Lula – está ali na parede. Alguns ex-presos que eles conheciam, que se destacaram. Se eles não encontram algum nome, às vezes deixam o nome anotado no livro e às vezes até ficam bravos por não ter encontrado. Várias vezes já aconteceu isso. Eu vou olhar lá e vejo. Tem muitos nomes lá. Tem outros ex-presos que querem ter o seu nome lá. Ou eles pedem para gente, a gente anota e diz que depois põe lá, e se tiver um espaço desocupado a gente vai lá e escreve, ou eles mesmos escrevem ali na hora se estiver desocupado. Também acontece de alguém não ver o nome lá e anotar sem pedir permissão. Isso também já aconteceu várias vezes.

Evidentemente que às vezes nem é o ex-presos que esteve lá, é um familiar, um amigo, então ele quer que o nome esteja, ele vai lá e anota sem pedir permissão. Também tem criança que chega e anota, isso acontece raramente.

Em princípio a gente teve receio que as pessoas não gostassem que seus nomes estivessem lá naquelas paredes. A gente viu que é justamente o contrário. Se é amigo, familiar ou o próprio ex-presos, ele quer ter o nome lá. Mesmo a gente explicando que aquilo é uma coisa simbólica porque a gente não teria como lembrar nem como saber de todas as pessoas que estiveram presas em todos os presídios do Brasil, então por isso é uma coisa simbólica. Mas quando eles querem a gente vai lá e coloca porque é uma coisa legítima. É uma coisa que faz bem pra eles e para gente vai acrescentar.

### Desde o início do projeto da reconstituição das celas era previsto que ia ter essas inscrições?

Você tem um projeto, mas à medida que você começa a trabalhar vão surgindo outras oportunidades. Por exemplo, a gente tinha um projeto inicial de cada uma das celas, quais as possibilidades. Quando a gente começou a trabalhar com os ex-presos foram surgindo outras possibilidades. Fazer as inscrições nas paredes surgiu a partir da coleta de testemunhos. A gente foi tendo essas ideias, como fazer o colchão de palha. Eles tinham falado de conseguir uma privada igual naquela época que muitos ex-presos diziam que era aquela privada do chão, que tinha cordinha com as toalhinhas penduradas. A gente foi fazendo conforme o projeto ia avançando. Por exemplo, a cela 4 - que tem aquele áudio com os testemunhos - não estava no projeto inicial. Quando a gente começou a fazer a coleta dos testemunhos foi surgindo um material tão rico

que a gente achou que deveria ser aproveitado para gente colocar lá porque dava mais realidade, mais concretude a esse lugar. Foi super aceito.

A gente também não tinha a ideia de fazer uma maquete, mas à medida que a gente foi fazendo as coletas de testemunhos, a gente viu que era importante ter uma maquete para que os visitantes soubessem como era esse lugar e como tinha sido transformado lá embaixo, no espaço do memorial. Foi na coleta de testemunhos que a gente soube que ali já foram 10 celas, porque tinham 4 nos fundos, as 4 remanescentes e aquelas 2 atuais. As 2 de onde era o anexo D foram derrubadas na década de 90, a gente imagina. A gente acha importante que as pessoas conhecessem. Como o lugar vai se transformando à medida que a repressão vai aumentando e mais pessoas vão sendo presas e precisa ir ampliando o lugar. Tem tudo a ver com a história do lugar.

A gente tem um projeto inicial, mas à medida que você vai conversando, vai pesquisando, vai conhecendo, vai tomando uma dimensão que vai ficando mais interessante, porque todo mundo vai participando, isso que é importante.

#### **Como os outros usos que o edifício teve aparecem?**

Só foram dois usos. Ele já era o Memorial da Liberdade e o que se esperava é que se trabalhasse a repressão política. Quando esse prédio foi tombado em 1997, ele foi tombado pelo valor histórico, pelo valor arquitetônico, evidentemente, mas especialmente pelo tempo que aqui foi ocupado pelo DOPS.

A memória desse prédio não é da estrada de ferro Sorocabana. O que fica da história desse período são, por exemplo, aquelas colunas que a gente imagina que ali era o lugar das plataformas onde chegavam os trens. Mas a memória mesmo, a importância desse edifício e a ocupação dele foi como DOPS, que veio para cá em 1940, foi ocupado por ele até 1983 e depois foi ocupado pelo DECOM – Delegacia do Consumidor. O que a gente fala desse prédio é logo no início, em termos expositivos. Logo no módulo A tem um texto que fala do edifício e suas memórias. Tem uma foto do prédio e fala que foi construído pelo escritório de Ramos de Azevedo, que foi construído para ser os escritórios e armazéns da estrada de ferro de Sorocabana no início da industrialização. Justamente para dar o contexto do início do século quando o DOPS foi criado e aí ele vai relatando todos os usos até 2008 quando começou a implantação do projeto do Memorial da Resistência. Especialmente sobre esse histórico como estrada de ferro Sorocabana, a gente trabalha bastante na ação educativa. Em vários momentos os educadores conversam com as crianças, dependendo dos roteiros que eles estão fazendo eles falam sobre essa ocupação –para os adolescentes - então detalha um pouco mais. Na exposição não fazia sentido, nem tinha espaço para a história da estrada de ferro, mas ela está contemplada no painel de abertura, no módulo A.

Eu queria que você falasse um pouco sobre a ação educativa voltada para as crianças.

A nossa ação educativa tem vários projetos. Vários projetos que são voltados para alunos do Ensino Fundamental e outros que são para crianças de até 11 anos, embora pais e outras pessoas possam participar. Um deles é a contação de histórias, que é muito interessante. A partir de um livro da Ana Maria Machado chamado “Era uma vez um tirano”, que fala de todo esse período da ditadura, mas contado de uma forma mais lúdica - os nossos educadores construíram um cenário e alguns instrumentos. Eles vão contando a história: aparece uma cidade cheia de árvores, toda colorida; quando o tirano chega, tudo fica cinza, as folhas caem – como a gente faz, conta história para

criança -, mas no final a população se une para derrubar o tirano, eles saem nas ruas, fazem passeatas, fazem uma série de atividades e conseguem derrubar o tirano e a cidade volta a ser colorida. À medida que eles vão contando a história eles vão montando o cenário. Eles também têm toda uma caracterização: o nariz de palhaço, aquele bigodão ... É bem interessante porque isso consegue envolver as crianças nesse trabalho.

Além disso, tem a Tarde de Memórias que brinca com os conceitos de caça ao tesouro – os participantes têm que procurar coisas em alguma cela – ou jogo da memória que são palavras-cruzadas – é mesmo para trabalhar o conceito de liberdade, repressão, direitos humanos. Tudo isso, trabalhando de forma bem lúdica.

Nisso de trabalhar o edifício, a gente tem trabalhado bastante sobre a estrada de ferro. Vai montando à medida que vai falando sobre o edifício. Coloca o trenzinho, umas saquinhas de café – especialmente com cegos e deficiente intelectual. É feito esse trabalho mais lúdico porque são poucas palavras, mas com bastante imagens.

Pode se construir uma rede de lugares de memória da ditadura, em São Paulo, entre o Memorial da Resistência, o futuro Memorial de Luta pela Liberdade e o que vai ser do DOI-CODI. Como você acha que essa rede pode se concretizar? Como esses lugares podem funcionar para que essa rede se concretize? E que uso o antigo DOI-CODI poderia ter que complementa essa rede, tendo em vista o conflito que existe entre as pessoas que querem que aquilo vire um memorial e os moradores da Vila Mariana que querem a permanência da delegacia?

Esse sempre foi um sonho nosso. Você pode imaginar como é difícil ficar só para o Memorial da Resistência a incumbência de tratar sobre a memória desse período. Você pode trabalhar várias vertentes. Por exemplo, aqui em vez de ser o Memorial da Resistência podia ser o Memorial da Repressão. Optou-se pelo Memorial da Resistência justamente porque estava sendo criado em um período que cada vez era mais importante trabalhar sobre a memória da ditadura, mas sob uma forma que a gente conseguisse trabalhar e refletir com os visitantes a importância de continuar sendo resistente, não abaixar a cabeça para as arbitrariedades.

Levar o conceito de resistência adiante, que é não se curvar a nenhuma ordem superior, isso para a gente era importante. Por isso, foi resolvido que seria Memorial da Resistência e não da Repressão ou nenhuma outra coisa.

**Esse conceito foi elaborado já com a participação do Núcleo de Memória?**

Não era Núcleo de Memória, era Fórum Permanente de Ex-Presos Perseguidos Políticos de São Paulo.

Quando eles pensaram o projeto, evidentemente, esse grupo teve contato com o Fórum de Ex-Presos Políticos e a questão da resistência já era uma questão pautada, que seria trabalhada. Evidentemente, na medida em que você vai trabalhando, você vai consolidando ainda mais esses desejos. Desde o início, sempre se soube das duas partes que seria Memorial da Resistência.

É muito duro ser um lugar só para tratar de tudo. A gente ajudou a fazer o projeto do Memorial da Luta pela Justiça. Esse memorial vai trabalhar justamente com a falta de justiça que acontece em um país que sofre ditaduras – liberdades e direitos humanos são totalmente deixados de lado. Para a gente era importante que tivesse essa vertente porque lá foi o prédio da Auditoria.

Somos totalmente a favor que seja criado um memorial no DOI-CODI. O grupo que for trabalhar com esse memorial deveria tratar da questão sobre a violência institucionalizada, porque foi isso que aconteceu. A Oban começou como uma organização paramilitar e deu tão certo que ela foi institucionalizada e virou DOI-CODI. Eu acho que é importante mostrar como o Estado pode, nessas situações de ditadura, pode institucionalizar o terror. Tudo o que aconteceu naquele prédio é legalizado. Para mim, aquele prédio pode tratar só sobre a questão de quando o estado institucionaliza a violência.

Eu acho que tem outro memorial que deveria entrar aí. Não tem um espaço que se possa fazer visitas educativas, por enquanto. É aquele monumento que foi criado na vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco. Eu acho que aquele é um lugar que deveria entrar num roteiro e numa articulação em rede porque ali fala também do que acontece nesses períodos. Poderia ser desenvolvida alguma coisa que tivesse mais indicações, do que aconteceu de fato ali, quantas pessoas foram enterradas. Dava também para fazer um bom trabalho naquele memorial e para ele ser articulado nessa rede.

Depois que você tem esses lugares criados ou em fase de criação, o trabalho articulado é uma coisa mais fácil se todo mundo estiver nesse mesmo pensamento, que eu acho que é uma coisa que todo mundo vai ter. É fazer programações em conjunto, fazer programações de tal forma articuladas sem que choque atividades de um com atividades do outro. Por exemplo, se a gente recebe uma proposta de uma exposição ou para realizar determinado seminário, se a gente vir que tal coisa cabe mais no Memorial da Luta ou no DOI-CODI, nós devemos estar sempre articulados com eles porque cabe mais lá.

É um trabalho articulado, não vejo de outra forma. Isso quer dizer com programação, com definição de programação, com datas, com temas, com uma série de coisas. Não adianta se o DOI-CODI, ou qualquer outro lugar que seja criado, tratar da mesma forma que o Memorial trata. O que eu acho que a gente tem que fazer – e por isso é importante uma rede – é cada espaço trabalhar uma vertente dentro desse grande tema que é o terrorismo de estado.

Eu estou super entusiasmada com isso. Quanto mais pessoas estão falando sobre o assunto, mais possibilidade a gente tem de, de fato, cumprir com a nossa missão de ser um lugar de reflexão e de educação. Quanto mais você fala, outras pessoas falam, mais a história é conhecida. É mais fácil de trabalhar.

**Você acha que é inviável que a delegacia continue lá?**

Eu acho que a delegacia tinha que ir para outro lugar. Eu não acho que a convivência ali seja difícil, de forma alguma, mas eu acho que para ter um memorial no DOI-CODI precisaria de ter mais lugar. Na minha concepção, aquela parte lá de trás – que era onde aconteciam as torturas – seria de fato o memorial. A parte onde é a delegacia seria a parte administrativa do memorial – salas de aula para que tivesse um curso regular de educação e direitos humanos. Eu acho que é difícil deixar a delegacia porque você diminui muito o espaço. Eu não acho que seja incompatível. A delegacia pode ir para qualquer lugar, o DOI-CODI não tem como sair dali. Eu acho que não vai ser nenhum prejuízo para a comunidade ali da Vila Mariana que essa delegacia esteja em qualquer outro lugar dentro desse bairro.

## Anexo VII

### Ana Paula Brito

*Ana Paula Brito é pesquisadora do Memorial da Resistência e diretora do Núcleo de Preservação da Memória Política. A entrevista aconteceu no Memorial da Resistência, dia primeiro de junho de 2015, segunda feira, às 15:30 horas.*

*Observação: para preservar a autenticidade do registro, o texto das respostas não sofreu nenhuma forma de edição, reproduzindo fielmente a fala da pessoa entrevistada.*

**Tem se começado a construir uma rede em São Paulo entre o Memorial da Resistência, que hoje é o único memorial em São Paulo sobre a ditadura. No Brasil qual outro?**

Memorial da Resistência de Fortaleza, que fica no Ceará e Memorial das Ligas Camponesas, em uma cidade que chama Sapé, na Paraíba. E vai abrir o Memorial da Anistia, em BH, só que ele não tem previsão de data, porque ele ainda está em construção.

**Entre o Memorial da Resistência, o Memorial da Luta pela Justiça e, no futuro, o uso do antigo DOI-CODI. O que você espera dessa rede? Como ela pode se constituir como uma rede?**

O Memorial da Resistência, apesar dele estar sediado no prédio do antigo DOPS e o foco e a grande ênfase, no aspecto museológico, ser a resistência, houve uma reivindicação de alguns ex-presos políticos e familiares de que nesse espaço também se falasse sobre a repressão. Não é que no Memorial da Resistência não se fale da repressão, mas o contexto maior é da resistência. No Memorial da Luta pela Justiça, o foco vai ser na luta pela justiça, na luta dos advogados, mas também com análise do espaço como um espaço de encontro de presos políticos na época com seus familiares - porque alguns não tinham acesso a essas pessoas quando estavam presos - e outros usos. Então o Memorial da Luta pela Justiça vai falar um pouco mais dessa reivindicação social pelos direitos humanos na época da ditadura.

O DOI-CODI é uma reivindicação dos ex-presos políticos de que seja caracterizada a repressão política. Ele é considerado o centro clandestino mais truculento do período ditatorial no Brasil.

São Paulo exportou várias práticas de tortura para outras cidades e estados do

Brasil e outros países, como a gente vê no contexto histórico do Plano Condor.

Eu espero que essa rede possa sistematizar os três aspectos ligados à ditadura: a resistência (no Memorial da Resistência), a repressão (no DOI-CODI) e essa luta pela justiça e pelos direitos humanos (na antiga Auditoria Militar). Vai facilitar para as escolas – um contexto maior –, na própria articulação do lugar de memória com o bairro, como ele estava sediado. Por exemplo, o DOPS estava sediado no centro da cidade, ele era o espaço oficial, era o cárcere da ditadura. É onde as pessoas sabiam que existiam presos políticos presos.

O DOI-CODI já está localizado em um bairro residencial, era um centro clandestino de detenção, apesar de os vizinhos saberem que ali ocorria alguma coisa diferente, pelas viaturas chegando tarde da noite, pelos gritos de tortura e pelos próprios burburinhos que a sociedade compartilhava de que ali se tratava de um centro clandestino de detenção, tortura e assassinato.

A Auditoria é num bairro nobre. O próprio casarão que ele foi sediado tem uma beleza arquitetônica. Todos esses elementos podem ser mais observados nessa rede quando criada. Aí vai possibilitar para as escolas e para a comunidade em geral analisar vários aspectos do período da ditadura.

**Qual pode ser um uso para o DOI-CODI e se é inviável, na sua opinião, a convivência com a delegacia.**

Sim, a convivência com a delegacia, pra mim, é totalmente inviável. Nós sabemos que hoje a tortura ainda existe no Brasil e é um número expressivo dentro de delegacias e espaços carcerários como um todo. Eu percebo que a continuação da delegacia ali é, de certa forma, um desrespeito com a memória dos mortos e das pessoas que ali foram torturadas e que lutaram para que hoje nós tenhamos a democracia. Se nós temos, é em respeito à luta dessas pessoas. A reivindicação dos ex-presos é que seja um espaço de repressão, mas num aspecto teórico e acadêmico, o que vale ser discutido é que tipo de representação da tortura e da repressão como um todo do estado vai ser dado porque existe um limite, que é importante ser destacado, dessa representação. Até que ponto essa repressão vai ser exibida para a sociedade. E também como conciliar essa discussão com a vizinhança. Vale destacar que a vizinhança fez um abaixo-assinado para o governador do estado não querendo que a delegacia fosse tirada dali porque tiraria uma espécie de segurança para o bairro e para a comunidade. Uma das coisas que nós, enquanto Núcleo Memória, e outras instituições de direitos humanos que fizemos o segundo ato, quisemos destacar na carta que foi emitida para o governador, é que nós respeitamos essa vontade da vizinhança de que tenha uma delegacia no bairro, a gente não quer desrespeitar essa vontade, que também é uma vontade social, mas, ao mesmo tempo, destacar que aquele lugar é um lugar de memória e, por isso, precisa ser preservado e musealizado. Preservado ele já foi pelo tombamento do Codefat, mas musealizado. Só o tombamento em si não estabelece uma relação de preservação dessa memória com a sociedade. É preciso que aquele lugar seja transformado em um sítio de consciência, que dialogue com a sociedade, que mostre o que aquele espaço vivenciou.

**No Memorial da Justiça, a ideia da justiça veio antes da parceria com a OAB?**

Não dá para dissociar esse lugar, que foi palco de uma luta por justiça, da OAB. A OAB entrou com a parceria do Núcleo simultaneamente a essa necessidade de ter uma entidade grande que recebesse o prédio, já que o Núcleo não poderia, mas também

de respeito à ordem em si. A OAB teve destaque, não só os advogados, a ordem também teve o seu valor e a sua representatividade naquele período. Não todos.